



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Cenários Produtivos e Recreativos em Oeiras: a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal

Eduardo Nuno da Rocha Lay Alves

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientadores:

Doutora Mafalda Gambutas Teixeira de Sampaio, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes, Professora Associada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Cenários Produtivos e Recreativos em Oeiras: a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal

Eduardo Nuno da Rocha Lay Alves

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientadores:

Doutora Mafalda Gambutas Teixeira de Sampaio, Professora Auxiliar
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Teresa Marquito Marat-Mendes, Professora Associada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

VOLUME A

dissertação

**CENÁRIOS PRODUTIVOS E RECREATIVOS
EM OEIRAS: A QUINTA DE RECREIO DO
MARQUÊS DE POMBAL**

Trabalho para obtenção do grau de
Mestre em Arquitetura

Discente
Eduardo Nuno da Rocha Lay Alves | N°73287

Docentes
Professora Mafalda Sampaio
Professora Teresa Marat-Mendes

ISCTE-IUL
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Mestrado Integrado em Arquitetura

Novembro de 2020

O trabalho segue o acordo ortográfico da língua portuguesa, respeitando as *“Normas de apresentação e harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projeto de mestrado e tese de doutoramento”*, estabelecidas pelo ISCTE-IUL. As referências bibliográficas foram feitas segundo a Norma Portuguesa 405.

“O oposto de cidade não é o campo, é o deserto.”

Renzo Piano

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer aos docentes que me acompanharam durante o meu percurso académico, em especial às professoras Mafalda Sampaio e Teresa Marat-Mendes, orientadoras da presente dissertação, por todo o acompanhamento, disposição e conhecimento partilhados ao longo do ano letivo.

À Dra. Paula Noé e restante equipa do SIPA – Forte de Sacavém pela disponibilidade em partilhar a documentação necessária para a realização do presente trabalho.

Aos amigos que me acompanharam e apoiaram ao longo do meu percurso académico, em especial à Luísa, à Joana, à Inês e ao João.

À Beatriz e à Leonor, pelo apoio, pela preocupação, pelos bons momentos, um especial agradecimento pela vossa amizade.

Finalmente quero agradecer ao meu pai e à minha mãe por todo o carinho, afeto e confiança que me transmitiram, pelo apoio incondicional e por todas as oportunidades que me proporcionaram.

RESUMO

O presente trabalho de investigação aborda a implementação de cenários produtivos e recreativos num determinado território, através dos respetivos vazios urbanos. Com o auxílio do conceito de “*Continuous Productive Urban Landscapes*” dos arquitetos Katrin Bohn e André Viljoen, o trabalho pretende alertar para a importância da produção alimentar e consumo locais e da existência de espaços de lazer.

Inserido na Área Metropolitana de Lisboa, o município de Oeiras é o território de investigação e de intervenção deste trabalho. Este território caracteriza-se pelas excelentes condições para a atividade agrícola, que se intensificou nos séculos XVII e XVIII com a construção de palácios e quintas de recreio. Um dos principais exemplos é a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, na qual também está inserida a Casa da Pesca, um palacete de recreio.

Contudo, Oeiras foi alvo do crescimento urbano acelerado, principalmente nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX, tornando-se vítima da fragmentação do território. No entanto, a Quinta do Marquês de Pombal permaneceu até hoje imune a alterações. Por outro lado, o estado de degradação do património da Quinta tem vindo a aumentar consideravelmente.

Deste modo, o trabalho pretende responder a necessidades como: a produção alimentar e consumo locais, a criação de espaços recreativos e de lazer, a coesão territorial das periferias urbanas, como Oeiras, e a requalifi-

cação do património da Quinta. Esse projeto baseia-se nas propostas de um parque agro-urbano, nos terrenos da Quinta, e de um arquivo municipal, junto ao complexo da Casa da Pesca.

PALAVRAS-CHAVE

Espaços Produtivos, Espaços Recreativos, Oeiras, Quinta do Marquês de Pombal, Vazios Urbanos

ABSTRACT

This research work addresses the implementation of productive and recreational scenarios in a given territory, through the respective urban voids. With the help of the “*Continuous Productive Urban Landscapes*” concept by Katrin Bohn and André Viljoen architects, the work aims to highlight the importance of local food production and consumption and the existence of leisure spaces.

Inserted in Lisbon Metropolitan Area, the municipality of Oeiras is the research and intervention territory of this work. This territory is characterized by excellent conditions for agricultural activity, which intensified in the 17th and 18th centuries with the construction of palaces and recreational farms. One of the main examples is Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, in which Casa da Pesca, a recreational mansion, is also inserted.

However, Oeiras was the target of accelerated urban growth, mainly in the 70s, 80s and 90s of the 20th century, becoming a victim of the territory fragmentation. Nevertheless, Quinta do Marquês de Pombal has remained immune to change until today. On the other hand, the state of degradation of the farm’s heritage has been increasing considerably.

In this way, the work aims to respond to needs such as: local food production and consumption, the creation of recreational and leisure spaces, the territorial cohesion of urban peripheries, such as Oeiras, and the requali-

fication of the farms’s heritage. This project is based on the proposals of an agro-urban park, on the grounds of the farm, and of a municipal archive, next to Casa da Pesca complex.

KEY-WORDS

Productive Spaces, Recreational Spaces, Oeiras, Quinta do Marquês de Pombal, Urban Voids

ÍNDICE GERAL

	Índice de Quadros e Figuras.....	14
	Glossário de Abreviaturas.....	24
0	INTRODUÇÃO	
	Contexto.....	27
	Objetivos.....	29
	Metodologia.....	30
	Estrutura do Trabalho.....	33
	Revisão de Leitura / Estado da Arte.....	34
1	AGRICULTURA URBANA: O CONCEITO CPUL	
	O que é o CPUL?.....	39
	Porquê o CPUL e como surgiu?.....	44
	CPUL: a análise dos vazios urbanos.....	50
2	OEIRAS: TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO	
	Oeiras: enquadramento geográfico.....	55
	Oeiras: enquadramento histórico.....	60
	Oeiras: a contemporaneidade.....	84
	Ribeira da Lage: análise dos vazios urbanos.....	98

3	QUINTA DE RECREIO DO MARQUÊS DE POMBAL	
	Quinta: enquadramento histórico.....	115
	Quinta: o contexto atual e os planos de recuperação.....	132
4	PROJETO INDIVIDUAL: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	
	Proposta do Parque Agro-Urbano na Quinta do Marquês de Pombal.....	147
	Proposta do Arquivo Municipal.....	156
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	Conclusão.....	169
6	FONTES E REFERÊNCIAS	
	Bibliografia.....	175
	Documentos de Legislação.....	178
7	ANEXOS	
	Anexo A - Workshop Fista 20.....	183
	Anexo B - FUC PFA 2019/2020.....	195
	Anexo C - Enunciado de Turma.....	203

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

CAPÍTULO 1 – AGRICULTURA URBANA: O CONCEITO CPUL

p.40_Figura 1.1 - Conceito do CPUL

Fonte: Bohn e Viljoen (2005, p.13).

p.42_Figura 1.2 - O conceito da CPUL para Londres

Fonte: Bohn e Viljoen (2005, p.14).

p.45_Figura 1.3 - Torre de Londres, 1939-1945

Fonte: Bohn e Viljoen (2005, p.102).

p.45_Figura 1.4 - Clapham Common, Londres, 1939–1945

Fonte: Bohn e Viljoen (2005, p.103).

p.46_Figura 1.5 - Plano do Birkenhead Park, Liverpool, Joseph Paxton

Fonte: <https://chestofbooks.com/reference/American-Cyclopaedia-9/Parr.html>

p.46_Figura 1.6 - Plano do Central Park, Nova Iorque, Olmsted e Vaux, 1860

Fonte: <https://www.geographicus.com/P/AntiqueMap/CentralPark-valentine-1860>

p.48_Figura 1.7 - Green Belts for London, John Claudius Loudon, 1829

Fonte: Marot (2019, p. 35).

p.51_Figura 1.8 - Lista de vazios urbanos para o estudo de Bohn e Viljoen

Fonte: Bohn e Viljoen (2005, p.111).

p.52_Figura 1.9 - Exemplo de um gráfico que coloca o CPUL e diferentes vazios urbanos europeus ordenados por interação local (local interactions) em função do tamanho (size), Bohn e Viljoen

Fonte: Bohn e Viljoen (2005, p.113).

CAPÍTULO 2 – OEIRAS: TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO

p.56 e 57_Figura 2.1 - Cartografia de Lisboa e arredores, Calmete-Beauvoisin, 1833

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: CC-1073-R

p.58_Figura 2.2 - Encosta da ribeira da Lage, 1986

Fonte: Arquivo Municipal de Oeiras. Código de Referência: PT/MOER/MO/NF/008/000050

p.61_Figura 2.3 - Capela de S. Sebastião de Barcarena, onde a volumetria revela a sua função anterior de moinho

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/municipiooeiras/9801733573>

p.61_Figura 2.4 - Perspetiva de algumas casas do núcleo antigo de Barcarena, 1986

Fonte: Arquivo Municipal de Oeiras. Código de Referência: PT/MOER/MO/NF/008/000089

p.62 e 63_Figura 2.5 - Oeiras e as suas quintas, Carta dos Arredores de Lisboa, Folha 2, Conrado Chelmicki, 1843-1846

Fonte: Instituto Geográfico Português

p.65_Figura 2.6 - Planta da Real Quinta de Caxias, 1844

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Cota: CC-1255-R

p.65_Figura 2.7 - Planta das Minas e Encanamentos D'água do Almojarifado de Caxias, 1901

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. COTA: C.C. 103 V.

p.67_Figura 2.8 - Estação de caminho-de-ferro de Paço de Arcos, 1910

Fonte: Arquivo Municipal de Oeiras. Código de Referência: PT/MOER/MO/NF/003/000070

p.68 e 69_Figura 2.9 - Carta de Lisboa e seus arredores, pormenor de Oeiras, Felipe da Costa, 1909

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. COTA: CC-1082-R

p.71_Figura 2.10 - Estrada Marginal, no troço junto à praia de Paço de Arcos, 1940-1949
Fonte: Arquivo Municipal de Oeiras. Código de Referência: PT/MOER/MO/NF/003/000126

p.72_Figura 2.11 - Plano de Urbanização da Costa do Sol: Oeiras, Santo Amaro de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, 1948
Fonte: Arquivo Municipal de Cascais.
Código de Referência: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CCM/002/001/004

p.75_Figura 2.12 - Troço da linha férrea junto à praia de Algés, 1950-1959
Fonte: Arquivo Municipal de Oeiras. Código de Referência: PT/MOER/MO/NF/002/000161

p.77_Figura 2.13 - Casas degradadas e barracas na Tapada do Mocho em Paço de Arcos, junto à ribeira de Porto Salvo, 1985
Fonte: Arquivo Municipal de Oeiras. Código de Referência: PT/MOER/MO/NF/004/01/001371

p.78_Figura 2.14 - “A cidade como um ovo”, imagem de autor desconhecido e baseado no texto de Cedric Price
Fonte:
<https://geoarchitecture.wordpress.com/2015/08/24/the-urban-hyperobject/cedric-price-city-a-an-egg/>

p.81_Figura 2.15 - Antigo moinho junto ao parque empresarial do Lagoas Parque
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.82_Quadro 2.16 - População nos concelhos de Lisboa e Oeiras e da Área Metropolitana de Lisboa (AML) nos últimos 60 anos
Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

p.85_Figura 2.17 - Vale da ribeira da Lage
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.85_Figura 2.18 - Hortas agrícolas na Quinta de São Salvador, junto ao viaduto da autoestrada A5, um elemento marcante no território
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.86_Figura 2.19 - Abegoaria e Aqueduto do Arneiro, nos terrenos da antiga Quinta de Recreio do Marquês de Pombal
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.86 e 87_Figura 2.20 - Estação ferroviária de Paço de Arcos, em Oeiras
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.89_Figura 2.21 - Estrada Nacional e Passeio Marítimo, troço junto à praia de Santo Amaro de Oeiras.
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.89_Figura 2.22 - Carta Fotogramétrica (nº8), Oeiras – S. Amaro, PU Costa do Sol, 1948
Fonte: Arquivo Municipal de Cascais.
Código de Referência: PT/CMCSC-AHMCSC/AESP/CCM/002/002/006

p.90 e 91_Figura 2.23 - Evolução dos assentamentos humanos no concelho de Oeiras em 1947, 1965, 1987, 2000 e 2018
Fonte: Desenho de autor com base na informação das Cartas Militares do Corpo do Estado Maior.

p.93_Figura 2.24 - Bairro do Pombal, em Oeiras
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.93_Figura 2.25 - Lagoas Park visto desde a povoação da Lage
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.95_Figura 2.26 - Ribeira de Porto Salvo, troço junto à estrutura do SATU Oeiras, em Paço de Arcos
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.95_Figura 2.27 - Ribeira da Lage, troço entre o Palácio do Marquês de Pombal e o Jardim Municipal de Oeiras

Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.96_Figura 2.28 - Ribeira de Barcarena, troço junto à Fábrica da Pólvora

Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.99_Figura 2.29 - Localização dos vazios urbanos da ribeira da Lage considerados na análise

Fonte: Desenho de autor com informação de imagem retirada do Google Earth.

p.101_Figura 2.30 - Vazios urbanos seleccionados

Fonte: Desenho de autor (2020).

p.103_Figura 3.31 - Gráfico da interação local em função do tamanho e forma

Fonte: Desenho de autor (2020).

p.105_Figura 3.32 - Gráfico da variedade de ocupação em função da sensação de abertura

Fonte: Desenho de autor (2020).

p.107_Figura 3.33 - Gráfico do retorno económico do uso do solo em função da acessibilidade pedestre ou ciclável

Fonte: Desenho de autor (2020).

p.109_Figura 3.34 - Gráfico da estimulação visual persistente em função da natureza urbana

Fonte: Desenho de autor (2020).

p.111_Figura 3.35 - Gráfico da variedade de ocupantes em função do deleite ambiental

Fonte: Desenho de autor (2020).

CAPÍTULO 3 – QUINTA DE RECREIO DO MARQUÊS DE POMBAL

p.117_Figura 3.1 - Carta Topográfica das Fortificações Provisórias, 1815

Fonte: Boiça, J. (2003). Cartografia de Oeiras - 4 séculos de representação do território (do Século XVI ao Século XX). Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.

p.118_Figura 3.2 - Proposta de reconstituição da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal no século XVIII, Rodrigo Dias, 1993

Fonte:

https://www.academia.edu/37515094/Peti%C3%A7%C3%A3o_P%C3%ABlica_Salvar_a_Casa_da_Pesca_patrim%C3%B3nio_classificado_em_ru%C3%ADna_iminente

p.121_Figura 3.3 - Registo fotográfico da situação atual da Alameda dos Loureiros

Fonte: Fotografia de autor (2020).

p-122 e 123_Figura 3.4 - Representação dos diferentes núcleos da Quinta do Marquês e divisão em Quinta de Baixo (à esquerda) e Quinta de Cima (à direita)

Fonte: Desenho de autor com informação de imagem retirada do Google Earth.

p.124_Figura 3.5 - Interior da Casa da Pesca

Fonte: <http://cidadania1x.blogspot.com/2019/02/a-casa-da-pesca-na-rtp1-mais-uma-vez.html>

p.124_Figura 3.6 - Cascata do Taveira e tanque, junto à Casa da Pesca, 1911

Fonte: Arquivo Municipal de Oeiras. Código de Referência: PT/MOER/MO/NF/003/000135

p.125_Figura 3.7 - Casa dos Bichos da Seda

Fonte:

<https://www.facebook.com/MunicipiodeOeiras/photos/pcb.10159862006993696/10159862005183696/>

p.125_Figura 3.8 - Concerto na Casa da Pesca da orquestra Nova Filarmonia, 1989

Fonte: Arquivo Municipal de Oeiras.

Código de Referência: PT/MOER/MO/NF/004/01/002393

p.127_Figura 3.9 - Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, 1961
Fonte: SIPA (Forte de Sacavém), Foto: 00134123.

p.127_Figura 3.10 - Construção da EAN, 1962
Fonte: SIPA (Forte de Sacavém), Foto: 00134128.

p.128 e 129_Figura 3.11 - Ortofotomapa de Localização da EAN na Quinta de Recreio do Marquês de Pombal
Fonte: Desenho de autor com informação de imagem retirada do Google Earth.

p.130_Figura 3.12 - Planta de Localização da cantina da EAN
Fonte: SIPA (Forte de Sacavém), Desenho: 00039167.

p.130_Figura 3.13 - Cantina da EAN
Fonte: SIPA (Forte de Sacavém), Foto: 00134186.

p.133_Figura 3.14 - Terrenos da Quinta de Cima do Marquês de Pombal
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.134_Figura 3.15 - Degradação da Quinta de Cima, com o edifício do Pombal em segundo plano
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.134 e 135_Figura 3.16 - Degradação das infraestruturas da Quinta de Cima
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.135_Figura 3.17 - Situação atual do complexo da Casa da Pesca e degradação do respetivo património cerâmico
Fonte: Fotografia de autor (2020).

p.136 e 137_Figura 3.18 - Estudo de Recuperação e Ordenamento paisagístico da Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal – Oeiras, 1985
Fonte: Dias, R. (2007) / Glória, Ana Celeste (2019). Casa Da Pesca: Um Monumento Nacional em ruína.

p.138 e 139_Figura 3.19 - Plano Estratégico para o Parque Temático do Marquês de Pombal, Oito Núcleos Temáticos

Fonte: Dias, R. (2007) / Glória, Ana Celeste. (2019). Casa Da Pesca: Um Monumento Nacional em ruína.

p.139_Figura 3.20 - Plano Estratégico para o Parque Temático do Marquês de Pombal, Zona I

Fonte: Dias, R. (2007) / Glória, Ana Celeste. (2019). Casa Da Pesca: Um Monumento Nacional em ruína.

p.140_Figura 3.21 - Proposta de abertura de espaços de percursos pedonais pela Estação Agronómica Nacional, CMO

Fonte: CMO / Glória, Ana Celeste. (2019). Casa Da Pesca: Um Monumento Nacional em ruína.

p.143_Figura 3.22 - Planta da delimitação atual da classificação e proposta, 2006

Fonte: Lima, Inês P. (2007) / Glória, A. C. (2018). A Casa da Pesca e o estado actual das políticas patrimoniais. In G. Filipe, J. Vale, & I. Castaño (Eds.), Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospectiva (pp. 558-577). Lisboa: Instituto de História Contemporânea, FCSH/UNL.

CAPÍTULO 4 – PROJETO INDIVIDUAL: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

p.148_Figura 4.1 - Freguesias de Oeiras após a reorganização administrativa de 2013

Fonte: Diário da República, Reorganização administrativa do território das freguesias, Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro.

p.149_Figura 4.2 - Zona da Quinta abrangida pelo projeto do parque agro-urbano

Fonte: Desenho de autor com informação de imagem retirada do Google Earth.

p.151_Figura 4.3 - Planta de implantação da proposta do parque agro-urbano (a vermelho encontra-se o complexo da Casa da Pesca e o edifício da antiga cantina da EAN)

Fonte: Desenho de autor.

p.152_Figura 4.4 - Complexo da Casa da Pesca segundo a proposta do Parque Agro-Urbano, no intuito de recuperar os núcleos de recreio da Quinta

Fonte: Desenho de autor.

p.154_Figura 4.5 - Alameda dos Loureiros segundo a proposta do Parque Agro-Urbano, no intuito de recuperar os caminhos históricos da Quinta

Fonte: Desenho de autor.

p.157_Figura 4.6 - Ortofotomapa do núcleo recreativo da Casa da Pesca

Fonte: Desenho de autor com informação de imagem retirada do Google Earth.

p.158 e 159_Figura 4.7 - Planta de Implantação da proposta do Arquivo Municipal

Fonte: Desenho de autor.

p.160_Figura 4.8 - Espaços de acesso público (azul) e espaços de acesso reservado (vermelho) da antiga cantina da EAN

Fonte: Desenho de autor.

p.160_Figura 4.9 - Espaços de acesso público (azul) e espaços de acesso reservado (vermelho) da proposta do arquivo

Fonte: Desenho de autor.

p.161_Figura 4.10 - Planta de vermelhos e amarelos da proposta

Fonte: Desenho de autor.

p.162 e 163_Figura 4.11 - Planta da proposta do Arquivo Municipal

Fonte: Desenho de autor.

p.164_Figura 4.12 - Alçados do edifício da antiga cantina da EAN

Fonte: Desenho de autor.

p.166_Figura 4.13 - Pormenor construtivo do beirado

Fonte: Desenho de autor.

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

- A5** - Autoestrada 5
- AML** - Área Metropolitana de Lisboa
- CMO** - Câmara Municipal de Oeiras
- COVID-19** - Corona Virus Disease 2019
- CPUL** - Continuous Productive Urban Landscapes
- DGPC** - Direção Geral do Património Cultural
- DPGU** - Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística
- EAN** - Estação Agronómica Nacional
- FUC** - Ficha da Unidade Curricular
- IC19** - Itinerário Complementar 19
- INE** - Instituto Nacional de Estatística
- INIAV** - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
- IPCC** - Intergovernmental Panel on Climate Change
- IPPAR** - Instituto Português do Património Arquitectónico
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- PEDIP** - Programa Económico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa
- PFA** - Projeto Final de Arquitetura
- PUCS** - Plano de Urbanização da Costa do Sol
- SIPA** - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

0

introdução

0.1 CONTEXTO

A turma da Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura (PFA) 2019/2020, na qual se insere este trabalho, tem como território de intervenção o concelho de Oeiras. Inicialmente centrado em dois casos de estudo, o Parque de Ciência e Tecnologia do Taguspark e a Fábrica da Pólvora de Barcarena, o exercício tem como título “*Espaço Natural, Infraestruturas e Espaço Público*”. Contudo, e apelando ao sentido crítico dos alunos, não era obstante a hipótese de trabalhar em qualquer outra realidade dentro dos limites do concelho de Oeiras.

De acordo com a Ficha da Unidade Curricular (FUC), desde o início do ano letivo que o grupo de trabalho da presente turma de PFA se baseia num exercício teórico-prático que engloba um profundo conhecimento do território em análise. Este conhecimento e análise vai desde a macro escala (plano pormenor ou plano estratégico) até à escala da arquitetura (projeto) e deve adotar estratégias para a resolução dos problemas que se evidenciam dessa mesma análise.

O concelho de Oeiras, inserido na AML - Área Metropolitana de Lisboa (NUTS III) e situado entre os concelhos de Cascais, Sintra, Amadora e Lisboa, adquire um carácter de centralidade em toda a região. É um território caracterizado pelo terreno acidentado, formado por planaltos e vales e conseqüentemente pela rede hidrográfica. A rede hidrográfica de Oeiras é constituída por cinco cursos de água princi-

pais, todos tributários do rio Tejo e paralelos entre si: a ribeira de Algés, a ribeira de Barcarena, a ribeira de Porto Salvo, a ribeira da Lage e o rio Jamor. Historicamente as ribeiras presentes em Oeiras são de enorme importância, não só pelos terrenos férteis que junto às mesmas se encontram, como também por serem antigas vias de comunicação entre as povoações e as atividades que se localizam no interior deste território com a sua costa, junto ao rio Tejo.

A topografia, a hidrografia e todas as outras características biofísicas, incluindo o vento, fizeram com o que o território do concelho de Oeiras fosse e continue a ser próspero para a prática da agricultura, sendo igualmente determinantes na evolução da ocupação humana. Fruto das prósperas condições para a prática da agricultura, surgem nos séculos XVII e XVIII os palácios, palacetes e quintas de recreio da nobreza portuguesa, com destaque para a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal. As construções destas quintas assinalam a intensificação de uma atividade tão importante para o sustento e para a economia do país.

Hoje, a presença de grandes infraestruturas, incluindo as vias de comunicação, atravessam este território sobretudo na direção nascente-poente. Fazem parte destas infraestruturas, a linha de caminho-de-ferro Lisboa-Cascais, a linha de caminho-de-ferro Lisboa-Sintra e três das principais vias rodoviárias da Área Metropolitana de Lisboa: a Avenida Marginal (Estrada

Nacional nº6), a primeira autoestrada nacional (a A5), e a Radial de Sintra (mais conhecida por IC19). Estas infraestruturas impõem uma enorme ferida neste território, com consequências graves na sua estrutura biofísica.

Tal como os restantes municípios da Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Oeiras é um território protagonizado por um crescimento acelerado das urbanizações nos finais do século XX, dando origem a uma variedade espacial, funcional e social muito grande. Deste desenvolvimento acelerado das periferias urbanas, incluindo a de Lisboa, surgem implicações nomeadamente a fragmentação do território.

No entanto o concelho de Oeiras tem-se destacado nas últimas décadas no compromisso em projetos ambiciosos e que contribuem para o desenvolvimento do município. A nível da habitação foi a primeira autarquia nacional a erradicar qualquer tipo de habitação de génese ilegal e a nível da empregabilidade foi o concelho que mais apostou no setor terciário, com a construção de parques empresariais e tecnológicos como o Lagoas Park, o Taguspark, entre outros.

Deste modo, o presente trabalho de investigação pretende introduzir um cenário produtivo e recreativo em Oeiras, através dos vazios urbanos resultantes da fragmentação deste mesmo território. A falta de planeamento urbano, o crescimento acelerado e a constante

degradação da estrutura biofísica da região são as principais características assinaladas.

A escolha da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal para a implementação de um cenário produtivo e recreativo deve-se após respetiva investigação histórica e visitas ao local, que testemunharam um enorme estado de degradação, não em toda, mas em grande parte da quinta de recreio, bem como dos imóveis que nela se inserem, como a Casa da Pesca.

Deste modo, à escala do plano estratégico, a proposta de intervenção passa pela conceção de um parque agro-urbano nos terrenos da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal em Oeiras; e à escala da arquitetura, um projeto de um arquivo municipal junto ao complexo da Casa da Pesca que, para além do contributo programático, ajude a reabilitar e a evitar a contínua degradação que o imóvel, de enorme valor patrimonial, tem vindo a sofrer ao longo das últimas décadas.

0.2 OBJETIVOS

O principal objetivo deste trabalho de investigação passa por incorporar um cenário produtivo e recreativo em Oeiras através dos vazios urbanos. A par do objetivo principal, surgem objetivos secundários que passam por:

- I) Estimular a produção alimentar local;
- II) Questionar o planeamento urbano das últimas décadas, nomeadamente para o crescimento acelerado e descontrolado das áreas urbanizadas e para a fragmentação do território de Oeiras;
- III) Alertar para a degradação das estruturas biofísicas do concelho;
- IV) Advertir para a degradação contínua do património imóvel e paisagístico da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, em Oeiras;

0.3 METODOLOGIA

I) Análise e leitura do livro “*Continuous Productive Urban Landscapes*” dos arquitetos Katrin Bohn e André Viljoen. A obra referenciada aborda o mesmo tema que a presente investigação: introdução de cenários produtivos e recreativos em vazios urbanos, daí a importância da análise do livro. Deste modo, pretende-se responder às seguintes questões: o que é o conceito do CPUL? De onde surge? Porque é uma abordagem viável para o futuro do planeamento urbano? Qual é a metodologia de análise para essa abordagem?

II) Análise geográfica e histórica do município de Oeiras e da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal. Para a realização das mesmas análises foram necessárias as consultas dos documentos e imagens da base de dados digital do Arquivo Municipal de Oeiras e do Arquivo Municipal de Cascais, da cartografia disponível na base digital da Biblioteca Nacional de Portugal, das cartas militares do Corpo do Estado Maior e do devido material bibliográfico e pontualmente referenciado ao longo do texto. Esta análise é essencial para perceber as potencialidades e fragilidades do território de intervenção.

III) Com base numa metodologia qualitativa, análise de estudo dos diferentes vazios da ribeira da Lage, em Oeiras, adotando a mesma abordagem de Bohn e Viljoen. A introdução de um cenário produtivo e recreativo requer va-

zios urbanos que tenham condições prósperas para a prática da agricultura. Em Oeiras, os terrenos juntos às ribeiras assumem-se como os mais férteis. Deste modo procedeu-se à escolha da ribeira da Lage para análise dos vazios urbanos que junto a ela se encontram. A escolha da ribeira da Lage e não de outra estrutura natural surge por interesse e motivação na Quinta de Recreio do Marquês de Pombal. Deste modo, o estudo dos vazios urbanos da ribeira pretende reforçar a escolha da Quinta do Marquês de Pombal para proposta de intervenção de projeto: a incorporação de um cenário produtivo e recreativo.

Os casos de estudo em conta para o estudo dos vazios urbanos da ribeira da Lage enumeram-se por ordem alfabética da seguinte forma: Hortas do Bairro do Pombal, Jardim Central do Lagoas Park, Jardim da Lage, Jardim Municipal de Oeiras (também conhecido por Jardim Almirante Gago Coutinho), Jardim do Palácio Marquês de Pombal (Quinta de Baixo), Praia e Jardim de Santo Amaro, Quinta de Cima do Marquês de Pombal (terrenos da antiga Estação Agronómica Nacional) e Quinta de São Salvador.

Para a realização deste mesmo estudo foram necessárias as constantes idas aos locais de intervenção, tendo sido feitas visitas na situação pré-estado de calamidade e de emergência relativos à pandemia COVID-19 (novembro de 2019), como após o estado de emergência

(maio e junho de 2020). Apesar de terem sido vivenciadas experiências totalmente diferentes, o presente estudo incide-se em relação às observações e referências das visitas da situação pré-estado de emergência da pandemia respectiva à COVID-19.

Os critérios avaliativos utilizados para o estudo dos vazios urbanos da ribeira da Lage são os mesmos relativamente ao CPUL de Katrin Bohn e André Viljoen. Numa adaptação para a língua portuguesa e pela mesma ordem que apresentadas no CPUL, os critérios são: tamanho e forma, interação local, sensação de abertura, variedade de ocupação, acessibilidade pedestre ou ciclável, retorno económico do uso do solo, natureza urbana, estimulação visual persistente, deleite ambiental e variedade de ocupantes. Emparelhando os critérios pela ordem enumerada, os resultados do estudo são hierarquizados e colocados em gráficos onde um critério surge em função de outro: deste modo existem os resultados em formato de lista fruto da hierarquização; em gráfico, fruto do confronto dos resultados segundo um critério e outro.

É de referir que a avaliação hierárquica para cada critério é de carácter qualitativo e surge de uma abordagem inteiramente subjetiva. Os resultados da metodologia qualitativa adotada são provenientes do conhecimento empírico, ou seja, da experiência individual dos diversos espaços.

Do ponto de vista metodológico, um trabalho de investigação pode ser de carácter quantitativo ou qualitativo. A abordagem qualitativa é aquela que testemunha uma relação dinâmica entre a objetividade do mundo real e a subjetividade do sujeito, através da observação, vivência e experiências individuais, um vínculo que não pode ser traduzido em resultados quantitativos (Silva e Menezes, 2001). Deste modo, *“não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem”* (Silva e Menezes, 2001, p.20).

Uma das críticas apontadas à metodologia qualitativa é o seu carácter subjetivo, por não se traduzir em resultados cientificamente comprovados e, dessa forma, de carácter duvidoso. No entanto não deixa de ser uma metodologia credível e rigorosa que, para o próprio sucesso da investigação, deve apelar ao sujeito a adoção de critérios e princípios específicos e uma postura coerente. Segundo Pedro Demo (2004), e citado por Maria Célia da Silva Gonçalves (2007), *“um dos primeiros passos para a realização de um bom trabalho utilizando essa metodologia, perpassa pela desmistificação de que a pesquisa qualitativa pode ser feita por qualquer um, sem grandes preocupações com o método. É necessário que o pesquisador esteja*

atento a necessidade de uma constante crítica e autocrítica de seu trabalho.”

IV) Conceção de um projeto de intervenção ao nível do plano estratégico: o Parque Agro-Urbano de Oeiras; e à escala da arquitetura: o Arquivo Municipal junto ao Complexo da Casa da Pesca, e que se insere no mesmo parque. Ambas as propostas pretendem dar resposta às necessidades abordadas durante o trabalho de investigação.

Deste modo, é possível entender o conceito da investigação: cenários produtivos e recreativos em vazios urbanos; o território onde se pretende implementar: Oeiras; e em que zona específica deste mesmo território: a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal e que tipo de intervenção: o Parque Agro-Urbano de Oeiras e o Arquivo Municipal junto ao complexo da Casa da Pesca.

0.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho de investigação é composto por quatro capítulos principais. O primeiro capítulo assume-se como base teórica e aborda o conceito CPUL de Katrin Bohn e André Viljoen, que se baseia na implantação de cenários produtivos e recreativos em contexto urbano e que coincide com o tema da presente investigação.

O segundo capítulo destina-se às análises à macro escala do território de intervenção. Deste modo, aborda o concelho de Oeiras através de uma análise geográfica e histórica em confronto com a contemporaneidade. Igualmente no segundo capítulo encontra-se a análise dos vazios urbanos da ribeira da Lage segundo a metodologia apresentada no ponto III do subcapítulo 0.3.

O terceiro capítulo destina-se à análise do território de projeto, a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, através de uma abordagem histórica e contemporânea, revelando as qualidades e fragilidades do lugar.

O quarto capítulo destina-se à memória descritiva do projeto do Parque Agro-Urbano nos terrenos da Quinta de Recreio de Marquês de Pombal e do Arquivo Municipal. As propostas de intervenção surgem como resposta à problemática, ao tema da investigação e aos respetivos objetivos lançados.

0.5 REVISÃO DE LEITURA / ESTADO DA ARTE

BOHN & VILJOEN, 2005

Pontos Fortes:

1. Apresenta um conceito bastante forte, o “*Continuous Productive Urban Landscapes*”, que acaba por ser o tema central desta investigação: produção e consumo local de alimentos através da introdução de cenários produtivos e recreativos em vazios urbanos;

2. Deste modo, critica a evolução dos modelos urbanos e dos respetivos sistemas alimentares, que deixaram de ser sustentáveis a partir da Revolução Industrial.

3. Tendo sido Londres o primeiro caso de estudo a ser explorado, a obra possui uma investigação histórica que relata exemplos de existência agricultura urbana fruto à necessidade dos diferentes contextos históricos;

4. Possui uma análise comparativa de vazios urbanos de diferentes cidades europeias com o conceito CPUL, através de critérios qualitativos e que se baseiam nas experiências individuais dos espaços. Deste modo, serviu de influência para a análise dos vazios urbanos da ribeira da Lage, com o objetivo de incorporar um cenário produtivo e recreativo em Oeiras;

Limitações para o Estudo:

1. O facto de o conceito ainda ser de natureza utópica é a principal limitação da obra pois não é possível ter uma ideia concreta e realista da implementação do CPUL;

ANASTÁCIO, 2008

Pontos Fortes:

1. Possui uma análise histórica bastante profunda do território, no que à tradição saloia diz respeito;

2. Invoca episódios como a construção da linha de caminho-de-ferro como agente transformador de toda a Costa do Sol, em termos paisagísticos, económicos e sociais;

Limitações para o Estudo:

1. A investigação encontra-se mais centrada para o concelho de Cascais e não tanto de Oeiras, assim como de um determinado período histórico;

CORBOZ, 1993

Pontos Fortes:

1. Aborda a importância do território como um elemento gerador de transformações paisagísticas, sociais, culturais e económicas;

2. Revela o desenvolvimento do antagonismo cidade-campo ao longo dos períodos históricos;

3. Aborda o crescimento descontrolado das cidades pós-Revolução Industrial;

Limitações para o Estudo:

1. Não revela estratégias de ocupação futura do território,

GEHL, 2017

Pontos Fortes:

1. Explora o comportamento humano no espaço público, algo essencial na projeção do mesmo;
2. Defende que a qualidade do espaço resulta do aumento das atividades opcionais e sociais e vice-versa;
3. Reforça que as atividades recreativas exteriores são de natureza estimulante;

Limitações para o Estudo:

1. A obra acaba por estar mais focalizada nas questões da mobilidade e permanência e não tanto na questão da agricultura urbana, também ela uma permanência;

GLÓRIA, 2009

Pontos Fortes:

1. Possui uma investigação histórica bastante completa em relação à Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, em Oeiras, bem como da Casa da Pesca.
2. Alerta para o atual estado de conservação dos imóveis;

Limitações para o Estudo:

1. A investigação encontra-se mais centrada para o concelho de Cascais e não tanto de Oeiras, assim como de um determinado período histórico;

KUNZIG, 2019

Pontos Fortes:

1. Aborda a real questão do automóvel como o protagonista da vida urbana e da maneira de fazer cidade. Nesse sentido, Kunzig visita e relata diversos casos de estudo onde arquitetos e urbanistas tentam combater essa ideologia. Entre eles destaca-se o arquiteto Peter Calthorpe e o urbanista Jan Gehl, que pretendem devolver a cidade às pessoas e combater a “*expansão descontrolada*”;

Limitações para o Estudo:

1. A maioria das problemáticas e estratégias referenciadas estão relacionadas com a mobilidade e o transporte público e nem tanto a questão da agricultura urbana,

MAGALHÃES, 2007

Pontos Fortes:

1. Aborda o conceito e terminologia da Paisagem através de uma análise histórica;
2. Refere que no pós-Revolução Industrial a Paisagem surge como refúgio da cidade industrializada e, deste modo, surgem os movimentos sanitaristas;
3. Acrescenta que o panorama contemporâneo da Paisagem se baseia num processo que teve início pós II Guerra Mundial e é caracterizado pela diluição das fronteiras entre Paisagem Urbana e Paisagem Rural. O resultado é a fragmentação do território.

Limitações para o Estudo:

1. Não refere ideias, propostas e estratégias para o panorama futuro da Paisagem;

MONTGOMERY, 2013

Pontos Fortes:

1. Realça que o termo “*cidade*” só faz sentido se for ao encontro das necessidades e da felicidade comum da população;

2. Desenvolve estratégias para melhorar a vida comum das populações urbanas, que se têm deteriorado nos últimos anos;

Limitações para o Estudo:

1. Não faz referências à importância da produção alimentar local e da agricultura urbana para atingir a felicidade na cidade.

PORTAS, DOMINGUES & CABRAL, 2011

Pontos Fortes:

1. Desenvolve uma análise de diagnóstico das potencialidades e das fragilidades da evolução das urbanizações em Portugal;

Limitações para o Estudo:

1. Não faz referências ao sistema alimentar das cidades;

2. Acaba por ser uma abordagem muito teórica e que poderia analisar casos ou exemplos práticos;

PORTAS, 2012

Pontos Fortes:

1. Aborda diversos conceitos como a fragmentação do território ou o crescimento explosivo das urbanizações;

Limitações para o Estudo:

1. Acaba por ser uma obra de cariz mais teórico e não tanto de propostas ou estratégias futuras;

RODRIGUES, 2015

Pontos Fortes:

1. Investigação bastante completa sobre a implementação de parques hortícolas em Oeiras;

2. Revela uma análise estatística em relação às hortas urbanas atualmente existentes em Oeiras;

3. Revela quais os melhores locais para a prática da agricultura em Oeiras;

Limitações para o Estudo:

1. A proposta revelou uma maior preocupação em interligar as obras num sistema de ciclovias e não explora a potencialidade das atividades junto às próprias hortas;

2. Pouca referência ao património local;

1

agricultura urbana
o conceito cpul

1.1 O QUE É O CPUL?

Ao longo do tempo as linhas de água sempre tiveram influência nos assentamentos humanos no território. As bacias hidrográficas e as frentes ribeirinhas são importantes fontes de abastecimento, não só para consumo próprio das populações, como também para a irrigação dos terrenos agrícolas. As explorações agrícolas funcionam como fonte de alimento, mas também impulsionam a economia de um território. Deste modo, existia uma relação simbiótica entre paisagem produtiva e sistema de assentamentos humanos (Bohn e Viljoen, 2005).

A Revolução Industrial é de enorme importância. Durante este período, a nível do sistema alimentar surgem os fertilizantes, os sistemas de refrigeração e aquecimento e os combustíveis fósseis. Surgem igualmente as novas infraestruturas, como as estradas e os caminhos-de-ferro, para novos meios de transporte, como o automóvel e o comboio. Assim, é possibilitado o transporte da comida de forma mais rápida e eficaz.

Esta facilidade em levar os recursos a qualquer lugar fez quebrar a lógica dos assentamentos humanos, antecedente à Revolução Industrial. Os caudais de água deixaram de ser fontes de abastecimento de explorações agrícolas e tornaram-se em esgotos naturais a céu aberto, ou seja, lugar de despejos de resíduos provenientes das fábricas da era industrial. A sociedade industrial caracterizou-se pela apropriação dos recursos em maior quantidade, e de

forma mais rápida, do que aquilo que os sistemas naturais conseguem regenerar (Boada e Sanchez, 2009).

Deste modo, o “*Continuous Productive Urban Landscapes*” (CPUL) são uma abordagem projetual desenvolvida pelos arquitetos Katrin Bohn e André Viljoen que, através do *design* urbano, tenta reincorporar um cenário produtivo (agricultura urbana e consumo local), mas também um cenário recreativo, através dos vazios urbanos de uma cidade. Segundo Bohn e Viljoen (2005), o desafio das cidades para o século XXI passa pela renovação e desdensificação constante das áreas urbanizadas.

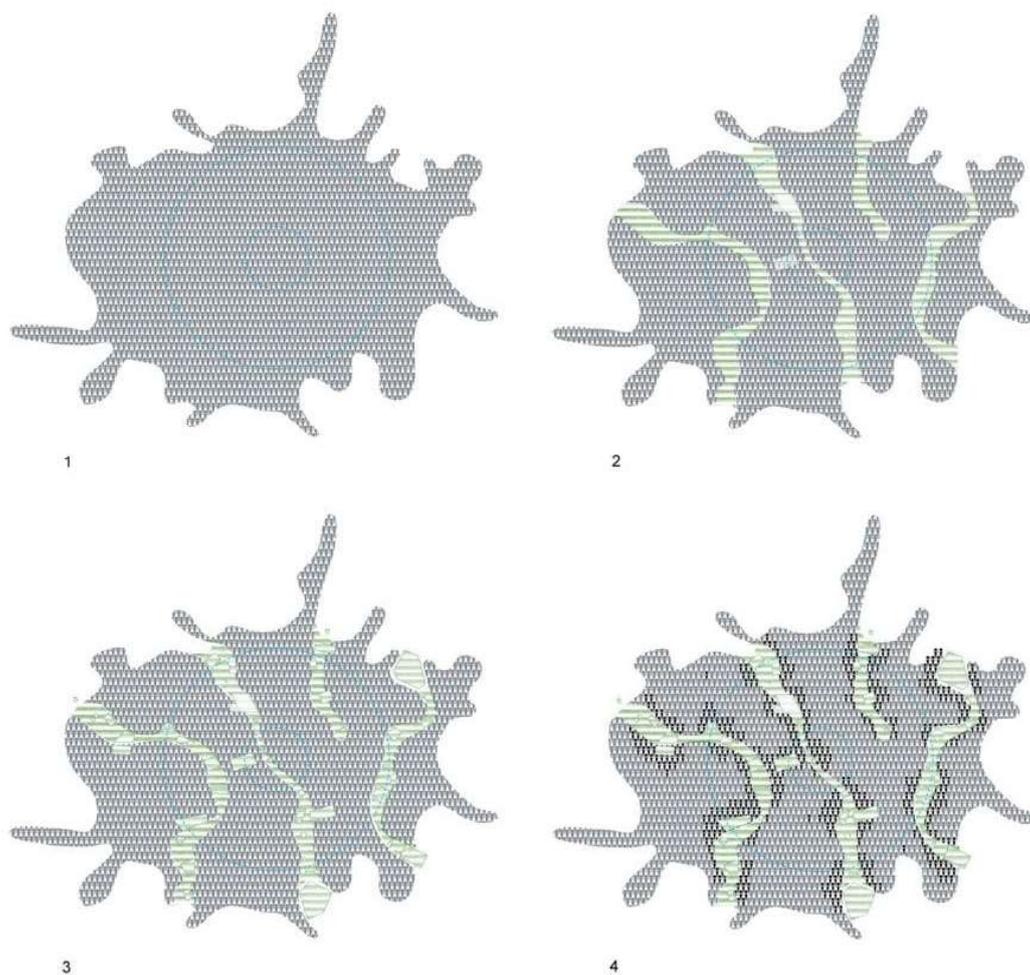


Figura 1.1 - Conceito do CPUL

A figura 1.1 ilustra a metodologia do conceito do CPUL numa cidade em 4 fases:

- 1) Identificar uma cidade densa e sem a implementação do CPUL;
- 2) Identificar os vazios urbanos contínuos na região metropolitana;
- 3) Incorporar cenários produtivos e recreativos nos vazios através da agricultura urbana;
- 4) Alimentar a cidade;

Através da escala urbana, o CPUL consiste em trabalhar as paisagens abertas, tornando-as produtivas em termos económicos, sociais e ambientais, oferecendo à cidade anfitriã uma variedade de estilos de vida vantajosos. Através de paisagens pedestres bem conectadas, estas fazem a ligação entre espaços abertos das cidades (vazios urbanos), todo o tipo de ambientes urbanos construídos e as áreas rurais: *“partially, the city will become open and wild”* (Bohn e Viljoen, 2005, p.11).

Estas novas paisagens acolhem uma diversidade de tipologias como as florestas urbanas, pulmões verdes, áreas selvagens, eixos de movimentos e de circulação, locais de reflexão, encontro cultural e jogo social. São catalisadores de diversas atividades sociais, culturais e económicas que apenas são possíveis ao ar-livre pois não acontecem dentro dos edifícios.

Tendo a capacidade de se integrar em qualquer morfologia e metabolismo urbano, a adoção de um projeto do CPUL não implica apagar ou arrasar o tecido urbano da cidade anfitriã. O CPUL tende a encontrar uma estratégia com a malha já existente, conjugando os vazios urbanos existentes e promovendo a actividade agrícola. Segundo Katrin e Viljoen, a introdução de campos agrícolas na cidade contemporânea potencializa a dinâmica do território pois a vegetação agrícola encontra-se sazonalmente em constante mudança.

No entanto são necessários pré-requisitos para o sucesso do CPUL: estabilidade populacional, transporte público eficiente e equilíbrio urbano do bairro, ou seja, não haver tendência a este poder a vir crescer em termos de edificado.

O respeito pela biofísica do território é outra das principais características do Continuous Productive Urban Landscapes: preservar a terra, o ar, a vegetação, a água (a rede hidrográfica em si, bem como os sistemas sustentáveis que a transportam como os aquedutos) e o património local, não só por motivos ambientais, como para o sucesso do próprio CPUL.

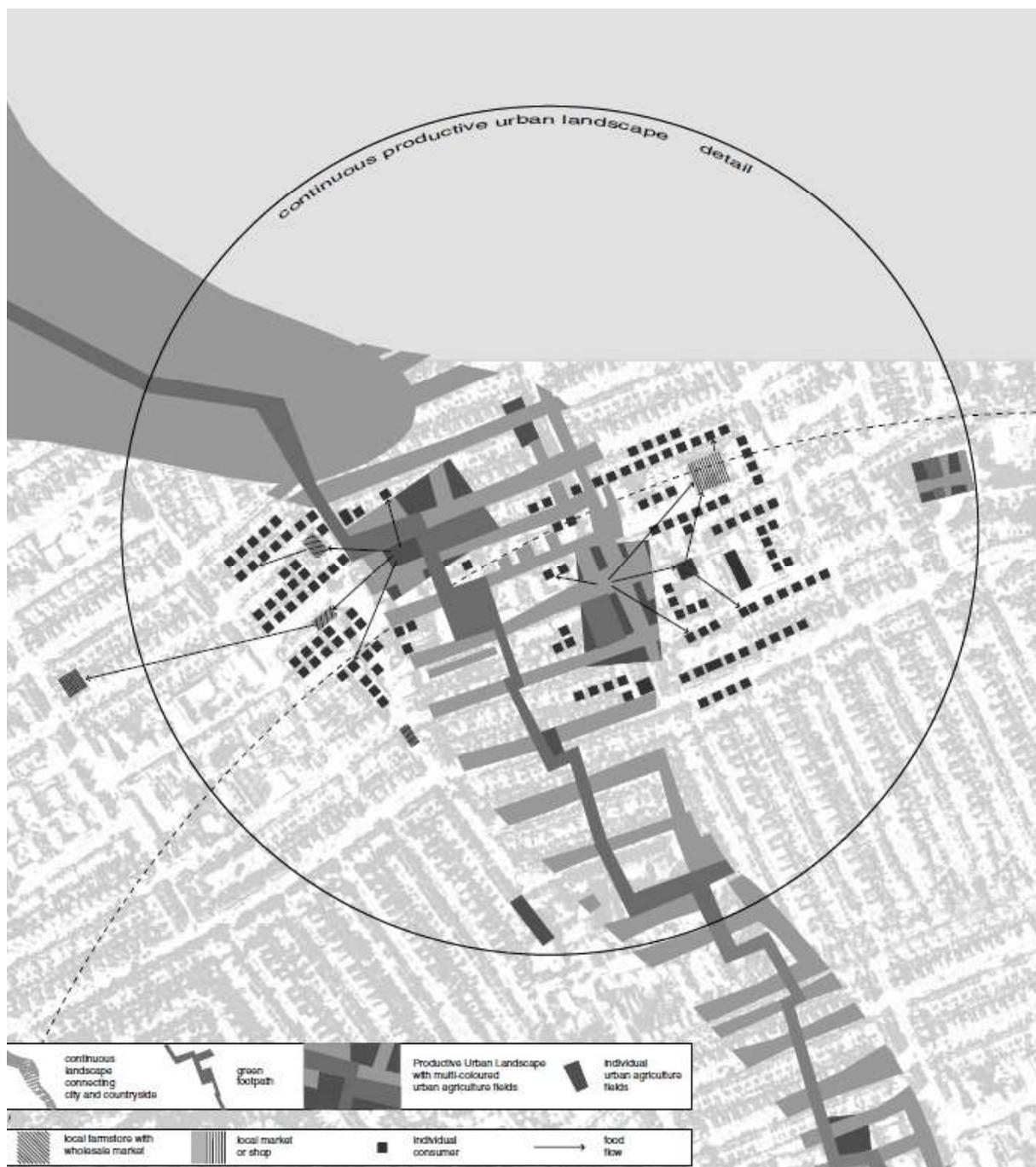


Figura 1.2 - O conceito da CPUL para Londres

“If we are to save the planet, much more than urban and regional planning models will have to change.”

José Mateus

1.2 PORQUÊ O CPUL E COMO SURTIU?

Como anteriormente referido, o CPUL trata-se de cultivo urbano e consumo local de alimentos: “*organic local farming, trading and seasonal consumption*” (Bohn e Viljoen, 2005, p.12). Os próprios Katrin Bohn e André Viljoen admitem que vai continuar a existir consumo de comida vinda de fora dos limites locais, mas que com o CPUL será em menor quantidade e estritamente por necessidade.

Desta maneira existe um equilíbrio saudável e sustentável entre produção e consumo. A produção alimentar local é mais efetiva, mais prática e é igualmente uma maneira de combater e reduzir o consumo de energia que a produção de comida necessita. Segundo dados de 2014 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC - *Intergovernmental Panel on Climate Change*), a indústria de produção alimentar é responsável por 76% das emissões mundiais de gases com efeito de estufa, sendo a produção agrícola responsável por 27%.

O gasto de energia usada no ocidente, nomeadamente na Europa, para a produção alimentar excede de longe a energia de retorno do consumo desta mesma produção. Tal como a energia, recursos como a água, matérias-primas, terra fértil e a própria comida são consumidos de forma insustentável. Segundo Poore e Nemecek em “*Reducing food’s environmental impacts through producers and consumers*” (2018) e citado por Hannah Ritchie (2020), o

desperdício alimentar derivado à produção e exploração dos recursos em excesso é responsável por 6% das emissões de gases com efeito de estufa.

Uma produção agrícola local não é apenas benéfica para o ambiente, como também incentiva a população a adotar uma alimentação mais saudável e produtos de melhor qualidade. Economicamente, a produção local é mais rentável e impulsiona o mercado, o emprego e as relações comerciais locais. Socialmente são estimuladas as atividades culturais, educacionais e de lazer (Bohn e Viljoen, 2005).

Através das figuras 1.3 e 1.4, Bohn e Viljoen (2005) pretendem invocar um cenário de Londres, fruto da escassez de recursos alimentares na Segunda Guerra Mundial, que atualmente não existe: produção agrícola em plena área urbana.

Segundo Sidónio Costa Pardal (1987, p.450), o exercício de “*questionar e dar respostas aos problemas específicos do meio urbano, do ordenamento agro-florestal e defesa das zonas selvagens*” antecede o período da Segunda Grande Guerra. É no século XIX que termina uma “*atitude contemplativa e pictórica sobre a paisagem*” e começa a ser questionada o modelo da cidade industrial. Deste modo, surge o movimento sanitarista, preocupado com as condições de insalubridade, smog, poluição, pobreza e miséria a que as populações urbanas da época estavam sujeitas.



Figura 1.3 - Torre de Londres, 1939-1945



Figura 1.4 - Clapham Common, Londres, 1939-1945

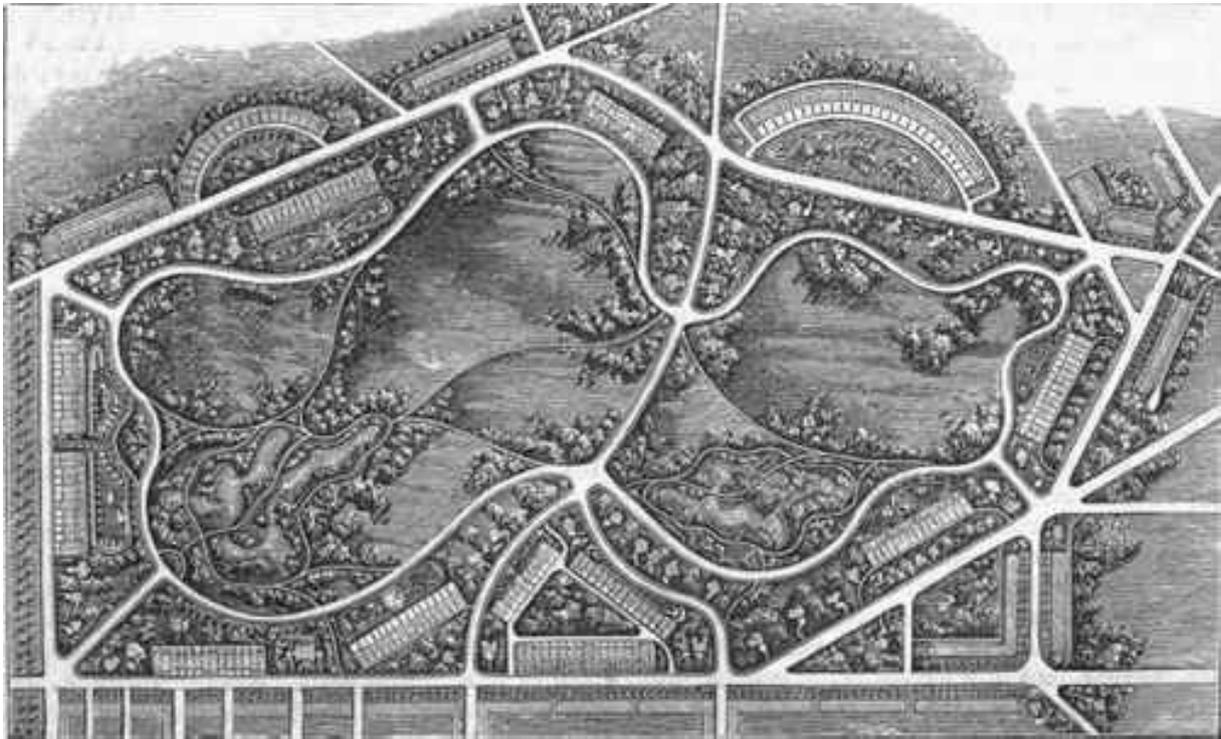


Figura 1.5 - Plano do Birkenhead Park, Liverpool, Joseph Paxton



Figura 1.6 - Plano do Central Park, Nova Iorque, Olmsted e Vaux, 1860

Manuela Magalhães descreve o paradigma da Paisagem no século XIX como uma *“representação da natureza perdida pelo homem da sociedade industrial (...)”*. (2007, p.105) Foi nesta altura que se criaram *“as bases da sensibilidade higienista que também marcou a construção de Paisagens, através de modelos de cidade como os da Cidade Linear (Arturo Soria y Mata, (1844-1920), e da Cidade Jardim (Ebenézer Howard, 1898)”*, como *“reconhecimento da necessidade de introduzir vegetação na cidade”* (Magalhães, 2007, p.105).

De modo a *“sanear a atmosfera poluída pelas emissões da combustão do carvão”*, originam-se as *“tipologias da introdução de vegetação na cidade, como o pulmão verde e o green belt (...)”* (Magalhães, 2007, p.105). Das propostas utópicas que surgiram durante o movimento sanitarista do século XIX, destacam-se os *“Green Belts for London”* (Cintos Verdes para Londres), concebida por John Claudius Loudon em 1829 (fig. 1.7). Esta proposta consiste em várias zonas de cariz rural, de geometria circular e concêntricas a Londres, e para impedir o crescimento urbano acelerado. Apesar de não ter sido concretizada, não deixou de ser importante para influenciar propostas futuras, como o caso do CPUL, já no século XXI.

Concretamente, surge o conceito de parque urbano, com o projeto do Birkenhead Park of Liverpool de Joseph Paxton em 1835; e do Central Park em Nova Iorque de Olmsted

e Vaux em 1851. O parque urbano público atinge o *“estatuto de um equipamento público, com funções de espaço complementar da habitação e elemento estruturante da qualidade do meio urbano”* (Pardal, 1987, p.452).

Nesse sentido surge o paradigma ecológico da Paisagem, *“em que a Paisagem requeriria o conhecimento da ecologia como base preferencial para a sua compreensão e concepção”*. Até à época, as fronteiras entre *“Paisagem Rural”* e *“Paisagem Urbana”*, e mais tarde também com a *“Paisagem Industrial”*, eram evidentes (Magalhães, 2007, p.105).

Dado a inevitável e constante densificação da área urbana de Londres, e não só, o *“Continuous Productive Urban Landscapes”* apresenta um conceito urbano que tira proveito dos vazios urbanos existentes, associando o rural e as condições naturais do território.

Conclui-se que o CPUL não é um conceito inovador, mas acaba por tirar partido das ideias do passado, que à época eram inovadoras, reinterpretando-as para o exercício da contemporaneidade.

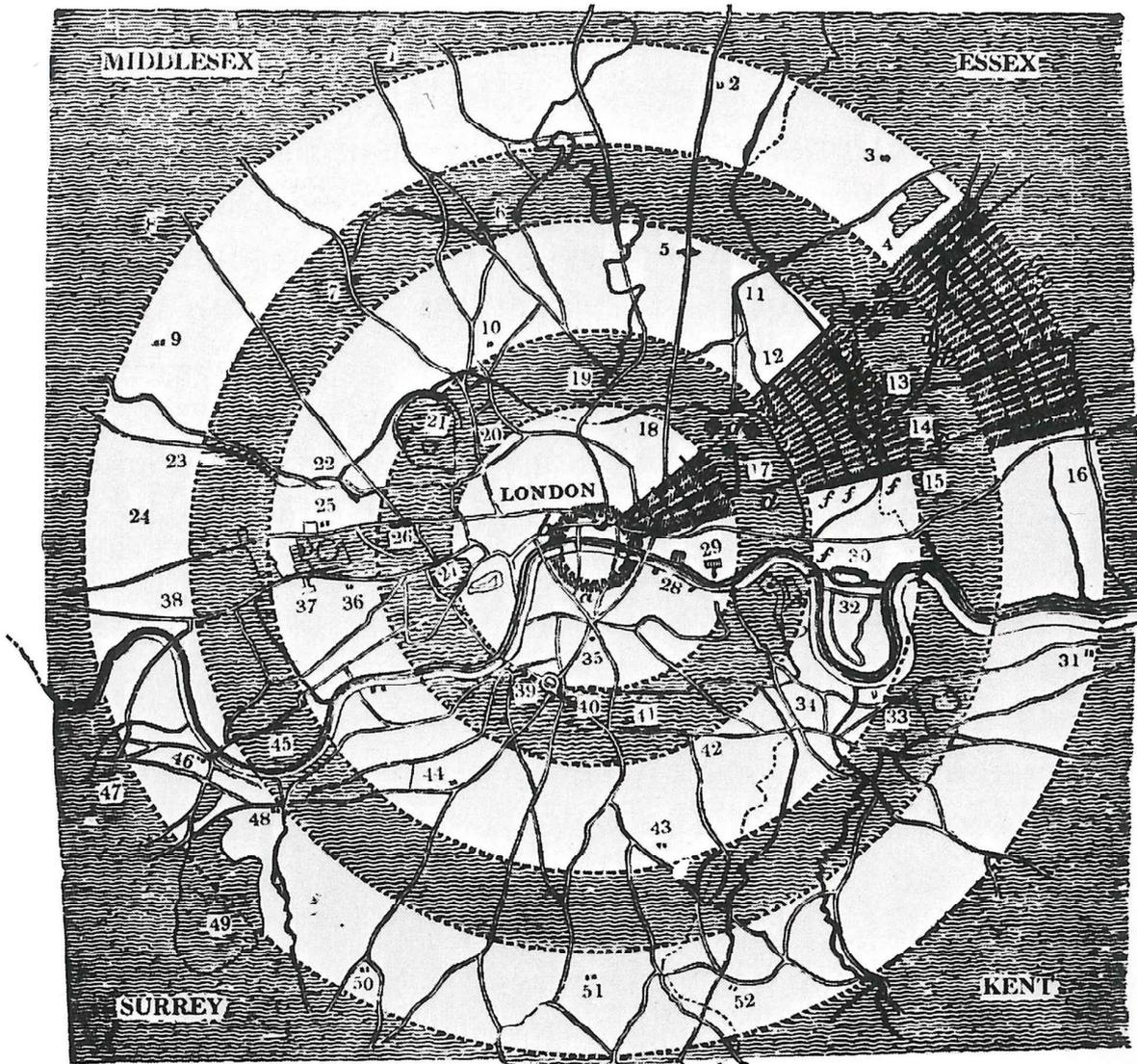


Figura 1.7 - Green Belts for London, John Claudius Loudon, 1829

“(...) um problema nascido do desenvolvimento urbano do século XVIII e tornado num clássico a partir do despertar da civilização industrial: o antagonismo cidade-campo.”

André Corboz

1.3 CPUL: A ANÁLISE DOS VAZIOS URBANOS

A maioria do trabalho de investigação de Katrin Bohn e André Viljoen teve o Reino Unido e as cidades britânicas, nomeadamente Londres, como caso de estudo para a integração do CPUL. No entanto, para reforçar a defesa do conceito e projetá-lo globalmente, Bohn e Viljoen realizaram um estudo comparativo entre o conceito CPUL em Londres e diversos vazios urbanos de diferentes cidades europeias (fig.1.8).

Através de diferentes parâmetros avaliativos, os vazios foram hierarquizados e tabelados graficamente (fig.9). Deste modo e visto que o CPUL é um conceito que não se encontra implantado, a comparação com espaços vazios concretos de diferentes cidades europeias ajudam a visualizar um cenário CPUL e ter uma noção de como seria se realmente existisse.

Deste modo, os parâmetros avaliativos utilizados por Bohn e Viljoen (2005) são diversos. O **tamanho** (*size*) diz respeito à forma, geometria e área do vazio, enquanto que a **interação local** (*local interactions*) relaciona-se com a possibilidade de encontros entre os utilizadores de um espaço.

Segundo Bohn e Viljoen (2005, p.114), a **sensação de abertura** (*sense of openness*), como o próprio nome indica, diz respeito à densidade visual e sonora do espaço: “*sense of openness means both, physical openness to the wandering/moving through space and sensed openness to people’s wandering eyes (view*

and ears (sound)”; enquanto que a **variedade de ocupação** (*variety of occupation*) relaciona-se com a diversidade de atividades que é possível realizar num espaço.

A **acessibilidade pedestre ou ciclável** (*inner-city movement*) está relacionada com a mobilidade: “*spaces that are easily accessible, easy to cross and/or inviting to sit, rest, wander are bursting with visitors, shoppers, traders and local residents (...). Spaces not providing those characteristics don’t burst.*” (Bohn e Viljoen, 2005, p.116). Com **retorno económico do uso do solo** (*economic return from ground-use*) entende-se pela estimulação não só da produção agrícola, mas também de outros parâmetros do sistema alimentar como a própria venda e consumo, de forma sustentável.

A **natureza urbana** (*urban nature*) está relacionada com a experiência “natural” em meio urbano: “*urban nature is an attempt to measure the presence of such “natural” features in the urban environment. It describes an open space’s potential for sensual experience involving, f.e., vision, touch, smell, taste, sound to create pleasure, friction or comfort*” (Bohn e Viljoen, 2005, p.118); enquanto que a **estimulação visual persistente** (*persistent visual stimulation*) refere-se à satisfação visual do indivíduo que frequenta um espaço.

European open urban spaces selected for comparison to CPULs

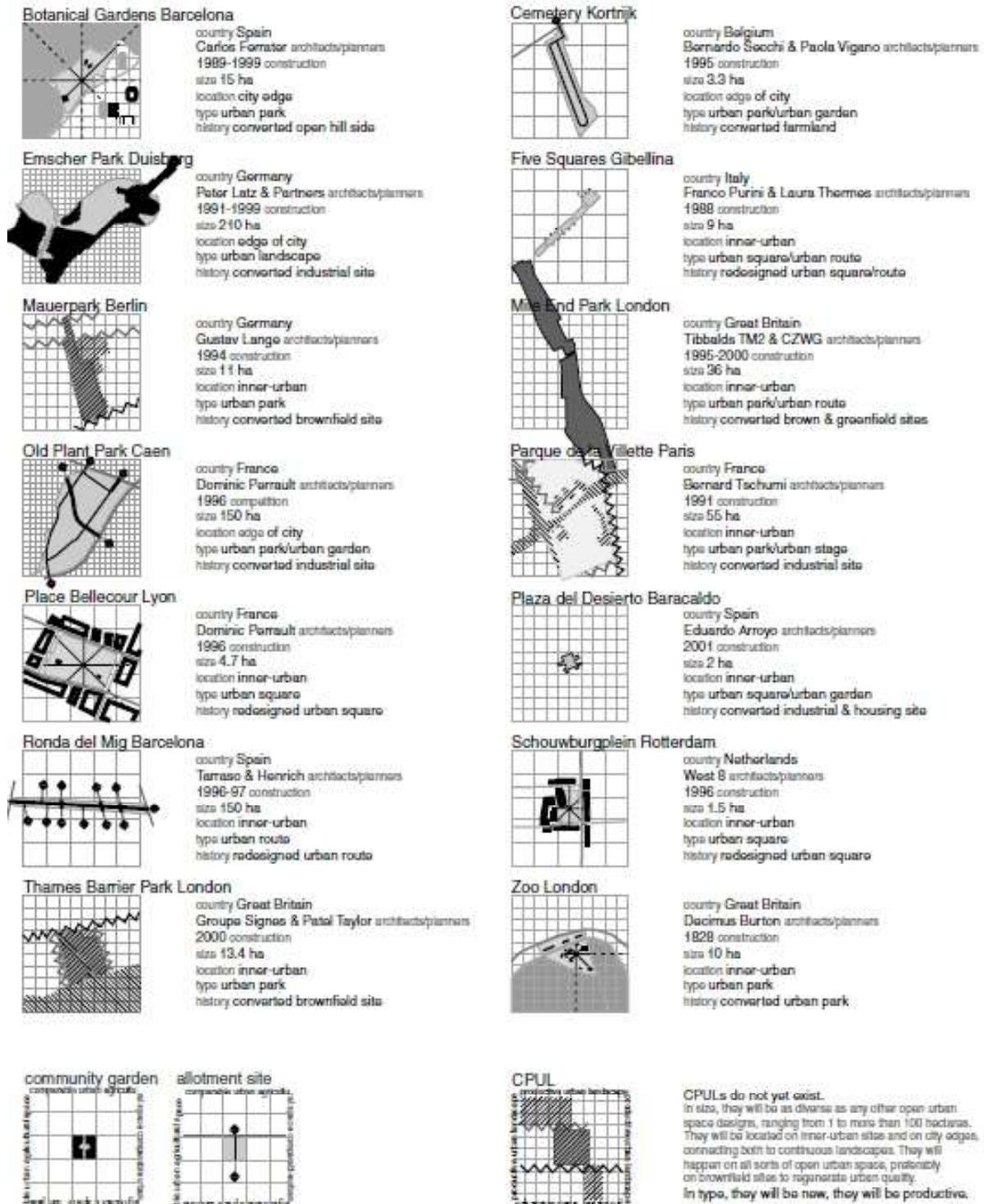


Figura 1.8 - Lista de vazios urbanos para o estudo de Bohn e Viljoen

O **deleite ambiental** (*environmental delight*) avalia se um determinado espaço detém qualidades que providencia o utilizador sensações de tranquilidade e calma. A **variedade de ocupantes** (*variety of occupants*) é relativo à inclusão/exclusão de um espaço, se é público ou privado, se é convidativo ou seletivo.

Neste sentido, o contributo de Katrin Bohn e André Viljoen em “*Continuous Productive Urban Landscapes*” parte como modelo teórico e prático para o caso de estudo do presente trabalho de investigação: o concelho de Oeiras.

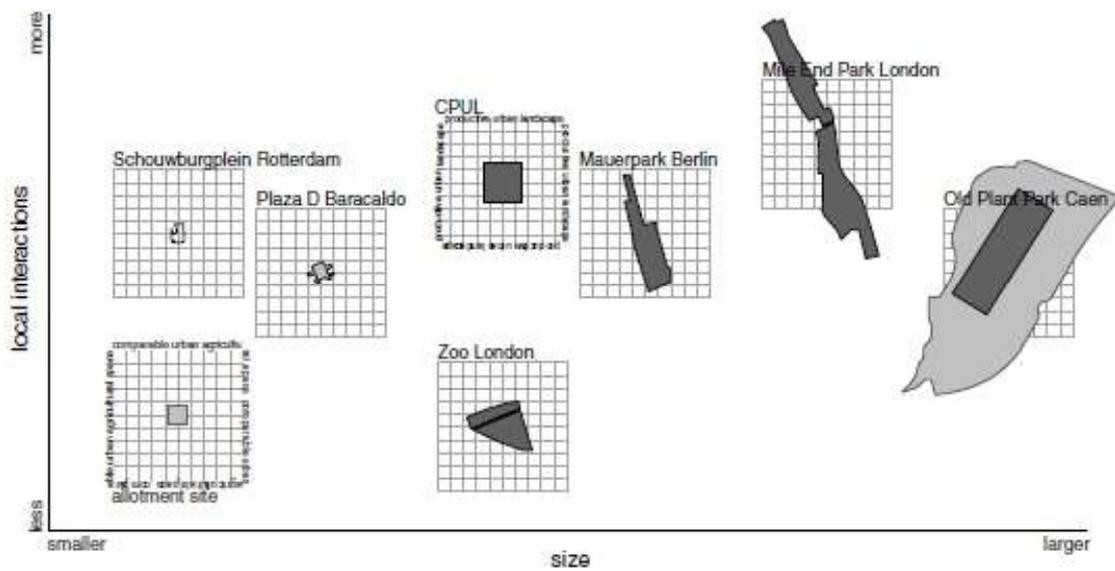


Figura 1.9 - Exemplo de um gráfico que coloca o CPUL e diferentes vazios urbanos europeus ordenados por interação local (local interactions) em função do tamanho (size), Bohn e Viljoen

“O objetivo das cidades é reunir as pessoas. No século XX afastámo-las.”

Robert Kunzig

2

oeiras
território de intervenção

2.1 OEIRAS: ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

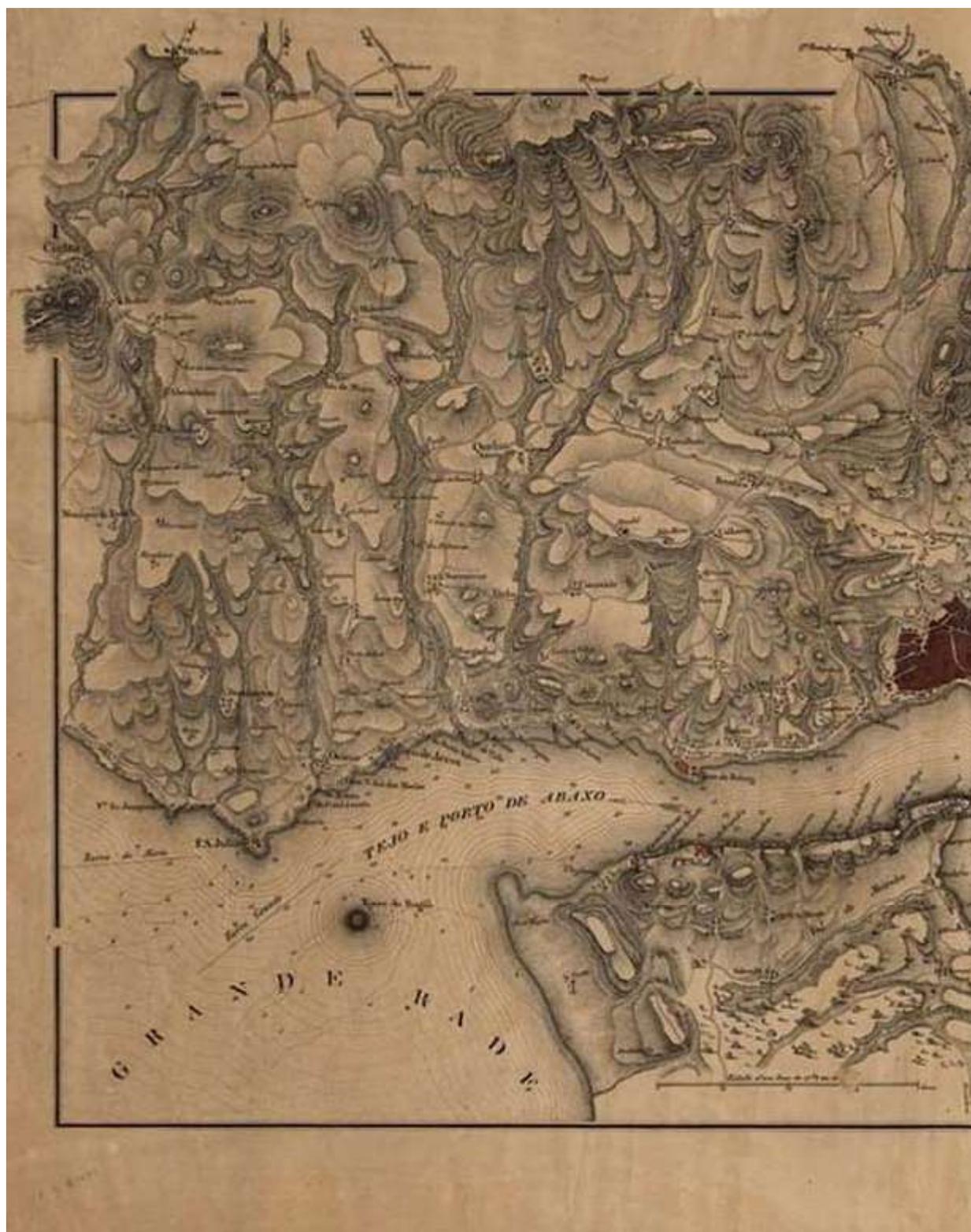
O concelho de Oeiras, inserido na Área Metropolitana de Lisboa, é delimitado a poente pelo concelho de Cascais, a norte pelos concelhos de Sintra e Amadora, a nascente pelo concelho de Lisboa e a sul pelo rio Tejo. Deste modo, o município de Oeiras adquire um carácter de centralidade em toda a região suburbana oeste de Lisboa. Juntamente com outros territórios suburbanos da capital, o concelho de Oeiras fez parte da outrora designada região Saloia de Lisboa. Segundo Teresa Marat-Mendes (2009, p.70), estes territórios estabeleceram *“ligações de interdependência, características sociais, culturais e arquitetónicas particulares”*.

Segundo o geógrafo Orlando Ribeiro (1945), o território onde hoje se insere a Área Metropolitana de Lisboa caracteriza-se por ser uma zona de confronto entre o clima atlântico e o clima mediterrâneo. A cordilheira da Serra de Sintra assume uma extrema importância na região de Lisboa. A cadeia montanhosa de Sintra permite concentrar toda a humidade do ar marítimo do Oceano Atlântico sob a forma de nuvens (Marat-Mendes, 2009). Deste modo, a Serra de Sintra alimenta as ribeiras e toda a restante rede hidrográfica da região.

A rede hidrográfica de Oeiras é constituída por cinco cursos de água principais, todos tributários do rio Tejo e paralelos entre si: a ribeira de Algés, a ribeira de Barcarena, a ribeira de Porto Salvo, a ribeira da Lage e o rio Jamor. Nestas linhas de água e *“junto à respetiva foz,*

os vales tomam formas mais abertas dando lugar a terrenos aluvionares relativamente extensos, com cotas próximas de zero” (CMO, 2013, p.22). Estas linhas de água atravessam o território na direção norte-sul e *“drenam a superfície montanhosa localizada ao longo da cordilheira da Serra de Sintra”* (Marat-Mendes, 2009).

As condições climáticas, a topografia, a hidrografia e todas as outras características biofísicas, como o vento, fazem do concelho de Oeiras um território próspero para a prática da agricultura: *“As excelentes condições naturais do Concelho, nomeadamente a qualidade dos solos de produção agrícola, associado à proximidade do mar foram desde sempre fatores determinantes na evolução da ocupação humana”* (CMO, 2013, p.11).



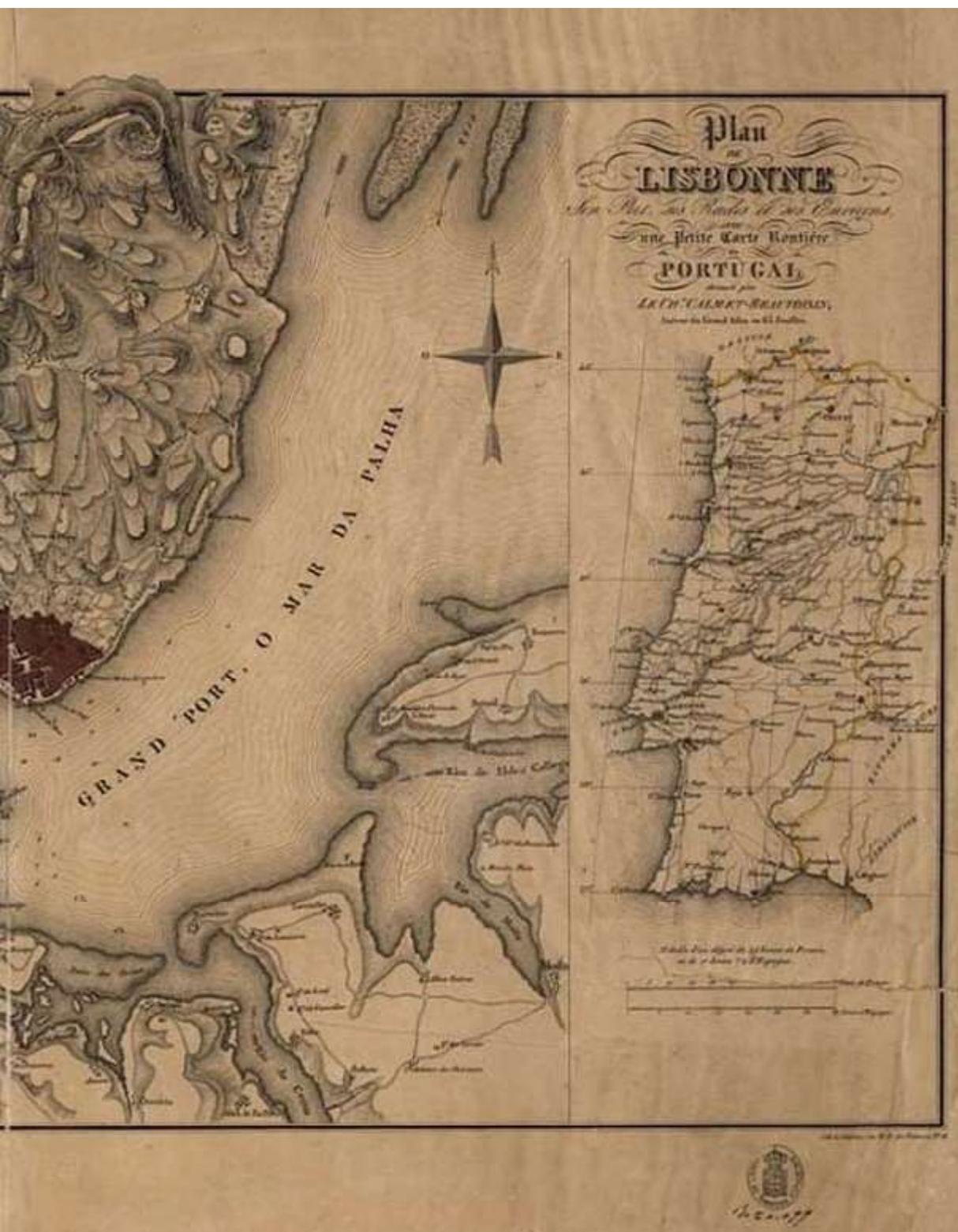


Figura 2.1 - Cartografia de Lisboa e arredores, Calmete-Beauvoisin, 1833



Figura 2.2 - Encosta da ribeira da Lage, 1986

“(O «território») É o espaço onde o homem exerce a sua acção, transformando-lhes as condições físicas, impondo-lhe a «sua ordem».”

José M. Ressano Garcia Lamas

2.2 OEIRAS: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Oeiras no século XVII e XVIII: a tradição agrícola

Os primeiros vestígios humanos na região de Oeiras datam do período Paleolítico. Mais tarde, a Idade do Bronze e do Ferro caracterizaram-se por uma ocupação humana mais sedentária, surgindo os casais agrícolas, tirando partido das excelentes condições da geografia do interior do território para a prática das atividades agrícolas. Deste modo, os casais contribuíram para a fundação dos assentamentos humanos seguintes, *“com especial relevância para a ocupação romana e medieval, incluindo o período muçulmano, num tipo de ocupação contínua, quase de aculturação”* (Marat-Mendes, 2009, p.71). Deste modo, emerge a identidade *“saloia”* nos territórios arredores a Lisboa, caracterizados por uma economia de subsistência, mas também de interdependência com a capital.

Os antigos moinhos, assim como outros testemunhos da arquitetura saloia, ainda hoje fazem parte da paisagem da região como prova dessa tradição agrícola, nomeadamente nas zonas interiores do concelho de Oeiras, como Leceia, Lage e Barcarena: *“Na origem da palavra Barcarena, correspondendo às palavras árabes Barr Carreina, que significam, Bar (campo ou terra culta), Car (Habitar) e Na (nós)”* (CMO, 2013, p.136). A população vivia essencialmente da agricultura que praticava nos terrenos férteis do vale da ribeira.

Em Leceia, a presença da ribeira de Barcarena e as *“aptidões naturais em termos de solos e exposição solar”*, tornou a povoação num lugar atrativo para a construção de quintas de recreio e lazer, pelo que apresenta ainda *“alguns exemplos, embora degradados ou em ruínas, de casas de arquitectura rural do tipo saloio”* (CMO, 2013, p.136).

A povoação da Lage *“teve a sua génese num conjunto de pequenas quintas”* (CMO, 2013, p.152), que se implementaram junto à respetiva ribeira, seguindo a mesma lógica dos casos de Barcarena e Leceia. Os assentamentos humanos de carácter *“saloio”* são caracterizados pela estagnação da sua economia até aos séculos XVII e XVIII (Marat-Mendes, 2009, p.71).

As próprias ribeiras, que têm origem na Serra de Sintra e que desaguam no rio Tejo, modelam o território de Oeiras através das diferentes bacias hidrográficas que o constituem. Estas ribeiras eram importantes, não só por razões agrícolas, mas também constituíam uma importante rede de transporte fluvial que *“promoveu conexões de navegação (...), em conjunto com todo um sistema viário que ligava Lisboa a Paço de Arcos, Oeiras, Cascais e Sintra”* (Marat-Mendes, 2009, p.73), muito antes de surgirem as grandes vias rodoviárias atuais.



Figura 2.3 - Capela de S. Sebastião de Barcarena, onde a volumetria revela a sua função anterior de moinho



Figura 2.4 - Perspetiva de algumas casas do núcleo antigo de Barcarena, 1986



Figura 2.5 - Oeiras e as suas quintas, Carta dos Arredores de Lisboa, Folha 2, Conrado Chelmicki, 1843-1846



Os séculos XVII e XVIII foram marcados pela intensificação da agricultura, dando origem à construção de palácios e grandes quintas (CMO, 2013). Estas quintas localizavam-se junto às ribeiras, que reúnem condições para o desenvolvimento da agricultura: *“a produção agrícola destas quintas centrava-se nas culturas cerealíferas e no vinho, constituindo estas áreas, importantes fontes abastecedoras da cidade de Lisboa”* (CMO, 2013, p.41).

Destacam-se a Real Quinta de Caxias, a Quinta do Egito, a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, entre outras. O surgimento destas casas de veraneio e destas quintas de recreio da nobreza e realeza portuguesa vieram transformar a paisagem saloia, que até então predominava. Contudo essa transformação da paisagem e intensificação da atividade agrícola, fruto de uma necessidade abastecedora de Lisboa, não alterou *“o uso apropriado dos recursos naturais disponíveis”*, como também *“assegurou a simbiose natural entre o homem, a natureza e o ambiente construído”* (Marat-Mendes, 2009, p.72 e 73).

Esta intensificação agrícola posterior ao terramoto de 1755 veio transformar a função das quintas que aqui outrora existiam. A função principalmente produtiva veio dar origem a uma função mais residencial. Deste modo é estabelecido *“um complexo sistema da produção que incorporava vários usos”* (Marat-Mendes, 2009, p.73).

As quintas de Oeiras do século XVIII, nomeadamente as de maior dimensão, eram compostas pela área enclausurada e pela área não enclausurada. Circunscrita por muros, a área enclausurada é a parte principal da quinta, na qual se encontra a casa principal, os jardins (caso existissem), as hortas, os pomares e os campos de cultivo de regadio. O cultivo de regadio é aquele que diz respeito aos produtos de maior valor comercial, daí a necessidade de se encontrarem protegidos pelos muros (Marat-Mendes, 2009).

Deste modo, a necessidade de fechar um campo ou terreno provém tanto de causas naturais fazendo-se muros de suporte, como de causas sociais: resguardar os cultivos de gente e gados estranhos. É testemunhada uma economia de carácter individualista e/ou familiar (Ribeiro, 1945).

Por outro lado, a área não enclausurada diz respeito ao cultivo de sequeiro, ou seja, ao cultivo dos produtos de menor valor comercial. Também designados por “*campos abertos*”, estes baseavam-se principalmente pelo cultivo de cereais e localizavam-se em redor da área enclausurada da quinta (Marat-Mendes, 2009).

Por sua vez, a gestão da água para a irrigação dos cultivos de regadio e de sequeiro também era diferente. Os cultivos de sequeiro, por serem de baixa performance, dependiam da infiltração da água da chuva que caía diretamente do solo, ou seja, das condições meteorológicas.

Em oposição e como o próprio nome indica, os cultivos de regadio são irrigados não só pela água infiltrada proveniente da chuva, como também pela água superficial proveniente das ribeiras, através da força mecânica. No século XVIII não existia a tecnologia nem o mecanismo necessário para mover enormes quantidades de água de forma sistemática, pelo que a gravidade era a força motora do sistema de gestão de água tradicional (Marat-Mendes, 2009).

Portanto, a gestão dos recursos hídricos naquele tempo era determinada pela geografia do território (topografia e condições meteorológicas e climatéricas) e pela capacidade técnica disponível à época.

O século XVIII é ainda marcado pelo início da exploração de pedreiras existentes no território, “*tendo por finalidade o fornecimento da matéria-prima para a construção do palácio do Marquês de Pombal (...)*” (CMO, 2013, p.152). Deste modo surge uma atividade complementar à agricultura – a extração de pedra.

Os séculos seguintes iriam testemunhar a decadência dos setores económicos primários, nomeadamente a agricultura, o surgimento e aumento dos setores secundário e terciário e das grandes infraestruturas de circulação, fruto dos novos meios de transporte que surgiram.

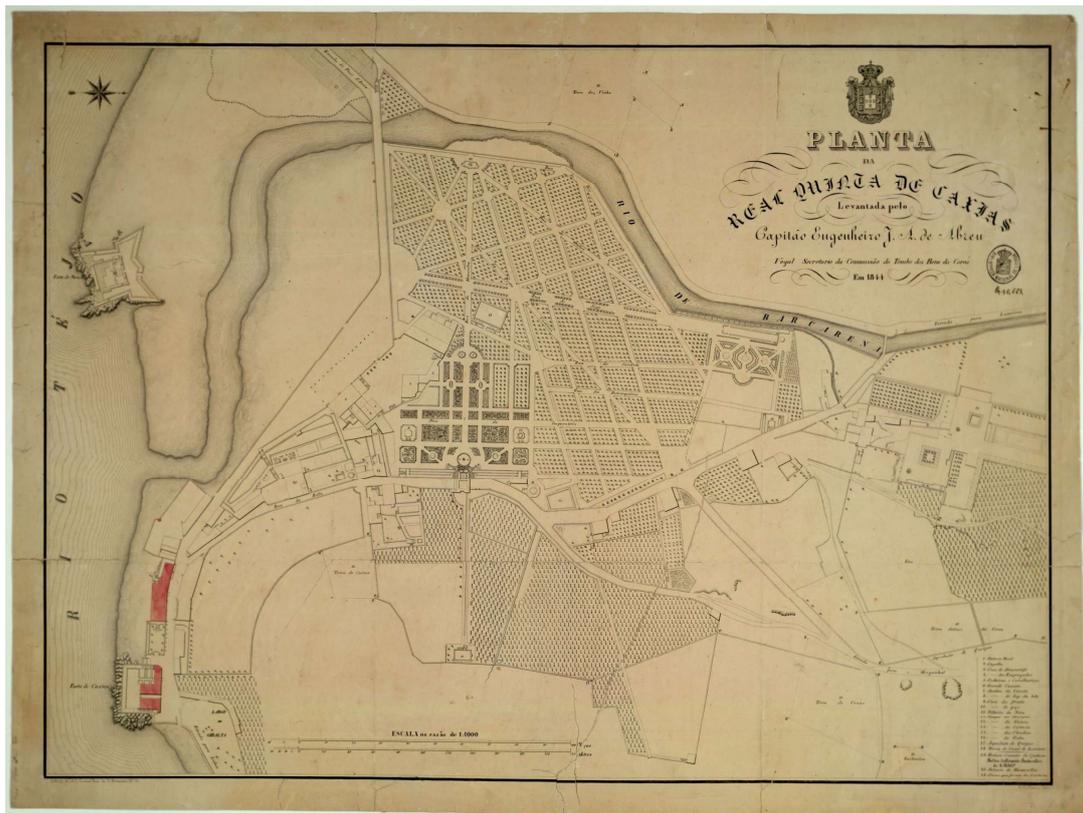


Figura 2.6 - Planta da Real Quinta de Caxias, 1844

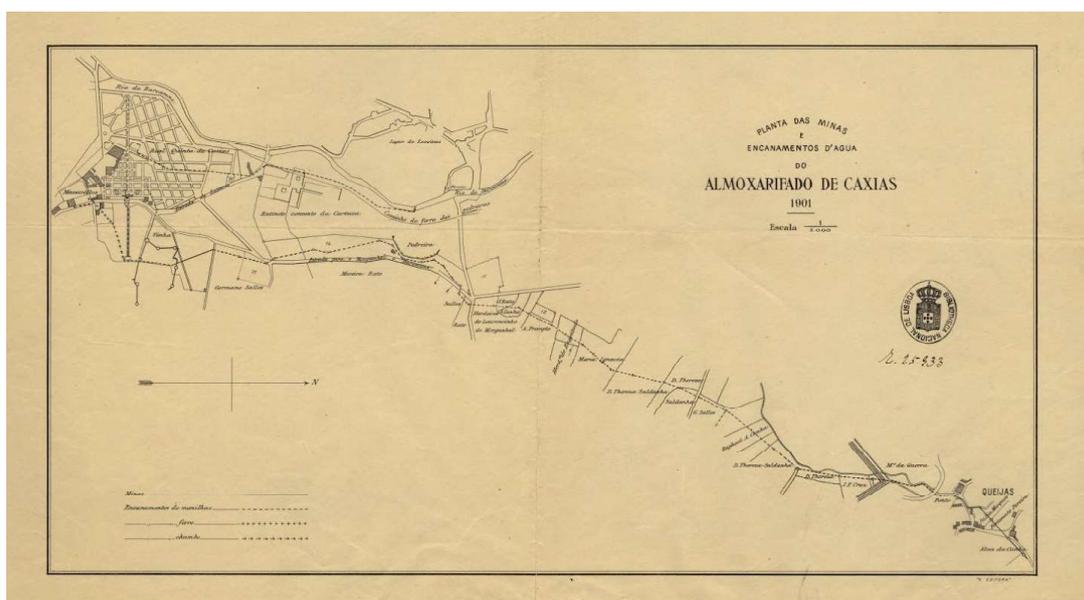


Figura 2.7 - Planta das Minas e Encanamentos D'água do Almoarifado de Caxias, 1901

Oeiras no século XIX: a industrialização e a linha de caminho-de-ferro

O século XIX é marcado pelo gradual declínio da atividade agrícola na região de Oeiras, e conseqüentemente por um processo de industrialização, comum em quase todas as zonas periféricas da cidade de Lisboa. Mas o evento que marcou e potencializou uma grande transformação do território foi a construção e conseqüente “*inauguração em 1889 da linha de caminho-de-ferro de Cascais, com o comboio a vapor*” (CMO, 2013, p.42).

Esta infraestrutura permitiu que se instalassem no concelho “*(...) um conjunto de unidades industriais, nomeadamente a Fábrica do Papel, Fundição de Oeiras, Lusalite e Fermentos Holandeses*” (CMO, 2013, p.42), como também permitiu melhorar a mobilidade das populações residentes em Cascais e Oeiras, que pretendiam deslocarem-se até Lisboa.

Antes da construção do caminho-de-ferro, as características geográficas da região dificultavam a mobilidade entre Cascais, Oeiras e Lisboa: “*eram as barreiras geográficas constituídas pelos vales mais ou menos profundos das linhas de água, que cortam o território com a orientação norte-sul, associadas à grande extensão de costa, que contribuíam para a opção tradicional pela via marítima e fluvial*” (Anastácio, 2008, p.316).

Nesse sentido, a deslocação entre Cascais e Lisboa era feita pela navegação de cabotagem (ou seja, junto à linha da costa) pois “*era mais rápida, segura e económica do que qualquer transporte terrestre da altura*”. Segundo Lívio da Costa Guedes no seu texto “*O Ramal para Cascais da Linha Férrea Lisboa-Badajoz*.” de 1987 e citado por Maria Amélia Anastácio (2008, p.316), “*as estradas, por todo o país, em meados do século XIX, se encontravam reduzidas “aos chamados caminhos velhos, da época medieval e aos troços de vias romanas ainda aproveitadas”*”. A linha de comboio acabou por ser um agente de enorme transformação económica, social e cultural.

A construção da linha de caminho-de-ferro teve também “*mão e influência da realeza e do seu séquito de nobres e aristocratas, aderentes à moda balnear vigente na Europa e agradados da vila e da costa, que os melhoramentos e o progresso vêm resgatar a vila (de Cascais) da profunda decadência em que se encontrava*” (Anastácio, 2008, p.361). As constantes idas da família real, nomeadamente nos reinados de D. Luís I e de D. Carlos I, e o gosto pelas atividades de lazer, pelo ócio, como refúgio da vida urbana estendiam-se às classes sociais mais baixas: “*mas como o movimento de procura das praias se fazia a partir de Lisboa e os meios de*



Figura 2.8 - Estação de caminho-de-ferro de Paço de Arcos, 1910



Figura 2.9 - Carta de Lisboa e seus arredores, pormenor de Oeiras, Felipe da Costa, 1909



transporte eram escassos — não contemplavam ainda as massas — as praias mais frequentadas começaram por ser as de mais fácil acesso, correspondendo sempre a uma moda lançada pelas classes sociais superiores e seguida pelas mais baixas (...) (Anastácio, 2008, p.361).

A construção da linha do comboio não colmatava todas as necessidades de mobilidade da população, sendo que, as praias mais apetecíveis acabariam por ser as mais próximas de Lisboa, ou seja, as de Oeiras: *“as Quintas de Veraneio eram muito comuns durante os séculos XVIII e XIX, e esta possibilidade é coerente com o grande número de propriedades que não apresentam qualquer tipo de produção agrícola, e que se localizam na reduzida bacia hidrográfica da ribeira de Algés, (...) precisamente aquela que mais próxima se encontra de Lisboa”* (Marat-Mendes, 2009, p. 78).

No século XIX, por motivos de proximidade a Lisboa, Oeiras tornou-se num concelho com procura pela existência das praias, numa costa que se estende até Cascais e que mais tarde seria alvo de intervenção num projeto a grande escala por iniciativa do Estado Novo: o Plano de Urbanização da Costa do Sol.

Oeiras na 1ª metade do século XX: o Plano de Urbanização da Costa do Sol

A primeira metade do século XX é marcada pela herança da procura das praias proveniente do século XIX. Das décadas de 1930 e 1940 destaca-se a construção da Estrada Marginal, que liga Cascais a Lisboa, com os objetivos de introduzir uma alternativa rodoviária à linha ferroviária do século XIX e de substituir a antiga estrada militar que ligava estes dois concelhos. Esta nova via também é construída para fomentar o turismo: *“ainda que, numa parte do seu traçado, a Marginal tenha decalcado a estrada militar, (...), a verdade é que um dos principais objetivos da construção desta via era turístico: providenciando uma alternativa rodoviária à linha, na ligação da capital à sua Costa do Sol, esta estrada panorâmica valia por si mesma, constituía ela própria um objecto turístico, (...)*” (Anastácio, 2008, p.322).

A projeção da Estrada Marginal em 1933 foi, deste modo, o início daquilo a que viria a surgir posteriormente, numa segunda fase, em 1936: o Plano de Urbanização da Costa do Sol. Este projeto iria dar resposta *“a um período caracterizado pela concentração das atividades económicas, em termos de mercado de trabalho, na cidade de Lisboa, e conseqüente abandono da população, para os novos bairros residenciais, com boa acessibilidade à capital, que, entretanto, foram sendo construídos nos*

concelhos vizinhos” (CMO, 2013, p.42 e 43).

Nesse âmbito principalmente turístico, Duarte Pacheco apontou *“a expansão futura de Lisboa para ocidente (...)”*, tendo tomado *“uma atitude fundacional relativamente ao desenho urbano, paisagístico, económico e social do território abrangido pelos concelhos de Oeiras e Cascais”* (Anastácio, 2008, p.177). A construção da Estrada Marginal potencializou a expansão, a intensificação de construção e o desenvolvimento da urbanização na faixa litoral de Oeiras, contrariamente ao que acontece nas zonas mais interiores do concelho. Assim sendo, surgem pequenos *“chalets”* e moradias de recreio junto à costa (CMO, 2013, p.42).



Figura 2.10 - Estrada Marginal, no troço junto à praia de Paço de Arcos, 1940-1949



Figura 2.11 - Plano de Urbanização da Costa do Sol: Oeiras, Santo Amaro de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, 1948

Entre 1936, data em que é apresentada a proposta de Alfred-Donat Agache, e 1948, data da aprovação do Plano de Urbanização da Costa do Sol, o território de intervenção é alvo de vários estudos urbanísticos. O plano de Agache ia ao encontro às intenções do Governo para o território da Costa do Sol: uma estância turística e área residencial, onde *“a valorização do território está associada a uma imagem urbana de qualidade, apoiada na baixa densidade de ocupação, na profusão de espaços verdes, no reforço da acessibilidade, na transferência progressiva das unidades industriais existentes e na obstrução a novas implantações”* (Pereira, 1994, p.84).

No entanto, o plano concebido por Agache não foi aprovado pela Comissão Executiva do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol. O papel do arquiteto e urbanista Etienne de Gröer entre 1944 e 1946 foi fundamental para a revisão e redefinição de todo o Plano. Apesar do plano de Agache não ter sido aprovado, os seus estudos contribuíram para o surgimento da abordagem regional para o entendimento do ordenamento do território em Portugal (Marat-Mendes et al., 2009).

Na proposta de Etienne de Gröer importa destacar a enorme estrutura verde inserida no Plano de Urbanização da Costa do Sol, e que o próprio Alfred-Donat Agache já tinha intencionado no seu plano. Denominados de *“vazios planeados”*, estes constituem-se pelos espaços

verdes, espaços livres e espaços rurais, numa intenção de trazer espaços de lazer, de recreio, de produção, que respeitam as componentes biofísicas do território e que fossem uma barreira delimitadora da estrutura edificada.

Para Marat-Mendes (2009, p.101) *“esta estrutura verde denota, da parte de Etienne de Gröer, não só um respeito pelas pré-existências do território, tais como as quintas, os sistemas de regadio, os processos de condução da água como os canais e os aquedutos, que preserva, libertando-as de uma possível demolição, mas ao mesmo tempo denota, mas ao mesmo tempo denota um profundo conhecimento sobre a teoria de Ebenezer Howard e de muitos outros exemplos de planeamento urbano e regional, no que se refere à teoria da cidade-jardim e na necessidade de existir uma estrutura verde contínua, para o assegurar da qualidade de vida dos habitantes de uma cidade, e portanto parte essencial e integrante de qualquer plano urbano regional”*. Deste modo, a estrutura verde do Plano de Etienne de Gröer respeitava a herança e o património do território, nomeadamente as infraestruturas provenientes do passado agrícola dos séculos anteriores.

Segundo dados da Câmara Municipal, a população residente em 1950 era cerca de 53 mil habitantes, daí a importância do plano de urbanização como resposta ao aumento populacional nos concelhos circundantes a Lisboa. Surge, deste modo, o processo de suburbanização: a criação de novas centralidades (como a de Oeiras) nas outrora periferias rurais das grandes cidades (neste caso Lisboa), fruto da falta de alojamento e consequente desinteresse da população em residir nestes mesmos centros urbanos (Teixeira, 2018).

Os primeiros anos da vigência do Plano de Urbanização da Costa do Sol foram marcados pelo respeito das orientações. No entanto, as décadas que se seguiram, fruto do contexto histórico, social, económico e político do país (a começar pela revolução do 25 de Abril de 1974), deram origem a diversos constrangimentos que resultaram no atropelo e respetivo abandono do PUCS: *“com a ratificação dos Planos Diretores Municipais nos anos 90, foi o PUCS revogado, deixando de constituir figura legal de planeamento da Costa do Sol”* (Marat-Mendes, 2009, p.99).

Deste modo, a primeira metade do século XX fica ligada a uma transformação social, cultural e económica, nomeadamente na linha da costa. O carácter militar e bélico da linha costeira de Oeiras, sendo o Forte de São Julião da Barra e o Forte de Caxias testemunhos desse carácter defensivo da foz do rio Tejo, dá lugar

a uma nova dinâmica neste território: a procura das praias e consequentemente o crescimento do turismo e da população residente na região. A pesca e tudo o que está relacionado com esta atividade vai deixando de ter tanta força na paisagem. Entre 1930 e 1950 surge, segundo Raquel Soeiro de Brito no seu texto *“Lisboa: Esboço Geográfico”* de 1976 e citada por Maria Amélia Anastácio (2008, p.338), *“o apagar, em termos de emprego, do sector primário, nomeadamente na agricultura, a expansão moderada do secundário e o grande desenvolvimento do terciário”*.



9. ALGÈS — Vista parcial e aspecto da Praia

Figura 2.12 - Troço da linha férrea junto à praia de Algés, 1950-1959

Oeiras na 2ª metade do século XX: o crescimento demográfico

A segunda metade do século XX em Portugal é marcado pelo 25 de Abril de 1974: o fim do regime ditatorial do Estado Novo e consequentemente um processo de democratização no panorama político nacional. A par da mudança do regime político encontra-se o processo de independência das antigas colónias do ultramar português, nomeadamente em África.

Deste modo, a década de 70 é marcada pelo retorno de muitas famílias residentes nas antigas colónias (ou denominados de “*retornados*”), provocando um aumento da população do país. A este fator devemos adicionar o processo do êxodo rural (movimento social caracterizado pela mudança das zonas rurais para as zonas urbanas) que marcou socialmente todo o século XX em Portugal: a população das grandes cidades, nomeadamente as regiões periféricas de Lisboa e Porto, sofreram um aumento significativo.

No caso de Oeiras, e não só, “*este tipo de crescimento agudiza-se e assiste-se à implantação de núcleos urbanos de génese ilegal e de bairros de barracas, inicialmente, apenas na zona de fronteira com o Concelho de Lisboa, mas que depois proliferaram pelo resto do concelho*” (CMO, 2013, p.43), nomeadamente nas zonas interiores. Apesar da implantação de bairros ilegais ter proliferado em todos os concelhos

periféricos a Lisboa, Oeiras destaca-se pela facilidade e disponibilidade da autarquia em resolver este problema social. No final da década de 80, face à elevada habitação de génese ilegal que se tinha igualmente proliferado a toda a periferia de Lisboa, o município de Oeiras adotou estratégias para resolução destes mesmos problemas. Traçaram-se novos objetivos, possibilitando o aumento e envolvimento da população nos problemas reais do concelho. Oeiras foi o primeiro concelho do país a erradicar as barracas e/ou outras infraestruturas habitacionais de carácter ilegal.

Um dos exemplos, no âmbito da habitação, é a povoação da Lage na freguesia de Porto Salvo. Entre os anos 60 e 70 esta povoação cresceu de forma significativa e ilegal, acolhendo população de outras regiões de Portugal, nomeadamente de Trás-os-Montes. Deste modo, “*o processo de regularização promovido pela Câmara Municipal de Oeiras, à semelhança de outras áreas de génese ilegal, teve início em 1998 e resultou na construção e requalificação das infra-estruturas e equipamentos*” (CMO, 2013, p.152).



Figura 2.13 - Casas degradadas e barracas na Tapada do Mocho em Paço de Arcos, junto à ribeira de Porto Salvo, 1985

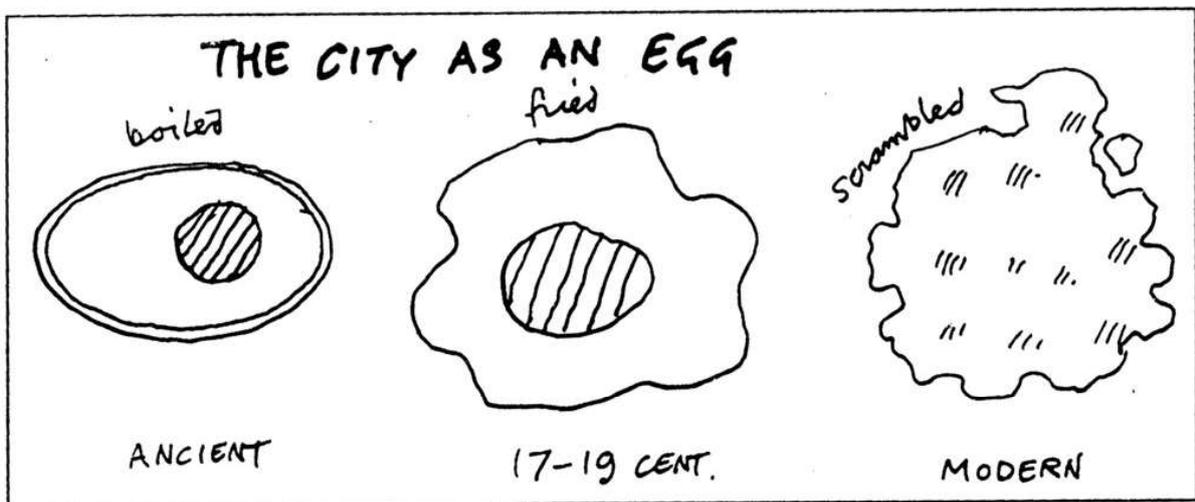


Figura 2.14 - "A cidade como um ovo", Cedric Price

Segundo dados dos Censos, em 1981 a população era de 149.328 habitantes. Se compararmos os dados de 1950 já revelados anteriormente, há em 31 anos um aumento de cerca de 96 mil habitantes residentes no concelho, um aumento de 181% face a 1950. Segundo dados do INE, os Censos de 1981 mostram a maior taxa de variação com 7.38% de aumento populacional, face aos censos anteriores (1970) (CMO, 2013). Os finais do século XX e início do século XXI iriam ser marcados por um enorme progresso no desenvolvimento do concelho de Oeiras.

Para Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral (2011, p.16 e 17), o processo histórico que conduziu à presente situação geográfica caracteriza-se por sucessivas “*explosões*” dos limites herdados das cidades, desde a industrial oitocentista, “à novecentista predominantemente “*terciária*” que “*configurou as metrópoles maduras já com os modos de deslocação colectiva ou individual, mas mantendo e reforçando o modelo direcional monocêntrico, até à presente fase (...), em que a fragmentação e diversificação dos assentamentos para os mais diversos fins, multiplica centralidades e/ou organiza em rede as antigas.*”

O território português não acompanhou a evolução dos modelos urbanos como no resto da Europa, tendo sentido tarde as duas primeiras (oitocentista e novecentista) e a terceira, correspondendo ao século XXI, “*veio sobrepor-*

-se-lhe sem dar tempo para perceber as diferenças: mal terminavam os grandes (mas poucos) bairros sociais e ainda se tratavam muitos outros ditos de “génese ilegal”, e já estavam as auto-estradas, as actividades logísticas, os shoppings e multiplexs, os parques temáticos, golfes, condomínios, etc., a colonizar os hinterlands entre cidades; formando novas centralidades ad hoc e vias rápidas urbanas, à mistura com as salvaguardas dos centros históricos e reservas ecológicas” e que contribuíram para a fragmentação do território que é testemunhada até aos dias de hoje (Portas, Domingues e Cabral, 2011, p.17).

Oeiras no século XXI: os parques tecnológicos e a terciarização

Segundo um estudo realizado por Eduarda Marques da Costa (2006, p.16), *“foi no “Programa Económico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa” (PEDIP), integrado no “I Quadro Comunitário de Apoio (1989-1993)”, que se traçaram as primeiras medidas concretas para a criação de Parques de Ciência e Tecnologia em Portugal”*. Dentro destes parques tecnológicos encontra-se o Taguspark, localizado em Porto Salvo, Oeiras.

A localização do Taguspark provém de esforço por parte da Câmara Municipal de Oeiras no que à disposição dos terrenos diz respeito. Deste modo, a freguesia de Porto Salvo acolhe um dos maiores projetos a nível industrial e empresarial de Portugal no século XXI, estando na confluência dos concelhos de Cascais e Sintra e assumindo desde sempre o objetivo de *“constituir um poderoso instrumento de política de inovação tecnológica promovida pelo Governo, capaz de promover a transferência de conhecimento e tecnologia entre o meio empresarial e académico”* (Costa, 2006, p.16).

A postura recetiva para novos empreendimentos por parte da Câmara Municipal, as boas acessibilidades rodoviárias (A5, A9, IC19 e Estrada Marginal) e ferroviárias e a sua posição estratégica no contexto da AML, *“distando apenas uma dezena de quilómetros do centro*

de Lisboa, o que lhe confere uma acessibilidade privilegiada ao norte e sul do país e ao aeroporto internacional de Lisboa” (Costa, 2006, p.10), tornam o concelho de Oeiras num território apetecível na instalação de parques tecnológicos e empresariais. Projetos esses como o Taguspark (1995) e o Lagoas Park (2001) em Porto Salvo, o Arquiparque em Miraflores, o Parque Suécia em Carnaxide, etc.

A par deste enorme processo de terciarização do concelho e, de acordo com os Censos de 2001, a população residente em Oeiras era de 162.128 habitantes. Ora comparando com os valores de 1991 (151.342 habitantes), é um aumento de 10,786 habitantes no espaço de uma década, ou seja, de 7,1%. Segundo Eduarda Marques da Costa (2006, p. 11) e com base em dados do Instituto Nacional de Estatística de 2001, *“este ritmo de crescimento encontra-se acima da média nacional e da própria Área Metropolitana de Lisboa (AML), cujo crescimento 1991-2001 foi na ordem dos 5,6%”*. Relativamente à taxa de emprego em 2001, Oeiras assume um valor de 58%, claramente acima da média nacional estabelecida nos 53,4% (Costa, 2006, p.12).

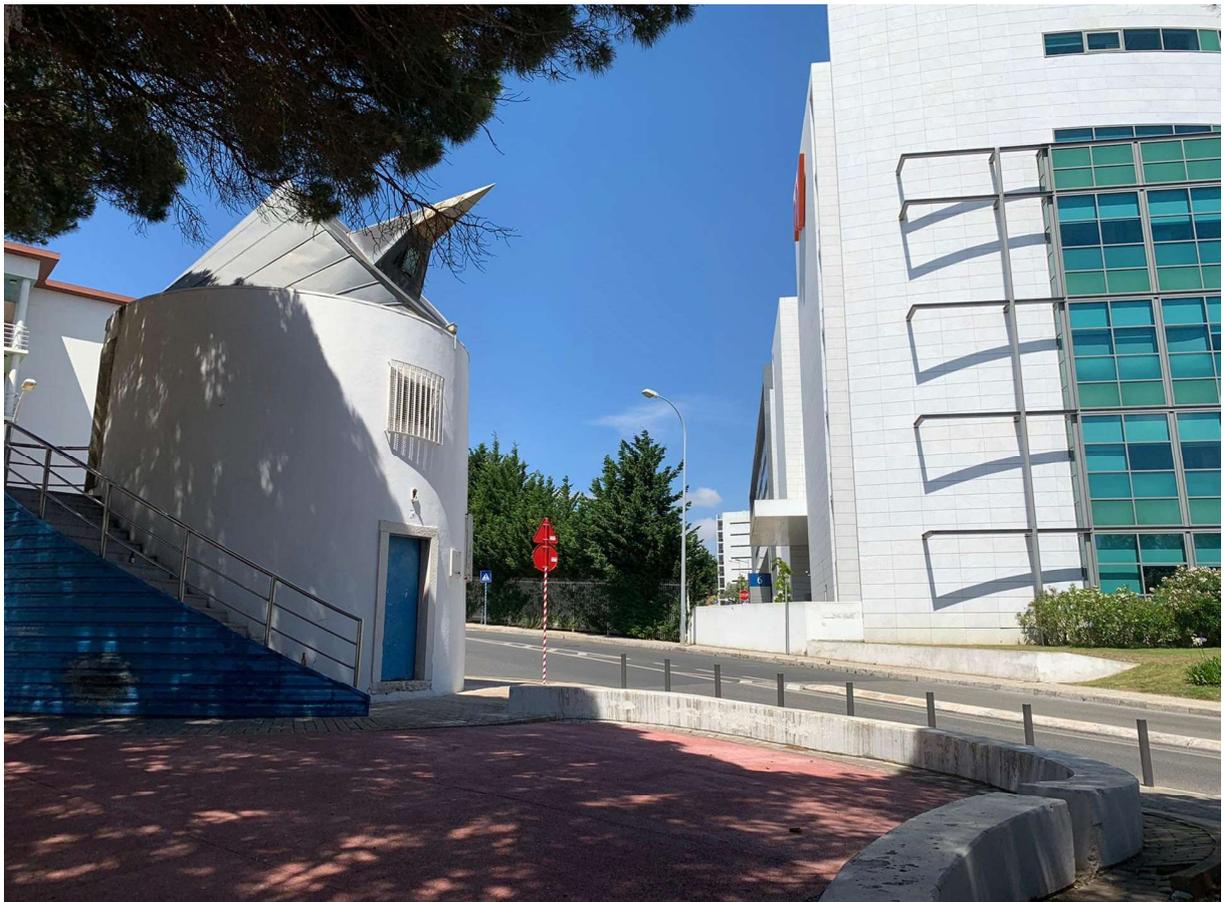


Figura 2.15 - Antigo moinho junto ao parque empresarial do Lagoas Parque

Em 2011, segundo o Censos, a população residente no concelho de Oeiras é de 172.120, um aumento de 6.2% face a 2001. Apesar da taxa de variação ser menor, a verdade é que, segundo fontes do INE, a população do concelho deva atingir os 180.000 habitantes em 2021.

	1960	1981	2001	2011
AML	1.505.982	2.482.276	2.661.850	2.821.876
LISBOA	802.230	807.937	564.657	547.733
OEIRAS	94.255	149.328	162.128	172.120

Quadro 2.16 - População nos concelhos de Lisboa e Oeiras e da Área Metropolitana de Lisboa (AML) nos últimos 60 anos, INE

“A classificação entre Paisagem Urbana e Rural começa a deixar de fazer sentido, pelo menos nas zonas de transição em que a substituição da actividade agrária tem dado lugar à edificação destruturada, dando origem a um espaço fragmentado que não corresponde à classificação tradicional de espaço urbano.”

Manuela Raposo Magalhães

2.3 OEIRAS: A CONTEMPORANEIDADE

Inserido a poente de Lisboa, o território de Oeiras possui características geográficas de particular interesse: as bacias hidrográficas que constituem a topografia, nas quais escorrem as ribeiras e os cursos de água provenientes da Serra de Sintra, o solo fértil, a boa exposição solar e os ventos favoráveis. São estas as valências que tornam esta região num lugar próspero para a prática da agricultura.

Deste modo, as características geográficas, e conseqüentemente o fomento da atividade agrícola, vão definir os primeiros assentamentos humanos da região, com especial preferência para as zonas interiores do concelho e próximas às ribeiras. As diferentes camadas históricas, desde o Paleolítico até ao período romano e muçulmano, provenientes de um processo sistemático de aculturação, vão definir a identidade da Região Saloia de Lisboa.

Os séculos XVII e XVIII iriam ser marcados pela intensificação da atividade agrícola em Oeiras, levada a cabo pelo Marquês de Pombal (Conde de Oeiras), com a construção do respetivo Palácio e Quinta que iria influenciar grande parte da classe nobre do país. O carácter produtivo das quintas da região iria coexistir com o carácter residencial e de lazer, através das casas de veraneio, dos palácios e dos respetivos jardins. O surgimento destes palácios e quintas de propriedade nobre localizar-se-iam preferencialmente na zona mais litoral do concelho, enquanto que no interior persistia a identidade sa-

loia. A gestão da água para o sistema de regadio continuaria através da forma tradicional - pela força da gravidade. Apesar da intensificação da agricultura, a gestão da água para irrigação continuaria dependente da topografia e da pluviosidade.

Atualmente ainda é possível testemunhar o património das quintas reais e dos palacetes de recreio de Oeiras, como o Palácio do Marquês de Pombal e o Paço Real da Quinta de Caxias. Do mesmo modo, a herança da atividade agrícola permanece no concelho, nomeadamente junto às ribeiras no interior do concelho, como a Quinta de São Salvador junto à povoação da Lage, e nos terrenos da antiga Quinta do Marquês de Pombal, nomeadamente na Quinta de Cima.



Figura 2.17 - Vale da ribeira da Lage



Figura 2.18 - Hortas agrícolas na Quinta de São Salvador, junto ao viaduto da autoestrada A5, um elemento marcante no território



Figura 2.19 - Abegoaria e Aqueduto do Arneiro, nos terrenos da antiga Quinta de Recreio do Marquês de Pombal



Figura 2.20 - Estação ferro



Estação de Paço de Arcos, em Oeiras

Em seguimento da Revolução Industrial, o século XIX seria marcado pela construção da linha de caminho-de-ferro entre Cascais e Lisboa. O caráter bélico da costa de Oeiras iria dar lugar ao início de uma nova identidade e atividade: o turismo. A praia passou a ser um elemento do território de destaque na sociedade e os “*chalets*” surgiram na paisagem do território. As constantes idas da família real portuguesa e o aumento do interesse pelas atividades ociosas influenciaram as restantes classes sociais, com as classes menos favorecidas a procurarem as praias mais próximas de Lisboa, ou seja, as de Oeiras.

Presentemente a linha de caminho-de-ferro Lisboa-Cascais assume um papel importantíssimo no contexto da Área Metropolitana de Lisboa pois continua a ser a principal infraestrutura de mobilidade pública de ligação entre os concelhos de Cascais, Oeiras e Lisboa. Atualmente o maior fluxo de passageiros que utilizam diariamente este mesmo meio de transporte residem na região de Cascais e Oeiras e têm como destino o local de trabalho, normalmente em Lisboa, e não tanto a praia como outrora. No entanto, as “*praias da linha*” continuam a ser destinos de eleição para a população da região da AML, não só dos concelhos de Cascais, Oeiras e Lisboa, mas também da Amadora e de Sintra.

A primeira metade do século XX testemunharia a intensificação do desenvolvimento turístico da região com a projeção em 1933 da Estrada Marginal entre Cascais e Lisboa, que marcou o início do Plano de Urbanização da Costa do Sol levado a cabo por Duarte Pacheco. O PUCS representava um plano inovador em Portugal pois assentava num urbanismo influenciado pelas teorias da “*cidade-jardim*” de Ebenezer Howard. Acreditando que o futuro do urbanismo não passava apenas pelas áreas urbanas e dando igual importância ao papel dos espaços verdes, do plano de Etienne de Gröer importa destacar a enorme estrutura verde inserida no plano.

Denominados de “*vazios planeados*”, estes constituíram-se pelos espaços verdes, espaços livres e espaços rurais, numa intenção de trazer espaços de lazer, de recreio, de produção, que respeitassem as componentes biofísicas do território e que fossem uma barreira delimitadora da estrutura edificada. Apesar do respeito das orientações do plano nos primeiros anos de vigência, do panorama nacional a nível histórico, social, económico e político surgiram diversos constrangimentos que resultaram no atropelo e respetivo abandono do plano, com a revogação do PUCS nos anos 90.

Atualmente, a par da autoestrada A5, a Estrada Marginal é das principais vias rodoviárias de ligação entre a região da Costa do Sol e Lisboa. Em 2003 foi inaugurado o Passeio Ma-

rítimo de Oeiras, projeto que acompanha paralelamente a Estrada Marginal e a linha costeira e que permitiu melhorar a mobilidade pedonal e ciclável no litoral do concelho, conectando as diversas praias do município. O próprio passeio tornou-se local de enorme popularidade para a prática do exercício físico ou qualquer outra atividade recreativa ou de lazer.

A figura 2.22 ilustra, para além do centro histórico da vila de Oeiras e das urbanizações de Santo Amaro e de Nova Oeiras, a intenção de manter a “*zona rural e florestas*” correspondentes aos terrenos da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal. Apesar do PUCS não ter sido inteiramente e fielmente construído segundo os princípios iniciais, a verdade é que esses mesmos terrenos ainda hoje permanecem intactos e sem quaisquer intervenções no que à sua urbanização diz respeito. Os terrenos da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal assumem um potencial para futura recuperação, tendo em conta a visão protetora deste espaço pelo PUCS.



Figura 2.21 - Estrada Nacional e Passeio Marítimo, troço junto à praia de Santo Amaro de Oeiras

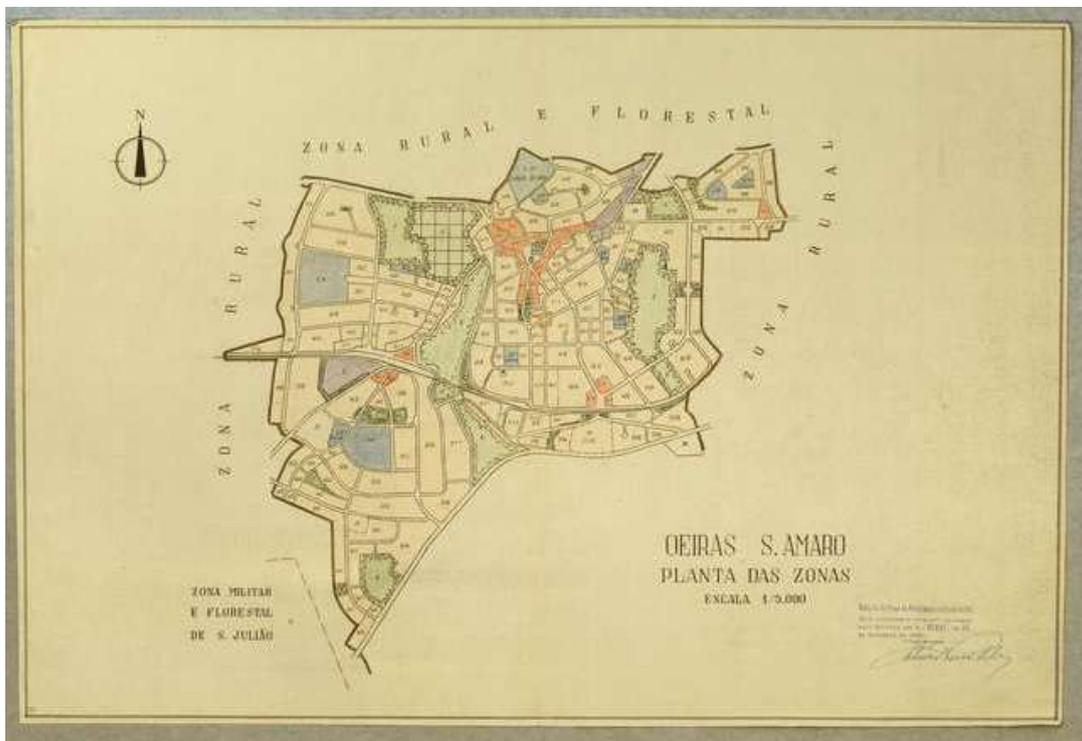


Figura 2.22 - Carta Fotogramétrica (nº8), Oeiras – S. Amaro, PU Costa do Sol, 1948

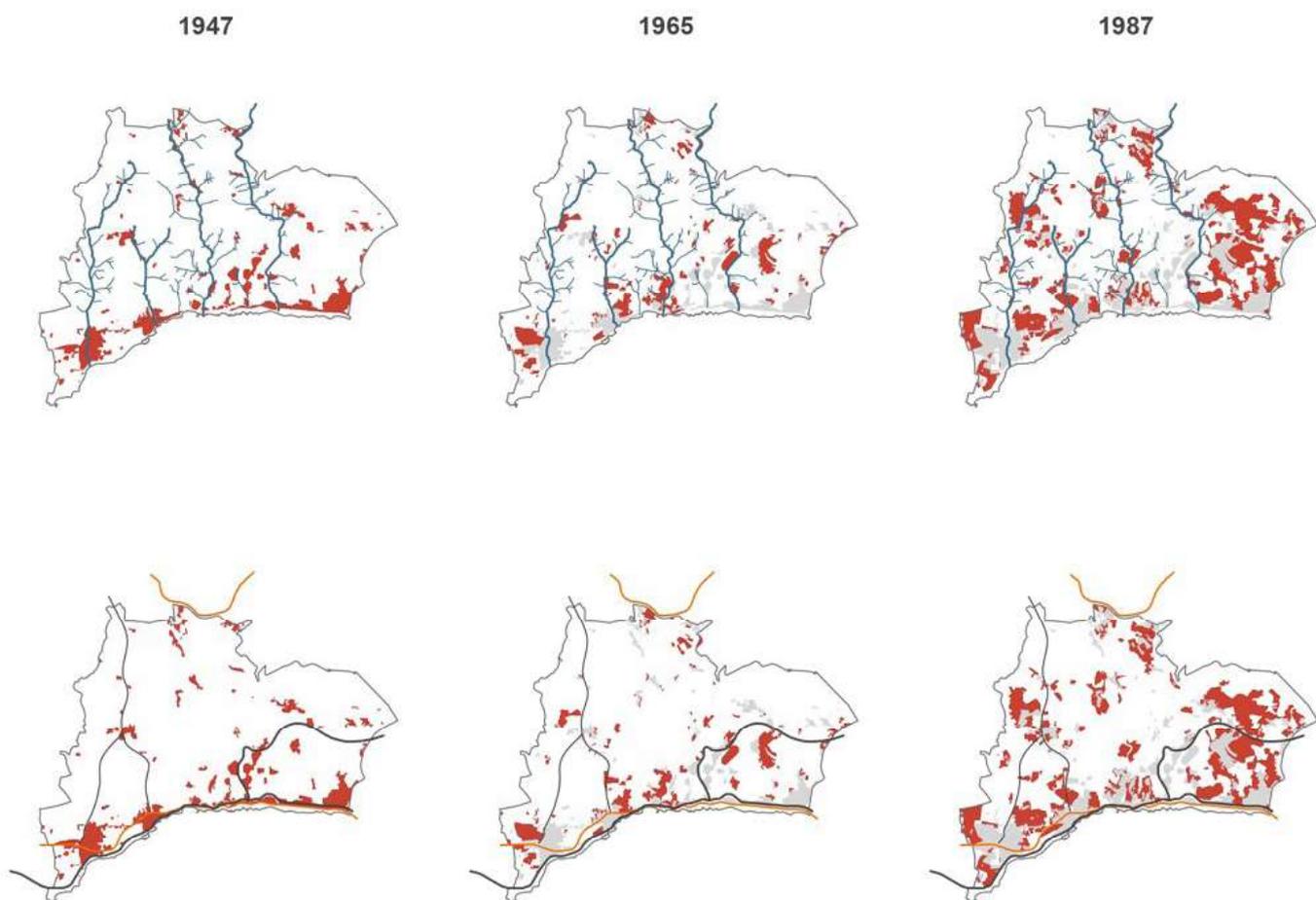
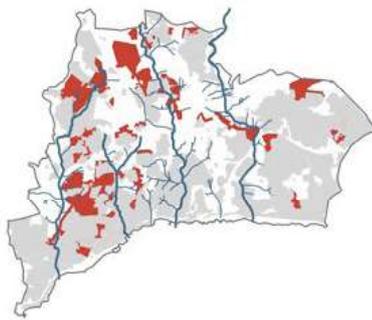
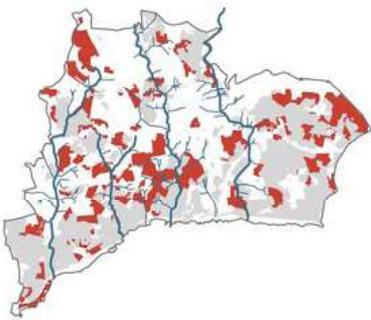


Figura 2.23 - Evolução dos assentamentos humanos no concelho de Oeiras em 1947, 1965, 1987, 2000 e 2018

2000

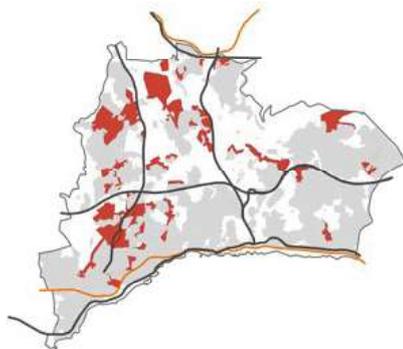
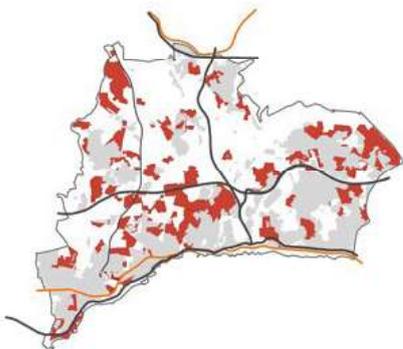
2018



Evolução dos Assentamentos Humanos

vs Estrutura Natural

Ribeiras ———



Evolução dos Assentamentos Humanos

vs Infraestruturas

Rodovias ———

Ferrovias ———



0km 2km

Do século XVII ao início do século XX é possível testemunhar um desenvolvimento exponencial das zonas mais litorais do concelho, em deterioramento das zonas interiores que tinham caído no esquecimento. A segunda metade do século XX seria marcada pelo surgimento de bairros de génese ilegal, principalmente no interior do concelho. A escassez de habitação na periferia das grandes cidades, fruto de acontecimentos como o êxodo rural e o retorno das populações provenientes das antigas colónias do Ultramar, iria proliferar a construção destes mesmo bairros. Esta época seria ainda marcada pela intensificação das áreas urbanizadas, de forma cada vez mais acelerada e descontrolada.

O concelho de Oeiras, segundo a própria Câmara Municipal, foi o primeiro a erradicar qualquer tipo de construção de génese ilegal ou do tipo barraca, através da construção de bairros sociais e de adoção de políticas e estratégias públicas em prol da habitação. Em 1995, o então presidente da câmara Isaltino Morais inaugura o Bairro Social do Pombal, mais conhecido como Bairro do Pombal. Localizado na encosta entre o Cemitério Municipal de Oeiras e a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Oeiras e direcionada para os terrenos da Quinta do Marquês de Pombal, este bairro é marcado pela existência de pequenas hortas privadas, destinadas para os respetivos moradores. A possível produção alimentar local assume-se como principal particularidade deste bairro habitacional.

Os primeiros anos do século XXI seriam marcados pela intensificação do setor terciário no concelho de Oeiras, através da construção de parques empresariais e tecnológicos. Estes projetos encontram-se nomeadamente nas zonas interiores do concelho (as menos desenvolvidas), com destaque para o parque tecnológico do Taguspark e o parque empresarial do Lagoas Park, ambos localizados em Porto Salvo. Deste modo, o interior do concelho é a zona de Oeiras onde é possível testemunhar com maior evidência o confronto de realidades nesta mesma paisagem: os moinhos do período saloio em coexistência com as grandes infraestruturas empresariais. A herança do passado primário, nomeadamente da atividade agrícola, encontra-se em simultaneidade com a visão terciária para o futuro e contínuo desenvolvimento do município.



Figura 2.24 - Bairro do Pombal, em Oeiras



Figura 2.25 - Lagoas Park visto desde a povoação da Lage

Deste modo, é possível concluir que o panorama contemporâneo do município de Oeiras é resultado de uma fragmentação do território, abordado por Nuno Portas e Álvaro Domingues (2011), e da constante degradação da estrutura natural do concelho nas últimas décadas. Com o intuito de dar resposta à enorme procura e falta de habitação junto aos grandes núcleos urbanos portugueses, nomeadamente os de Lisboa e Porto, a verdade é que o resultado do crescimento acelerado, ou “*explosão*”, das áreas urbanas das últimas décadas do século XX, fruto da falta de planeamento urbano, originou carência e falta de eficácia em setores como a mobilidade. A inexistência de planeamento urbano à grande escala traduz-se também na falta de consideração pelas características biofísicas dos territórios e conseqüentemente na degradação das respetivas estruturas naturais. Neste caso trata-se das ribeiras de Oeiras sendo elas a ribeira de Algés, o rio Jamor, a ribeira de Barcarena, a ribeira de Porto Salvo e a ribeira da Lage (figuras 2.26, 2.27 e 2.28).



Figura 2.26 - Ribeira de Porto Salvo, troço junto à estrutura do SATU Oeiras, em Paço de Arcos



Figura 2.27 - Ribeira da Lage, troço entre o Palácio do Marquês de Pombal e o Jardim Municipal de Oeiras



Figura 2.28 - Ribeira de Barcarena, troço junto à Fábrica da Pólvora

*“As descontinuidades/
fragmentações que atribuimos
aos novos territórios do urbano
tomam formas e sentidos muito
distintos que merecem uma
avaliação muito cuidada das
suas dimensões e processos
de formação.”*

Nuno Portas

2.4 RIBEIRA DA LAGE: ANÁLISE DOS VAZIOS URBANOS

A ribeira da Lage faz parte da principal rede hidrográfica de Oeiras, constituída por cinco cursos de água principais, todos tributários do rio Tejo e paralelos entre si, sendo eles a ribeira de Algés, a ribeira de Barcarena, a ribeira de Porto Salvo, a ribeira da Lage e o rio Jamor. A nascente da ribeira da Lage localiza-se na encosta oriental da Serra de Sintra, mais precisamente na zona do Casal de São José e da Urbanização do Pinhal, na freguesia de Algueirão e Mem-Martins, concelho de Sintra. O percurso desta ribeira tem uma extensão de cerca de 15,8 quilómetros de comprimento e percorre três concelhos da Área Metropolitana de Lisboa: Sintra, Cascais e Oeiras; até desaguar no rio Tejo, mais precisamente na praia de Santo Amaro de Oeiras.

Segundo Ana Catarina Leal Costa (2009, p.57), a bacia hidrográfica da ribeira da Lage “apresenta cerca de metade da sua área coberta de tecido urbano, na sua maioria descontínuo, sendo que inúmeras actividades industriais, comerciais e equipamentos gerais se concentram na zona norte da bacia”, sendo a restante área maioritariamente ocupada pela atividade agrícola, o que corresponde cerca de 40,0% da área da bacia.

Deste modo, surge o interesse em estudar os vazios urbanos da ribeira da Lage, para a incorporação de um cenário produtivo e recreativo. Utilizando a mesma metodologia usada por Katrin Bohn e André Viljoen em “*Continuous*

Productive Urban Landscapes” e abordada no capítulo 1.3 da presente investigação, a análise seguinte apresenta resultados de carácter qualitativo e subjetivo fruto de visitas aos locais em estudo.

A figura 2.28 ilustra a localização dos diferentes vazios urbanos ao longo da bacia hidrográfica da ribeira da Lage e considerados para o presente estudo.



Figura 2.29 - Localização dos vazios urbanos da ribeira da Laje considerados na análise

CRITÉRIOS

tamanho e forma

geometria, percursos, área

sensação de abertura

espaço aberto, densidade, silêncio

acessibilidade pedestre ou ciclável

mobilidade

natureza urbana

diversidade e riqueza
experimental de sensações
da natureza em espaço urbano

deleite ambiental

procura pela tranquilidade

AVALIATIVOS

interação local

possibilidade de encontros

variedade de ocupação

diversidade das actividades

retorno económico do uso do solo

direto ou indireto

estimulação visual persistente

atratividade visual
do espaço

variedade de ocupantes

público/privado
convidativo/seletivo
inclusão/exclusão

Vazios urbanos selecionados ao longo do percurso da ribeira da Lage:



Figura 2.30 - Vazios urbanos selecionados

TAMANHO E FORMA

Quinta de Cima do Marquês de Pombal

103 ha, é delimitado pelo muro que a cerca. momento onde a bacia hidrográfica da ribeira da Lage é mais larga

Quinta de São Salvador

118 ha, adquire o formato do vale da ribeira da Lage, estreito e comprido

Praia e Jardim de Santo Amaro

8.4 ha, praia e jardim planos, estreitos e compridos graças à Estrada Marginal

Jardim Municipal de Oeiras

6.3 ha, jardim plano estreito e comprido graças à topografia e edificado que o rodeia

Jardim do Palácio Marquês de Pombal

5.7 ha, jardim plano, formato ligeiramente quadrangular e geometria de influência francesa

Jardim da Lage

1.0 ha, formato irregular e percursos deambulatórios

Jardim Central do Lagoas Park

0.6 ha, geometria regular, essencialmente plano, apresentando apenas ligeiros acidentes topográficos

Hortas do Bairro do Pombal

0.2 ha (total), aproximadamente 25m² (5x5) cada parcela privada, formato praticamente regular, fora pequenas exceções

INTERAÇÃO LOCAL

Praia e Jardim de Santo Amaro

local popular para todas as gerações. encontro entre banhistas, corredores ou simples caminhantes que pretendem disfrutar da praia, do jardim e do paredão

Jardim Municipal de Oeiras

encontro entre crianças que disfrutem do parque infantil, banhistas que pretendem ir à praia e escolhem atravessar o jardim e utentes do comboio, pois o jardim encontra-se balizado entre duas estações ferroviárias

Jardim Central do Lagoas Park

encontro entre trabalhadores das empresas, subscritores do ginásio, hóspedes do hotel e clientes dos restaurantes

Quinta de Cima do Marquês de Pombal

encontro entre trabalhadores e voluntários dos campos agrícolas e da Hípica de Oeiras

Quinta de São Salvador

encontro entre habitantes da Lage e produtores das pequenas hortas agrícolas

Jardim da Lage

encontro entre habitantes da Lage

Hortas do Bairro do Pombal

encontro entre habitantes do bairro

Jardim do Palácio Marquês de Pombal

encontro entre turistas e visitantes do palácio



Figura 3.31 - Gráfico da interação local em função do tamanho e forma

SENSAÇÃO DE ABERTURA

Quinta de Cima do Marquês de Pombal

zona onde a bacia hidrográfica da ribeira da Lage é mais larga. enorme quantidade de área com nenhuma vegetação. elevada sensação de abertura

Praia e Jardim de Santo Amaro

a praia traz enorme sensação de abertura

Quinta de São Salvador

a vegetação pouco densa faz com que este território tenha alguma sensação de abertura

Jardim do Palácio Marquês de Pombal

a geometria regular e a vegetação controlada tornam o espaço sensivelmente aberto

Jardim Municipal de Oeiras

algumas situações onde a vegetação é densa. os acessos são poucos e apenas nas extremidades do jardim

Jardim Central do Lagoas Park

enorme espelho de água, denso edificado envolvente, delimitação por arruamentos logo espaço pouco aberto

Jardim da Lage

vegetação baixa e densa. as dimensões reduzidas e a existência do anfiteatro não ajudam

Hortas do Bairro do Pombal

dimensões muito pequenas

VARIEDADE DE OCUPAÇÃO

Praia e Jardim de Santo Amaro

correr, andar, sentar, deitar, exercitar, relaxar, andar de bicicleta, caminhar, passear, nadar, comer, socializar, brincar, ouvir, ver, conhecer

Jardim Municipal de Oeiras

correr, andar, sentar, deitar, exercitar, relaxar, caminhar, passear, socializar, brincar, ouvir, ver

Jardim Central do Lagoas Park

andar, sentar, deitar, exercitar, relaxar, caminhar, passear, socializar, comer brincar, ouvir, ver

Quinta de Cima do Marquês de Pombal

andar, sentar, deitar, exercitar, relaxar, caminhar, passear, socializar, plantar brincar, ouvir, ver

Quinta de São Salvador

andar, sentar, relaxar, caminhar, passear, socializar, plantar brincar, ouvir, ver

Jardim da Lage

andar, sentar, relaxar, caminhar, passear, socializar, brincar, ouvir, ver

Jardim do Palácio Marquês de Pombal

andar, caminhar, passear, ouvir, ver, conhecer

Hortas do Bairro do Pombal

socializar, ouvir, ver, plantar



Figura 3.32 - Gráfico da variedade de ocupação em função da sensação de abertura

ACESSIBILIDADE PEDESTRE OU CICLÁVEL

Hortas do Bairro do Pombal

as hortas encontram-se mesmo
junto às habitações, logo fácil
acesso para quem lá habita

Praia e Jardim de Santo Amaro

paredão que possibilita enorme
acesso à praia

Jardim Central do Lagoas Park

enorme quantidade de entradas
e elevada permeabilidade

Jardim da Lage

cerca de 4 acessos diretos ao jardim

Jardim Municipal de Oeiras

2 entradas, 3 no máximo e apenas
nas extremidades do jardim

**Jardim do Palácio
Marquês de Pombal**
só é possível aceder
entrando pelo palácio

**Quinta de Cima do
Marquês de Pombal**
cerca de 7 entradas
mas para um terreno de
103 ha é bastante pouco

**Quinta de
São Salvador**
cerca de 3 ou 4 acessos
para um terreno de 118 ha.
a topografia também não ajuda

RETORNO ECONÓMICO DO USO DO SOLO

**Hortas do
Bairro do Pombal**
retorno económico direto,
subsistência da população
do bairro

**Quinta de
São Salvador**
retorno económico direto,
economia de subsistência
das populações próximas

**Quinta de Cima do
Marquês de Pombal**
através dos campos agrícolas,
o retorno económico
do uso do solo é direto

**Jardim do Palácio
Marquês de Pombal**
a adega ainda acolhe o vinho
de carcavelos

**Jardim Central
do Lagoas Park**
por vezes realizam-se feiras de
promoção da produção local

**Jardim Municipal
de Oeiras**
por vezes realiza-se o mercado
agrobio de Oeiras

Jardim da Lage
retorno económico do
uso do solo é nulo

**Praia e Jardim
de Santo Amaro**
o retorno económico do
uso do solo é nulo

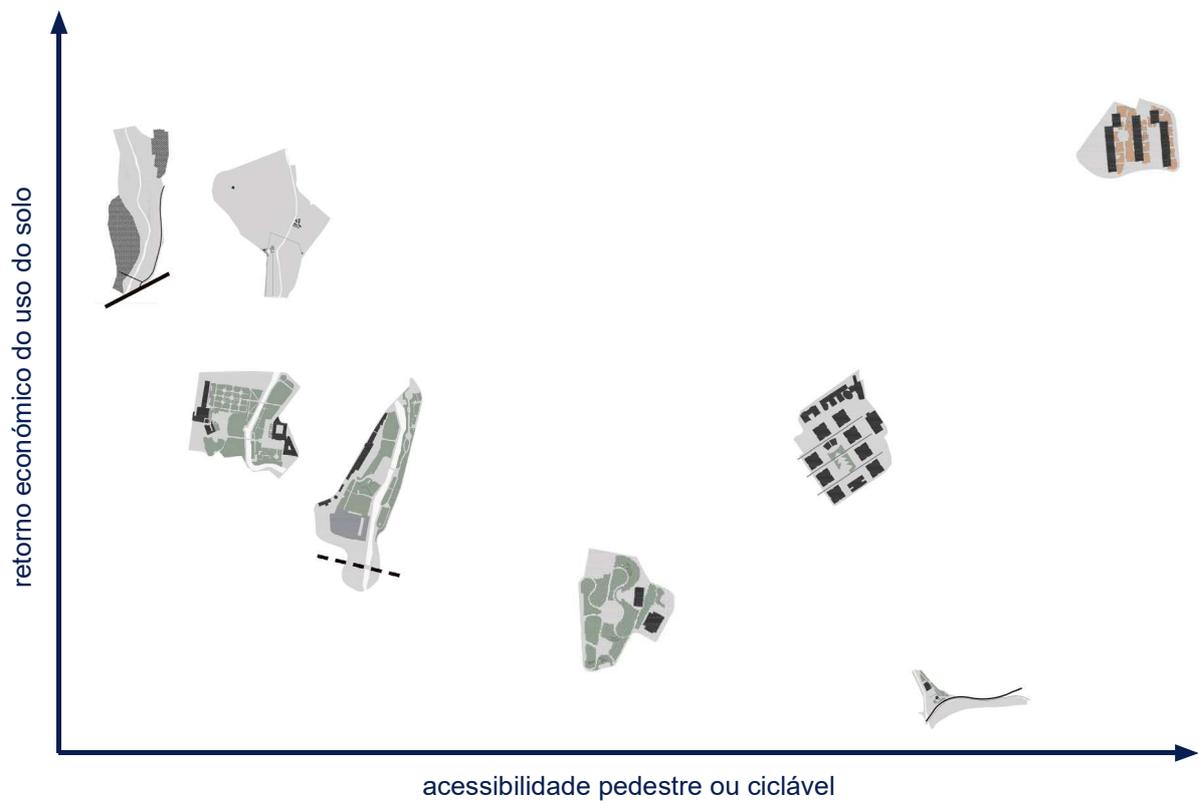


Figura 3.33 - Gráfico do retorno económico do uso do solo em função da acessibilidade pedestre ou ciclável

NATUREZA URBANA

Quinta de Cima do Marquês de Pombal

elevada riqueza de sensações. diversidade de espaços com muita e pouca vegetação. diversidade da própria vegetação. diversidade de campos agrícolas e património edificado. vida animal presente

Quinta de São Salvador

campos agrícolas e ribeira que tornam o espaço dinâmico

Jardim Municipal de Oeiras

elevada riqueza de sensações. diversidade de espaços com muita e pouca vegetação. diversidade da própria vegetação. vida animal presente

Jardim do Palácio Marquês de Pombal

elevada riqueza de sensações. diversidade de espaços. diversidade da própria vegetação. Cascata dos Poetas e Jardim das Flores

Jardim da Lage

alguma diversidade de vegetação

Praia e Jardim de Santo Amaro

o rio Tejo como principal catalisador

Jardim Central do Lagoas Park

enorme espelho de água mas pouca variedade de vegetação, palmeiras essencialmente

Hortas do Bairro do Pombal

pequenas hortas comunitárias

ESTIMULAÇÃO VISUAL PERSISTENTE

Jardim Central do Lagoas Park

harmonia, trabalhadores das empresas em convívio, esplanadas cheias, pessoas sentadas, pouco trânsito

Jardim do Palácio Marquês de Pombal

jardim de estilo barroco, geométrico e harmonioso. património do palácio, adega e cascata dos Poetas

Jardim Municipal de Oeiras

zona agradável, crianças brincando, pessoas deitadas, convivendo e passeando os animais de estimação. O estado da ribeira deixa a desejar

Quinta de Cima do Marquês de Pombal

património da Casa da Pesca, cascata do Taveira, azulejos de riquíssimo valor patrimonial, pessoas a trabalhar nos campos e presença de cavalos. o estado de conservação do imóvel e da ribeira deixam a desejar

Praia e Jardim de Santo Amaro

banhistas na praia, convivendo, brincando e socializando. pessoas a correr ou a caminhar no paredão. contudo muito tráfego automóvel graças à Estrada Marginal

Jardim da Lage

pouco frequentado mas não deixa de ser um espaço interessante e com potencial

Quinta de São Salvador

visualmente pouco estimulante

Hortas do Bairro do Pombal

visualmente pouco estimulante



Figura 3.34 - Gráfico da estimulação visual persistente em função da natureza urbana

DELEITE AMBIENTAL

Quinta de Cima do Marquês de Pombal

muito sossegado, nem dá a entender que nos encontramos num dos concelhos mais povoados de Portugal

Jardim da Lage

bastante sossegado, muito pouco movimento

Jardim do Palácio Marquês de Pombal

sossegado e pouco movimento

Hortas do Bairro do Pombal

pouco ruidoso e pouco movimento

Quinta de São Salvador

pouco movimento mas já é possível sentir ruído da A5 e da estrada de acesso ao Lagoas Park

Jardim Municipal de Oeiras

algum ruído do comboio e dos carros que perto passam mas ainda é possível disfrutar da tranquilidade do jardim

Jardim Central do Lagoas Park

muito movimentado, principalmente à hora de almoço quando as esplanadas se encontram lotadas, algum movimento automóvel

Praia e Jardim de Santo Amaro

muito movimentado e ruidoso, a Estrada Marginal apresenta um elevado tráfego

VARIEDADE DE OCUPANTES

Praia e Jardim de Santo Amaro

praia e paredão de acesso público

Jardim da Lage

jardim público

Jardim Central do Lagoas Park

jardim público.

normalmente frequentado por quem trabalha no Lagoas Park

Jardim Municipal de Oeiras

jardim público mas com horário restritivo

Quinta de São Salvador

difícil acesso mas possível. normalmente frequentado apenas por quem possui hortas

Quinta de Cima do Marquês de Pombal

difícil acesso mas possível. normalmente frequentado apenas os trabalhadores agrícolas e outros funcionários

Jardim do Palácio Marquês de Pombal

acesso restritivo a visitantes

Hortas do Bairro do Pombal

acesso exclusivamente privado

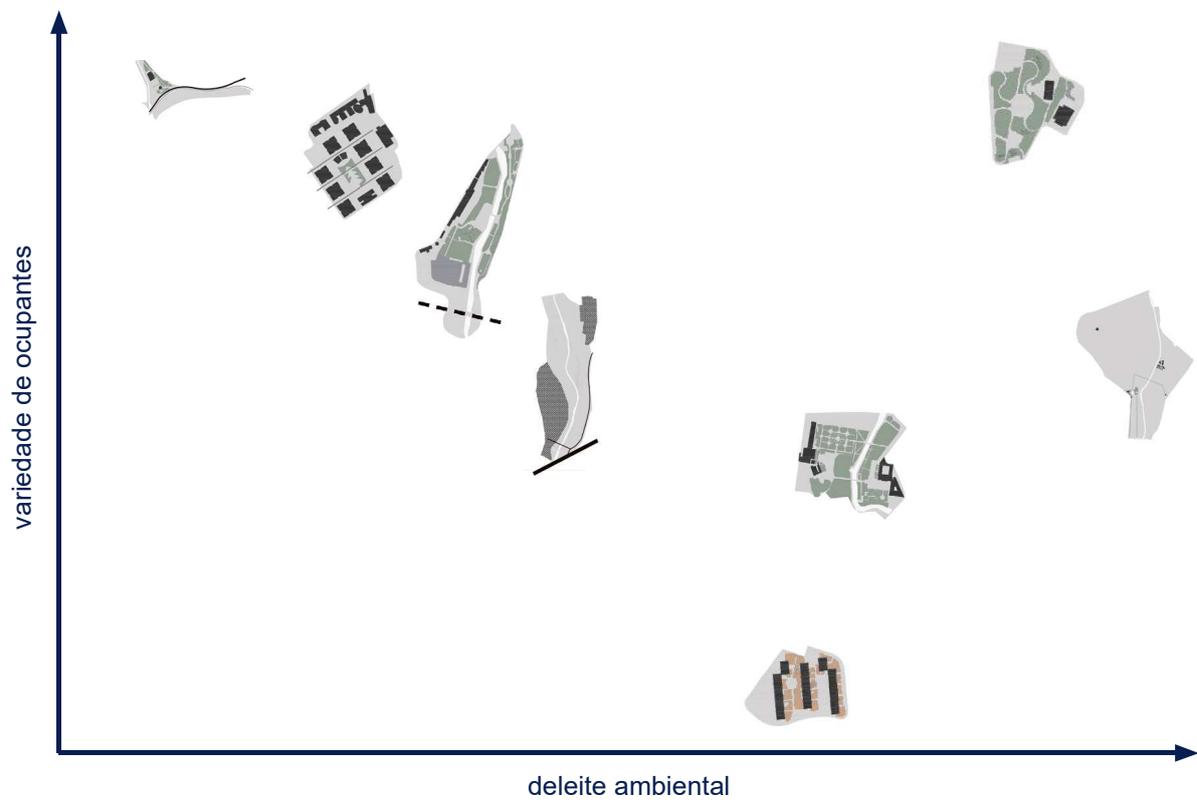


Figura 3.35 - Gráfico da variedade de ocupantes em função do deleite ambiental

Conclui-se que a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal apresenta liderança em valências como o **tamanho e forma, sensação de abertura, natureza urbana e deleite ambiental**. Tem elevada **variedade de ocupação** e o **retorno económico do uso do solo** é direto. A **estimulação visual persistente** é mediana pois para além do património histórico que se implanta na Quinta, este apresenta um elevado estado de degradação. A **variedade de ocupantes** é baixa pois estende-se entre os trabalhadores dos campos agrícolas e restantes funcionários, sendo possível o acesso ao público, embora seja difícil. Em termos de **acessibilidade de pedestre ou ciclável**, os terrenos da Quinta são insuficientes: cerca de 7 entradas para um terreno superior a 100 hectares, fazendo com que a **interação local** seja pouco estimulante.

A introdução de um cenário produtivo e recreativo, com base no CPUL, colmataria os problemas de acessibilidade e aumentaria a variedade de ocupantes. Por sua vez a interação local seria maior, dando vida a um espaço com um património riquíssimo e que seria reabilitado, evitando a sua degradação e destruição.

***“The city must be inclusive
and there must be room for
everyone.”***

Jan Gehl

3

**quinta de recreio
do marquês de pombal**

3.1 QUINTA: ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

A origem da Quinta do Marquês

Segundo José Sarmento de Matos na obra *“Dicionário de Arte Barroca em Portugal”* de 1989 e citada por Ana Celeste Glória (2009, p.6), por quinta de recreio *“entende-se aquela casa de campo erguida no perímetro das cidades, como Lisboa, constituindo a residência secundária das classes dominantes”*.

Localizada junto à Ribeira da Lage em Oeiras, a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal remonta ao século XVII e caracterizava-se pela produção de azeite, vinho, frutas e cereais. A origem da Quinta provém da compra e junção de diversos terrenos agrícolas por parte de Sebastião José de Carvalho, avô do futuro Marquês de Pombal. Surge deste modo o Morgadio de Oeiras, ocupação primitiva da família do Marquês e que mais tarde iria dar origem à grande quinta de recreio. Posteriormente o Morgadio foi herdado por Paulo de Carvalho e Ataíde, tio do futuro Marquês de Pombal, tendo sido uma época marcada pelo início da notoriedade da quinta, quer territorialmente, quer construtivamente (Glória, 2009).

O período apogético da Quinta do Marquês

A partir do século XVIII, com *“Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, herdeiro do Morgadio e dos terrenos a ele agregados, a velha Quinta conhece novo*

período de enriquecimento, não só territorial mas também construtivo – com palácio, jardins e diversos núcleos de recreio, transformando-se a velha Quinta numa grandiosa Quinta de Recreio” (Glória, 2009, p. 7), dando continuidade ao legado do avô e do tio.

O terramoto de 1755, que destruiu grande parte da cidade de Lisboa, incluindo o Palácio Pombal da antiga Rua Formosa (atual Rua de O Século), então residência da família do Marquês, obrigou à mudança da família para os terrenos da quinta em Oeiras, os quais eram proprietários. O projeto para a construção do Palácio do Marquês de Pombal, que só viria a ser concluído em 1775, foi atribuído ao engenheiro-militar Carlos Mardel (1696-1763), também conhecido por ser um dos responsáveis pelo projeto de reconstrução da cidade de Lisboa.

Segundo Ana Celeste Glória (2009, p.8), *“dois anos depois do terramoto, e como prémio pela acção reconstrutora de Lisboa, Sebastião José de Carvalho e Melo, foi agraciado com o título de 1.º Conde de Oeiras e a terra elevada a Vila, o que levou a que as obras da quinta se intensificassem, animadas de um novo espírito, continuando pelos anos 70, com a construção de inúmeros núcleos de recreio nomeadamente a Casa da Pesca, Jardim e Cascata do Taveira”*.

Igualmente da autoria de Carlos Mardel, a Casa da Pesca de Oeiras é um antigo palacete de recreio inserido na Quinta do Marquês de Pombal, mais precisamente na denominada Quinta de Cima. Tal como a própria tipologia indica, este complexo composto pelo tanque e pela Cascata do Taveira tinha como principal uso as atividades de lazer e de recreio da família do Marquês, principalmente no que às relacionadas com a pesca dizem respeito. Destacam-se o conjunto de azulejos, tanto no interior do imóvel, como nas paredes exteriores, que são alusivas às atividades piscatórias e ao mar. A ligação entre o Palácio com o complexo da Casa da Pesca, onde se inclui o respetivo jardim, a Cascata do Taveira e o tanque, é feita pelo eixo denominado “*Alameda dos Loureiros*”.

Segundo Maria do Céu Sousa Gomes na obra “*O Morgadio de Oeiras: história da arte moderna*” de 1998 e citada por Ana Celeste Glória (2009, p.6), a Ribeira da Laje, anteriormente designado por “*Rio d’Oeiras*”, que atravessa toda a Quinta na sua extensão e que junto a ela se encontravam os pomares (fig. 3.1), provou ser uma condicionante no que à construção de todos os espaços diz respeito, desde o edificado principal, aos núcleos secundários de recreio e espaços agrícolas. Carlos Mardel, engenheiro militar e arquiteto de origem húngara “*terá assinado o projeto de Oeiras e planeado o magistral sistema hidráulico da quinta, sem que houvesse lugar ao desperdício de água*” (CMO, 2015).

Deste modo procedeu-se à regularização da ribeira: “*o seu caudal aprisionado num canal que se tornou navegável, e a água ausente foi captada e chegou aos lagos, cascatas, e irrigou os jardins e os espaços de exploração agrícola*”, não esquecendo a importância dos aquedutos e das restantes infraestruturas construídas na época para o transporte da água, recurso de enorme importância para a sobrevivência da Quinta. Exemplo dessas infraestruturas encontra-se o Aqueduto do Arneiro, “*uma vez que conduz a água até à Cascata do Taveira alimentando o tanque que permite regar os campos junto à ribeira*” (Glória, 2009, p.17).

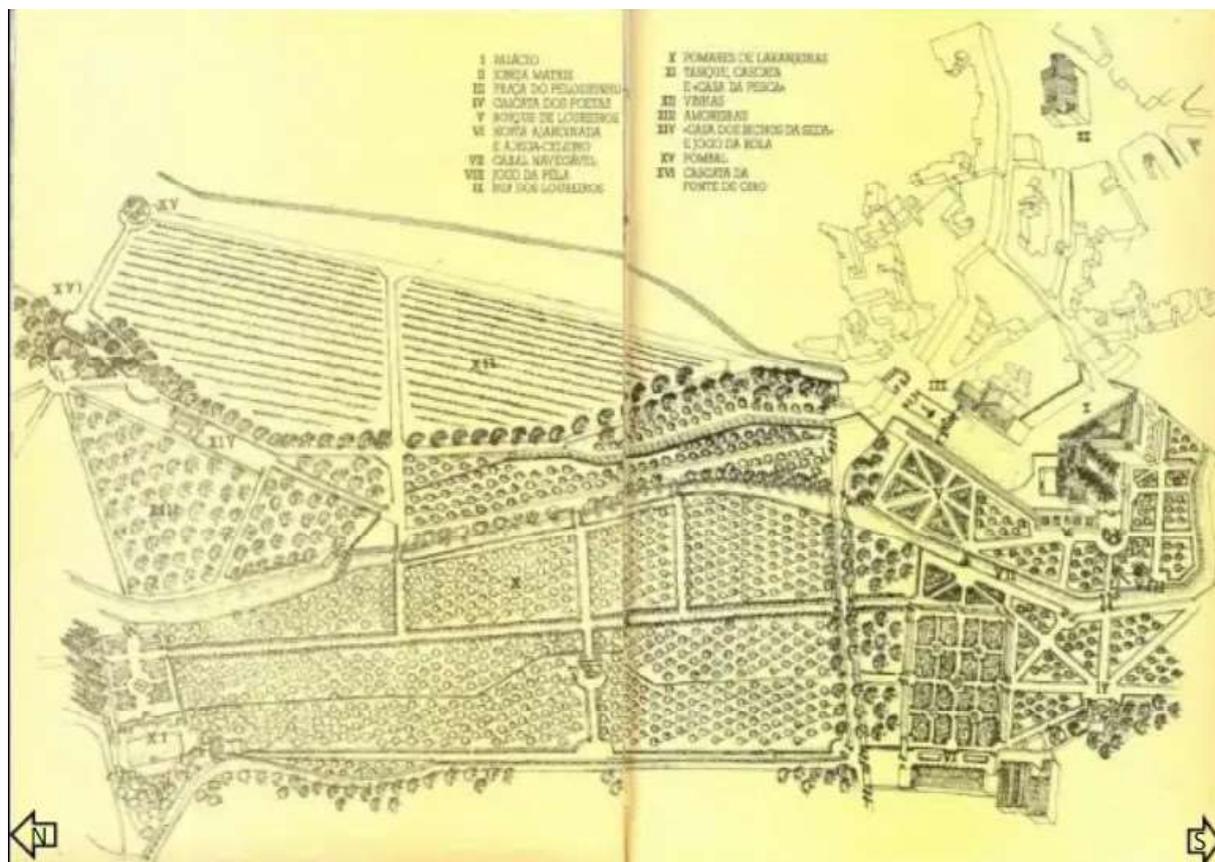


Figura 3.2 - Proposta de reconstituição da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal no século XVIII, Rodrigo Dias, 1993

A decadência da Quinta e a classificação a Monumento Nacional

O fim do período apogético da Quinta surge pouco depois da morte do rei D. José I e consequente subida ao trono da sua filha, D. Maria I de Portugal. Em 1777, Marquês de Pombal é destituído dos seus cargos e acusado de abuso de poder, corrupção e fraude, tendo sido desterrado para Pombal, onde morrerá em 1782. No entanto, a morte do Marquês não fez com que fosse apagada o prestígio da Quinta, uma vez que em agosto de 1783 foi alvo de visitas por parte da então rainha que o desterrou, D. Maria I (Glória, 2009).

Ao fim de décadas de esquecimento e abandono, a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal foi vendida em 1939, pelos descendentes do Marquês de Pombal, ao jornalista Artur Brandão (1876-1960). Termina assim a ligação entre a família de Sebastião de José Carvalho e Melo e a Quinta de Recreio de Oeiras que, segundo Glória (2018, p.4), também se “*desfazem do próprio recheio do palácio.*”

Em 1940 o Palácio do Marquês de Pombal, incluindo o Jardim, a Casa da Pesca e a Cascata do Taveira foram classificados de Monumento Nacional por Decreto n.º 30762 de 26 de setembro de 1940¹, decreto que fora suspenso. No entanto a classificação viria finalmente ter efeito com o Decreto n.º 39175 de 17 de abril de 1953².

No entanto, o regime de proteção e salvaguarda a que os monumentos estão sujeitos não impediu, em 1958, a venda e “*divisão*” da quinta em dois distintos proprietários. Deste modo, surgiram duas novas designações: a Quinta de Baixo a sul, e a Quinta de Cima a norte, perdendo-se a leitura original do conjunto da Quinta como um todo e que até hoje se mantém. A antiga “*Estrada Real*”, atual Rua do Aqueduto, é o principal elemento que define a divisão da Quinta.

A Quinta de Baixo, adquirida pela Fundação Calouste Gulbenkian e encontrando-se desde 2003 na posse da Câmara Municipal de Oeiras, é constituída pelo “*Terraço das Araucárias, o Jardim de Buxo, a Escada Nova, a Gruta e o Jardim das plantas aquáticas, o Terraço de Jogos, o Jardim das Flores, a Escadaria e Fonte dos Embrechados, o Cais de Embarque, a Cascata dos Poetas, a Fonte das Quatro Estações, o Terraço das Merendas, a Adega e o Lagar, estruturas que definem o designado “Jardins do Palácio do Marquês de Pombal”* (Glória, 2009, p13), não esquecendo a antiga Casa dos Coches, atual edifício da Câmara Municipal de Oeiras.

A Quinta de Cima foi adquirida pelo Estado que ali decidiu construir as instalações da Estação Agronómica Nacional de Oeiras, atual

INIAV (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária) e encontra-se desde outubro de 2019 na posse da Câmara Municipal de Oeiras, estando novamente as duas “metades” da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal de novo sob a alçada da mesma entidade, neste caso a própria autarquia por um período de 44 anos. É de referir que a Quinta de Cima é proporcionalmente bastante maior que a de Baixo, sendo “constituída por extensos terrenos onde se dispersam as estruturas de recreio e as de apoio à exploração agrícola”, sendo elas a Casa da Pesca, a Cascata da Fonte do Ouro, a Casa dos Bichos da Seda, a Abegoaria (atual Adega Casal da Manteiga), o Pombal, o Aqueduto do Arneiro, entre outros (Glória, 2018, p.4).

A Casa da Pesca, tal como as restantes infraestruturas de recreio, foram acompanhando o estado de decadência da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal e às peripécias a ela relacionadas. Nos anos 70 do século XX, a Casa da Pesca chegou a albergar uma creche e jardim de infância, o que pode explicar parte do atual estado de degradação dos painéis de azulejos que compõem a Casa da Pesca e que representam um valor patrimonial riquíssimo. Nos anos 80, o mesmo imóvel foi anfitrião de vários eventos culturais, nomeadamente no âmbito musical. Esta aposta cultural não durou muito, tendo o abandono e a degradação, de forma ainda mais significativa, tomados conta deste património nos anos seguintes até à atualidade.

A figura 3.3 ilustra a situação atual da “Alameda dos Loureiros”, principal via de ligação entre o Palácio do Marquês de Pombal e o complexo da Casa da Pesca, sem a vegetação que originou a toponímia da respetiva via.

¹ Este decreto, publicado no Diário Geral, I Série, n.º 225 de 26 de setembro de 1940, foi suspenso pelo Decreto n.º 30838 de 1 de novembro (Diário Geral, I Série, n.º 254). Este decreto suspendeu o diploma anterior quanto aos imóveis que fossem propriedade particular, até que se cumprisse o disposto no art.º 25.º do Decreto nº 20985, Diário Geral, I Série, n.º 56, de 7 de março de 1932.

² Publicado no Diário Geral, n.º 177 de 17 de abril de 1953.



Figura 3.3 - Registo fotográfico da situação atual da Alameda dos Loureiros



Figura 3.4 - Representação dos diferentes núcleos da Quinta do Marquês e divisão em Quinta de Baixo (à esquerda) e Quinta de Cima (à direita)



A - Palácio, Jardins e Adega; **B** - Casa da Pesca;
C - Casa dos Bichos-da-Seda; **D** - Pombal; **E** - Abegoaria;



Figura 3.5 - Interior da Casa da Pesca



Figura 3.6 - Cascata do Taveira e tanque, junto à Casa da Pesca, 1911



Figura 3.7 - Casa dos Bichos da Seda



Figura 3.8 - Concerto na Casa da Pesca da orquestra Nova Filarmonia, 1989

Estação Agronómica Nacional de Oeiras

À apropriação da Quinta de Cima por parte do Estado em 1958 sucedeu-se a construção do complexo da Estação Agronómica Nacional (EAN) em 1961, projeto da autoria do arquiteto Jorge Segurado. Sendo desde 1974 regulado pelo Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV), a Estação Agronómica Nacional era um *“Organismo de Investigação Científica, de Orientação e Cooperação Técnica, dependente da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas”* (Decreto-Lei nº 27 207 de 16.11.1936, artº 47). À Estação Agronómica Nacional competia *“efectuar os estudos de investigação agronómica necessários à resolução dos problemas que respeitam ao desenvolvimento e defesa da produção agrícola e orientar os estudos de experimentação e ensaio a executar pelos organismos regionais”* (Decreto-Lei nº 27 207 de 16.11.1936, artº 48).

O antigo complexo da EAN localizava-se na Quinta da Aldeia em Sacavém. No entanto, a crescente e exponente construção de complexos industriais na zona não permitia à EAN efetuar a devida atividade de investigação agrícola. Deste modo, a escolha dos terrenos da Quinta do Marquês em Oeiras para a construção de um novo complexo da EAN surgiu da necessidade de um local possível para a atividade agrícola e para as respetivas investigações que à Estação Agronómica Nacional competia

(INIAV). O projeto de construção iniciou-se em 1961, mas apenas em 1966 se oficializou a mudança da EAN de Sacavém para Oeiras.

O complexo da Estação Agronómica Nacional projetado por Jorge Segurado é composto por diversos edifícios dispersos pela propriedade da Quinta de Cima, sendo eles os pavilhões do insectário e insectário de campo, da quarentena, da genética, de mesologia e química e de fitofarmácia. Para além dos pavilhões, o projeto inclui estufas, um posto de transformação, uma central de aquecimento, um conjunto habitacional para os agregados familiares dos trabalhadores e, por último, uma cantina junto ao palacete de recreio da Casa da Pesca.

Segundo o arquiteto Francisco Caldeira Cabral, na elaboração do estudo *“Fundamentos dos critérios para o estabelecimento da área de protecção”* de 1989, e citado por Patrícia Costa (2004), no que aos terrenos da EAN e envolvente diz respeito, *“a evolução do tecido urbano pode pôr em risco estas características ambientais”*. Caldeira Cabral acrescenta ainda que *“a criação de uma área de protecção aos terrenos da E.A.N. é uma necessidade”* e que *“deve-se estabelecer um protocolo de ocupação urbanística, definindo critérios de actuação/ocupação para as diferentes áreas da envolvente”*.



Figura 3.9 - Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, 1961



Figura 3.10 - Construção da EAN, 1962



Figura 3.11 - Ortofotomapa de Localização da EAN na Quinta de Recreio do Marquês de Pombal



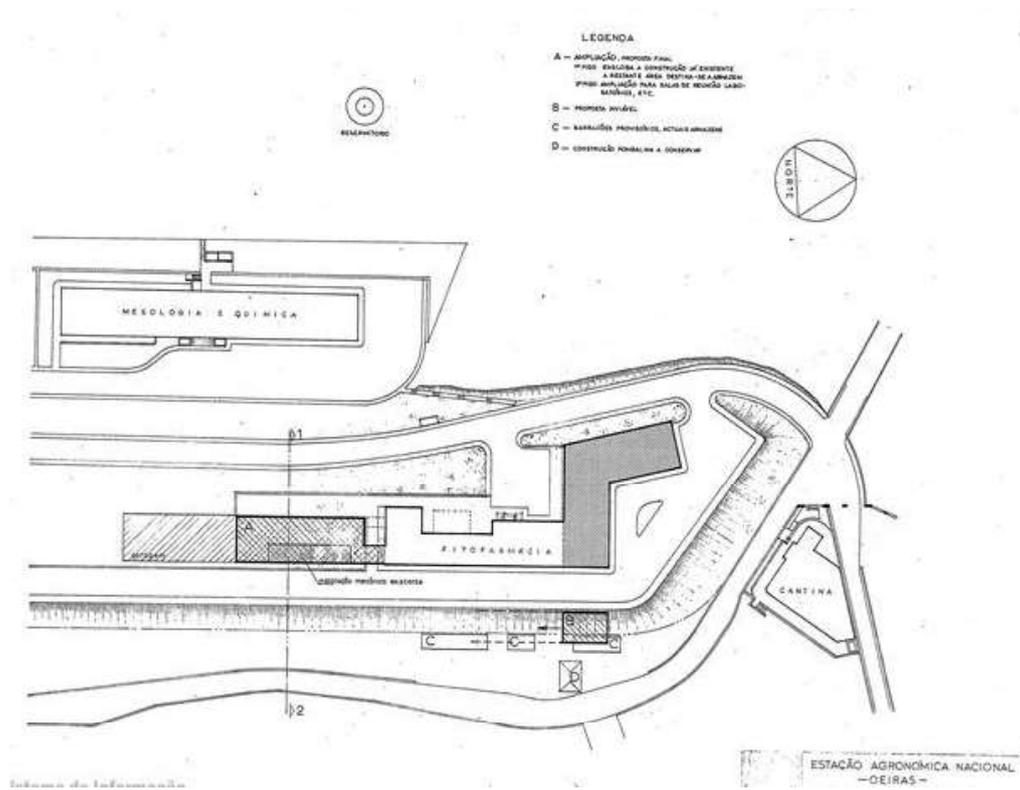


Figura 3.12 - Planta de Localização da cantina da EAN



Figura 3.13 - Cantina da EAN

“(...) as atividades exteriores que são particularmente dependentes da qualidade dos espaços exteriores são as actividades opcionais, recreativas e, conseqüentemente, uma parte considerável das actividades sociais, (...) estas actividades especialmente atrativas desaparecem quando as condições são pobres e prosperam quando as condições são favoráveis.”

Jan Gehl

3.2 QUINTA: O CONTEXTO ATUAL E OS PLANOS DE RECUPERAÇÃO

Apesar de hoje pertencerem à mesma entidade pública, a Câmara Municipal de Oeiras (CMO), ainda são visíveis as discrepâncias entre a Quinta de Baixo e a Quinta de Cima no que à conservação do património diz respeito. Estando desde 2003 na alçada da CMO, a Quinta de Baixo, composta pelos Jardins e Palácio, encontra-se bastante melhor conservada que a Quinta de Cima, onde se implanta a Casa da Pesca.

A aquisição em 2003 do Palácio Marquês de Pombal e dos respetivos Jardins por parte da Câmara Municipal tornaram possíveis as respetivas visitas ao público, que desde 2004 têm efeito. No entanto, devido à situação pandémica da COVID-19, apenas estão permitidas as visitas aos Jardins, que foram alvo de uma intervenção da autoria do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles, em 1965: *“a enquadrar o Palácio encontram-se os Jardins, de grandiosas e retilíneas alamedas, terraços, escadarias, cascatas e fontes que encerram elementos escultóricos e simbólicos de grande valor artístico. Aqui se conjugavam os aromas dos pomares de citrinos, flores e plantas com o som da água fresca e murmurante das cascatas”* (CMO, 2015).

Igualmente inseridos na Quinta de Baixo, o Lagar do Azeite e a Adega/Celeiro do Palácio Marquês de Pombal foram alvos de projetos de recuperação e reabilitação com o intuito de salvaguardar o património e serem espaços visitáveis e abertos ao público. A recuperação do

Lagar do Azeite em 2009 e consequente abertura ao público em 2010 tem como partido a sua *“dinamização enquanto pólo de recriação histórica da produção do azeite”*. Datada de 2018, a intervenção na Adega/Celeiro, onde também se guardava a produção cerealífera da propriedade, teve como objetivo *“acautelar a preservação deste importante acervo histórico, devolvido agora ao seu uso original, tirando partido das suas características naturais, excelentes para o envelhecimento do vinho de Carcavelos”* (CMO).

Deste modo, a recuperação do património do município e a sua acessibilidade a nível público fazem parte das intenções da Câmara Municipal de Oeiras. Esta estratégia adotada na Quinta de Baixo pretende ser igualmente estendida pela Quinta de Cima, permitindo a leitura original da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, não como duas quintas distintas, mas sim como um conjunto único.

A 4 de outubro de 2019 foi assinado pelo Município de Oeiras o *“auto de cedência de utilização de parte da antiga Estação Agronómica Nacional”*, ou seja, dos terrenos da Quinta de Cima, por um período de 44 anos. Consequentemente pôs-se fim a uma luta de negociações, que duraram largos anos, entre o Ministério da Agricultura e Pescas e a autarquia oeirense.



Figura 3.14 - Terrenos da Quinta de Cima do Marquês de Pombal



Figura 3.15 - Degradação da Quinta de Cima, com o edifício do Pombal em segundo plano



Figura 3.16 - Degradação das in



Infraestruturas da Quinta de Cima

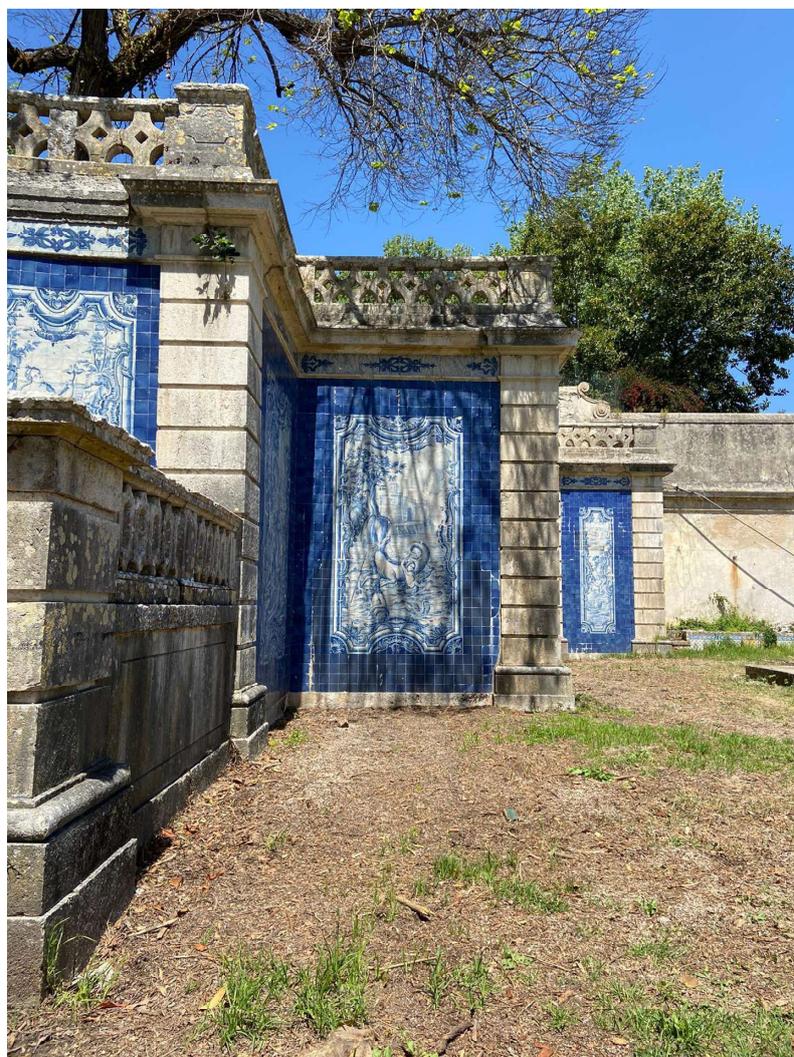


Figura 3.17 - Situação atual do complexo da Casa da Pesca e degradação do respetivo património cerâmico

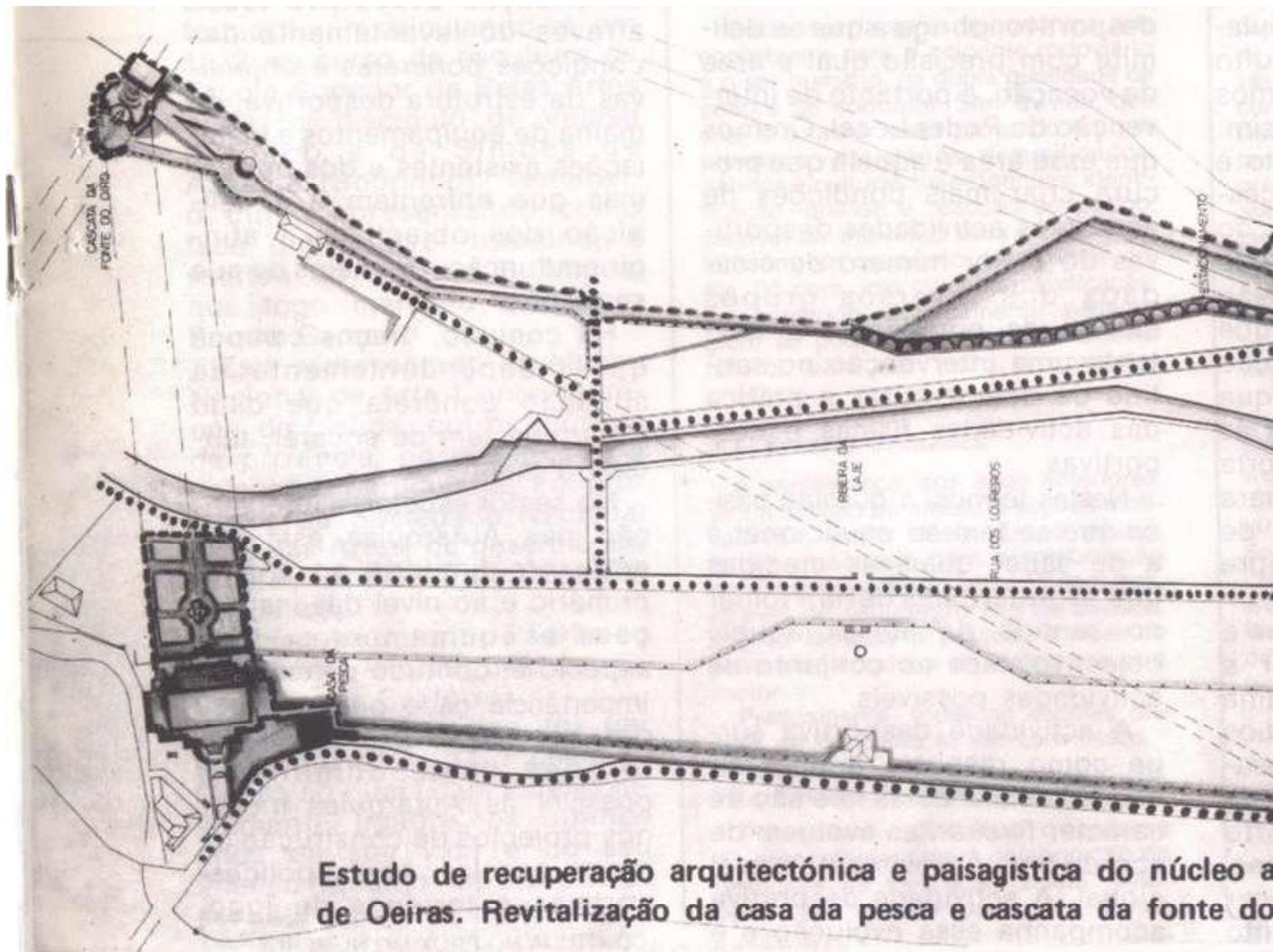
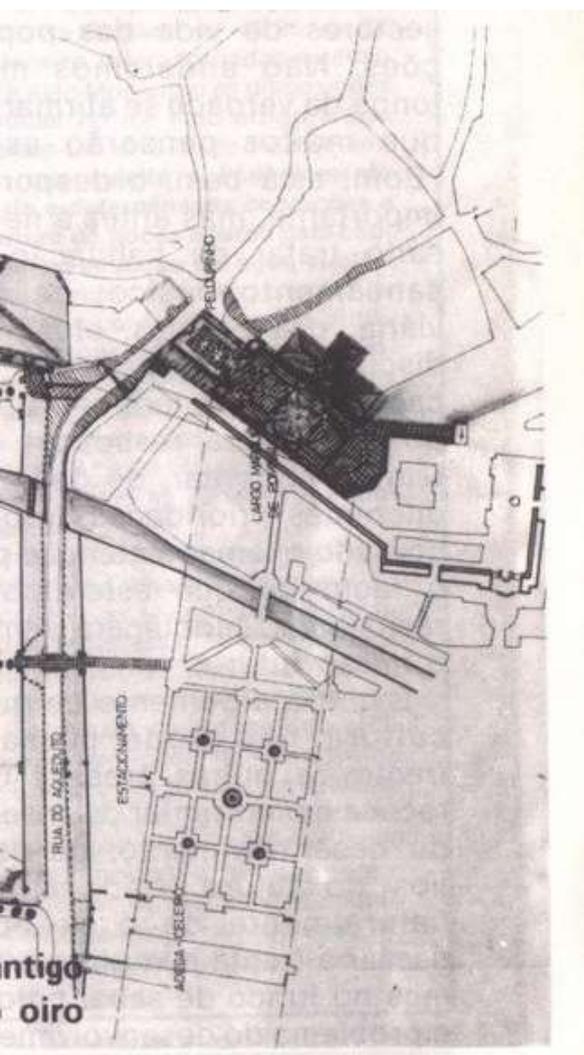


Figura 3.18 - Estudo de Recuperação e Ordenamento paisagístico da Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal – Oeiras, 1985



Devido ao elevado estado de degradação, nos últimos 40 anos foram várias as propostas recuperação e ordenamento paisagístico para a Quinta de Cima. Da autoria de Rodrigo Dias, arquiteto paisagista da CMO, destacam-se o “*Estudo de Recuperação e Ordenamento paisagístico da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal – Oeiras*” de 1985 (fig. 3.18), o “*Plano de ordenamento da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal*” de 1998 e o “*Plano Estratégico para o Parque Temático Marquês de Pombal – Proposta de intervenção*” de 2007 (fig. 3.19), na sequência do plano de 1998.

Segundo Glória (2019, p.24 e 25), o “*Estudo de Recuperação e Ordenamento paisagístico da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal – Oeiras*” de 1985 “*permitiu verificar que a construção da Quinta do Marquês alterou significativamente o núcleo antigo da vila e que as ruas e os caminhos da quinta foram pensados para influir em pontos estratégicos, como o núcleo da Casa da Pesca. Tal facto chamou a atenção para a importância deste núcleo e levou a que o estudo inicial se tornasse num projecto de revitalização com a pretensão de retomar a relação vila/quinta de recreio, há muito perdida pelo crescente urbanismo em torno da Quinta, carecida de espaços de recreio e lazer.*”

A proposta de 1985 impulsionou as propostas seguintes, através de um plano mais alargado e ambicioso, tanto a nível da escala do projeto como nos parceiros e nos elementos da equipa de trabalho envolvidos: DPGU da Câmara Municipal de Oeiras, chefiada pelo arquiteto paisagista Rodrigo Dias, e a Estação Agronómica Nacional, então proprietária da Quinta de Cima. O “*Plano de ordenamento da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal*” de 1998 e o “*Plano Estratégico para o Parque Temático Marquês de Pombal – Proposta de intervenção*” de 2007, que retomavam as mesmas medidas que as do plano de 1985, propunha a criação de um Parque Temático organizado por zonas e oito núcleos temáticos culturais, recreativos e gastronómicos, que se distribuiriam pelos diversos núcleos de recreio da Quinta do Marquês de Pombal, não esquecendo a extensão dos limites do Jardim Histórico da Quinta de Baixo para a Quinta de Cima (fig. 3.20), como já tivera sido explorada na proposta de 1985 (Glória, 2018).

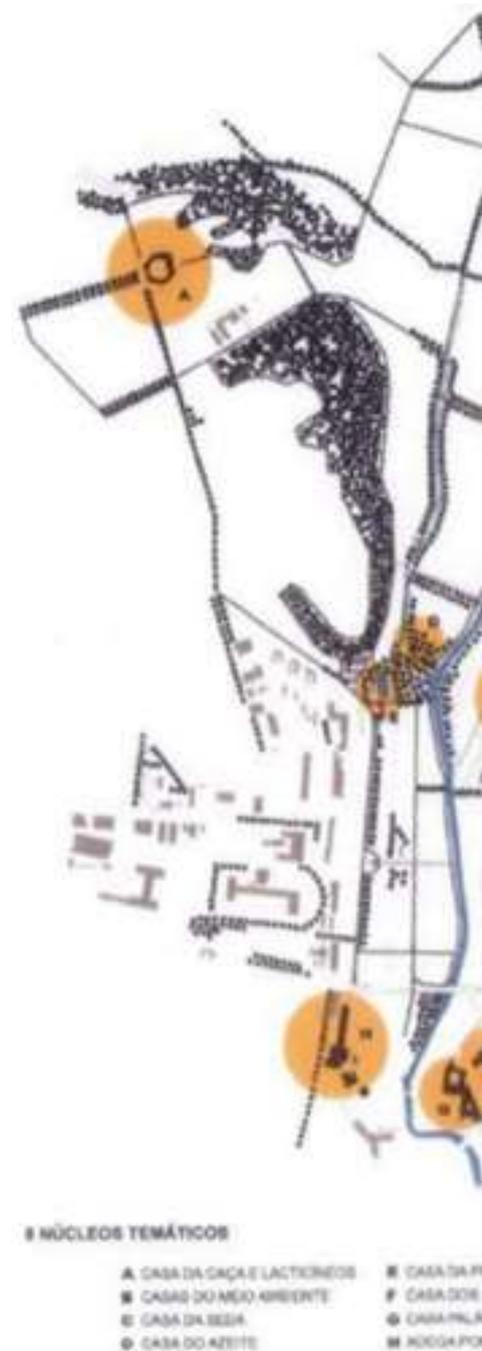
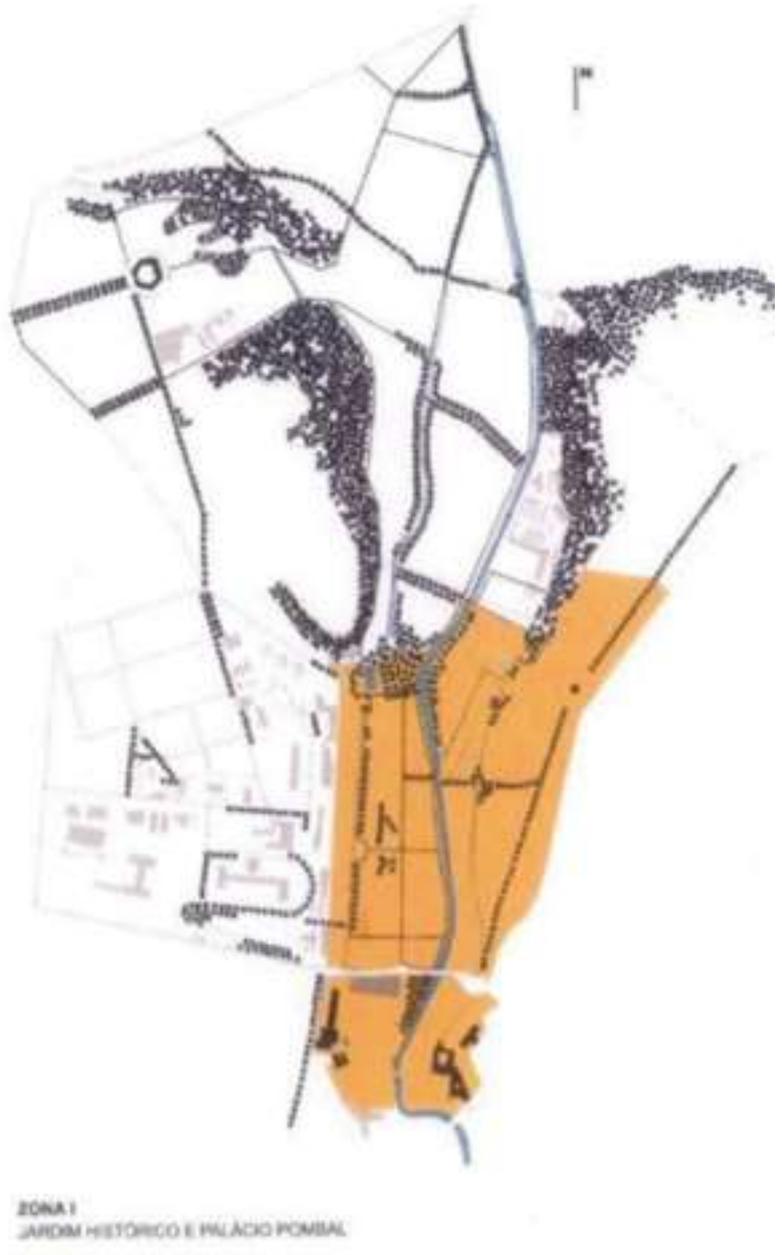


Figura 3.19 - Plano Estratégico do Parque Temático Marquês de Pombal, Oeiras



para o Parque Temático
o Núcleos Temáticos

Figura 3.20 - Plano Estratégico para o Parque
Temático do Marquês de Pombal, Zona I

PROPOSTA DE ABERTURA DE CAMINHOS PEDONAIS PELA ESTAÇÃO AGRONÓMICA NACIONAL



Câmara Municipal de Oeiras - DMOA - DAE - DEV

Figura 3.21 - Proposta de abertura de espaços de percursos pedonais pela Estação Agronómica Nacional, CMO

A par do “*Plano Estratégico para o Parque Temático Marquês de Pombal – Proposta de intervenção*” de 2007 encontra-se uma proposta à macro escala que se baseia na abertura de caminhos e acessos pedonais pela Estação Agronómica Nacional. Igualmente encontra-se em estudo a possibilidade de criar ligações entre o possível Corredor Verde da Ribeira da Lage e o Corredor Verde da Ribeira de Porto Salvo. Para além do próprio Parque Temático da Quinta do Marquês de Pombal, dos espaços verdes de Oeiras inseridos nesta ligação entre os dois corredores verdes encontram-se o Jardim Almirante Gago Coutinho (mais conhecido como Jardim Municipal de Oeiras), o Parque Urbano de Cacilhas, o Parque dos Poetas e a Quinta da Fonte.

Igualmente importante de referir é o processo para o alargamento da classificação de Monumento Nacional para a extensão de toda a Quinta e não apenas a do “*Palácio, Jardim e Casa da Pesca*” aprovada em 1953. Esta proposta, que ainda se encontra em «vias de classificação», partiu da Câmara Municipal de Oeiras em 2002 devido à degradação contínua da Quinta de Cima nos anos que se antecederam. A esta constante deterioração do património não se insere apenas a Casa da Pesca, que aliás já possui classificação desde 1953. As estruturas edificadas de apoio à atividade agrícola e o sistema hidráulico, o qual se incluem os aquedutos, as mães de água e a restante canalização

original da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, encontram-se igualmente em deterioração. Devido à inclusão em 2012 do sistema hidráulico na proposta de classificação e sabendo que este se estende para fora dos limites do concelho de Oeiras, a causa referida acabou por ter igualmente o apoio da Câmara Municipal de Cascais.

Deste modo em 2003 a Câmara Municipal de Oeiras submeteu a proposta ao então Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR)³ e em 2005 é apresentado o respetivo parecer favorável face à proposta. Segundo o relatório da Direção Regional de Lisboa/IPPAR⁴ (p.6 e 7) e citado por Glória (2018, p.14), a Quinta de Recreio do Marquês de Pombal “(...) encerra outros valores patrimoniais, de igual importância para a percepção do que é a globalidade do conjunto (...)”, afirmando ainda que a “*Quinta de Baixo e Quinta de Cima, é uma unidade indivisível, e de ligação perfeita entre os espaços monumentais já classificados (...) e o espaço paisagístico agrícola/produção, uma vez que todos os sistemas viários e hidráulicos de interligação entre estes espaços ainda hoje se mantêm*”.

Em 2013 esta mesma proposta de classificação acabou por ser submetida no Gabinete da Secretaria de Estado da Cultura para futura aprovação em Conselho de Ministros e consequente publicação. Os anos que se sucederam foram marcados pelos atrasos nas decisões e pelas sucessivas prorrogações dos procedimentos dos despachos. Não esquecer a luta constante entre as autarquias de Cascais e Oeiras, as diversas instituições e organismos estatais que ao longo dos anos regulam o património nacional (atualmente a DGPC - Direção Geral do Património Cultural) e o próprio Estado que ainda hoje perdura.

³ Em 27 de Outubro de 2006 foi publicado o Decreto Lei n.º 215/2006[4] que funde o Instituto Instituto Português do Património Arquitectónico e o Instituto Português de Arqueologia, dando origem ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR, I.P.).

⁴ “Proposta de nova delimitação do conjunto classificado. Alargamento do âmbito da classificação do “Palácio dos Marqueses de Pombal, Jardim, Casa da Pesca e Cascata”, a toda a Quinta de Recreio e produção agrícola, sito em Oeiras, freguesia de Oeiras e São Julião da Barra”, Direcção Regional de Lisboa/IPPAR, Câmara Municipal de Oeiras, Informação n.º608/DRL-DS/2005, 21 de março de 2005, 2-3. In Processo de Classificação do Palácio dos Marqueses de Pombal, sito na Quinta de Baixo e Cima, S. Julião da Barra, Oeiras. Proc. N.º 6B/608 – C.S. 10585.

Referência: 68/006
Designação: Palácio e Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal
Local: Quinta de Baixo e de Cima
Lugar: Oeiras
Freguesia: Oeiras e São Julião da Barra
Concelho: Oeiras

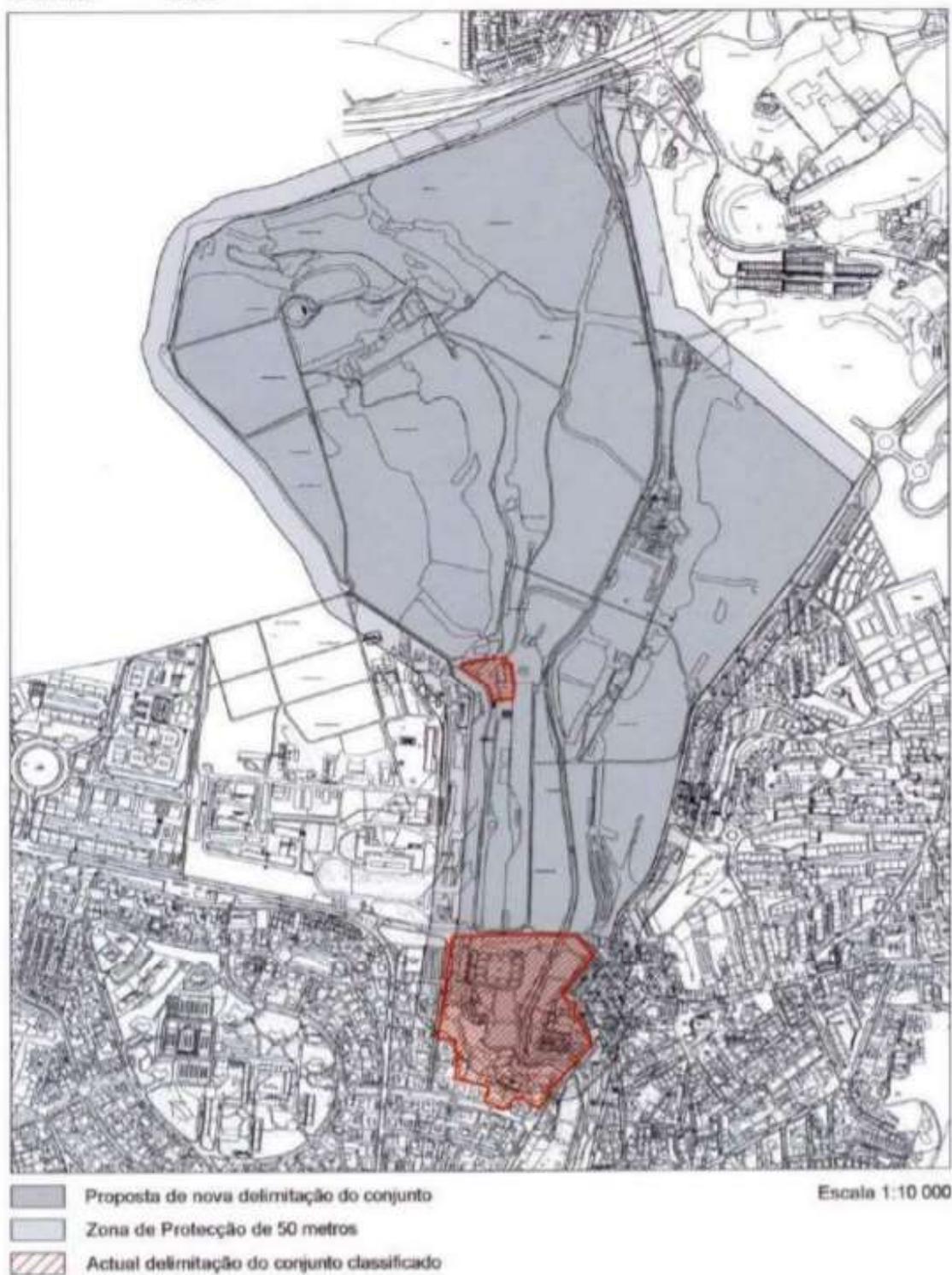


Figura 3.22 - Planta da delimitação atual da classificação e proposta, 2006

Apesar de nenhum dos projetos anteriormente referidos ter sido concretizado, a assinatura do protocolo de outubro de 2019 oferece à Câmara Municipal de Oeiras a possibilidade de tomar um novo rumo à Quinta de Cima do Marquês de Pombal e acabar com o elevado estado de degradação e de decadência que a Quinta tem sofrido ao longo dos últimos anos na posse do Estado. Tendo sido um desejo há muito pretendido pela autarquia presidida por Isaltino Morais, a assinatura do protocolo possibilita o investimento num projeto de reabilitação com vista à preservação e usufruo pela população, local e não só, do património imóvel e paisagístico da Quinta de Cima do Marquês de Pombal (CMO, 2019).

Conclui-se que a Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal em Oeiras representa um enorme sistema de espaços edificados e não edificados para fins produtivos e recreativos, constituindo um valor patrimonial riquíssimo. Nesse património estão incluídos o palácio, jardins, estruturas edificadas de lazer, explorações agrícolas, cascatas, mães de água e aquedutos, etc. Todo o respeito pelas condições biofísicas do território por parte do enorme complexo que constitui a Quinta representava, como já referido, uma *“relação simbiótica entre o homem, a natureza e o ambiente construído”* (Marat-Mendes, 2009, p.72 e 73). Não é de admirar que este mesmo território, onde se insere a Quinta, tenha sido um dos vazios protegidos por Etienne

de Gröer aquando da elaboração do Plano de Urbanização da Costa do Sol, em meados do século XX.

“The city that acknowledges and celebrates our common fate, that open doors to empathy and cooperation, will help us tackle the great challenges of this century.”

Charles Montgomery

4

**projeto individual
propostas de intervenção**

4.1 PROPOSTA DO PARQUE AGRO-URBANO NA QUINTA DO MARQUÊS DE POMBAL

Inserido na União de freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, os terrenos da Quinta do Marquês de Pombal estão na posse da Câmara Municipal de Oeiras desde outubro de 2019, com o intuito de recuperar o respetivo património.

Apenas 8% das hortas urbanas disponíveis em Oeiras se encontram na União de freguesias de Oeiras, S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias (Rodrigues, 2015). É o território de Oeiras com menor percentagem de hortas urbanas, visto que maior parte delas se encontram nas freguesias do interior do concelho. Por outro lado, é a união de freguesias com maior população, albergando cerca de 58.149 habitantes, o que corresponde a 33,8% da população de todo o município, segundo os Censos de 2011 (Instituto Nacional de Estatística).

Deste modo, a proposta do Parque Agro-Urbano que esta investigação apresenta visa conceber um espaço verde incorporando o conceito CPUL de Katrin Bohn e André Viljoen: um cenário recreativo e produtivo de agricultura urbana e consumo local e que igualmente vai a encontro da função inicial da Quinta. Tendo em conta o património e o legado histórico da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, o projeto do PUCS e os objetivos da Câmara Municipal de Oeiras para este mesmo espaço (planos e projetos de recuperação arquitetónica e paisagística do arquiteto Rodrigo Dias), a proposta do Parque Agro-Urbano visa igualmente dar resposta

a uma necessidade social e contemporânea: a falta hortas urbanas na União de freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias e o usufruo público do espaço.

Por motivos de enorme escala e proporção, a proposta desenvolvida não abrange o limite total da Quinta de Cima (fig. 4.2). Esta é delimitada pela Estrada do Aqueduto a sul e a estrutura pedonal que atravessa o vale da Ribeira da Lage, limites estes que abrangem igualmente a Casa da Pesca. A implantação da proposta do parque abrange uma área total de cerca de 180.000 m², ou seja, 18 hectares.

Freguesias do Concelho de
OEIRAS

após a reorganização administrativa de 2013



Figura 4.1 - Freguesias de Oeiras após a reorganização administrativa de 2013



Figura 4.2 - Zona da Quinta abrangida pelo projeto do parque agro-urbano

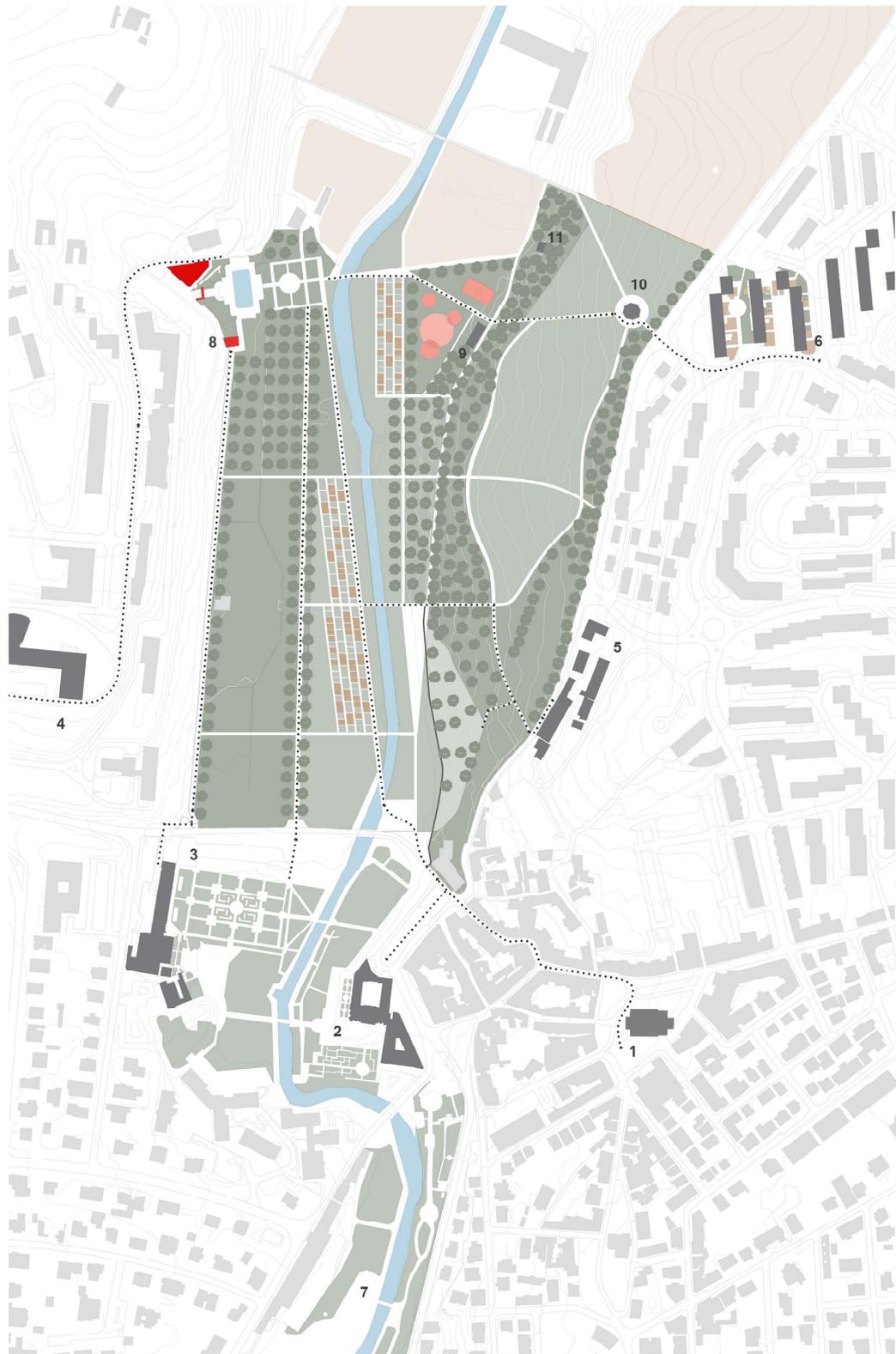
As estruturas e infraestruturas como imóveis (Casa da Pesca, Casa dos Bichos da Seda e Pombal), aquedutos, cascatas, muros e cercas pretendem ser recuperados, não só para proporcionar à população uma experiência única de reconstituição histórica do património, como também ser uma resposta às necessidades e realidade contemporâneas, evitando a necessidade de nova construção.

Em conformidade, a proposta do Parque Agro-Urbano pretende recuperar os percursos históricos da Quinta de Cima (como a Alameda dos Loureiros) incorporando uma rede de novos percursos pedonais através de uma malha ortogonal e ajustada à topografia do terreno, percursos esses hierarquizados pela respetiva largura e que variam entre os 3 e os 5 metros, consoante a importância da via no parque. A este desenho ortogonal, que tem como objetivo *“humanizar”* a escala do território de intervenção, encontra-se um percurso em diagonal que acompanha paralelamente grande parte da ribeira. Esta diagonal visa criar um acesso direto entre a Casa da Pesca e o núcleo histórico de Oeiras, recuperando a ligação histórica que existia entre o imóvel e a vila.

Com o intuito de incorporar um cenário produtivo e de responder às necessidades contemporâneas, as hortas urbanas localizam-se nas zonas do parque mais próximas da ribeira e devem respeitar o Regulamento das Hortas Urbanas da Câmara Municipal de Oeiras, Re-

gulamento n.º 162/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 52 — 14 de março de 2018. Segundo o artigo 14º/1 do regulamento, *“o Utilizador pode cultivar qualquer produto, tais como vegetais, ervas aromáticas ou medicinais, potenciando as consociações dos produtos de acordo com os princípios da agricultura biológica/tradicional.”* Para além conservação de alimentos, as ervas aromáticas possuem propriedades que permitem afastar quaisquer agentes invasores ou nefastos ao crescimento das plantas (pragas), evitando o uso de pesticidas ou outros químicos e permitindo o cultivo de forma natural e biológica.

Os talhões da proposta para o Parque Agro-Urbano são formados segundo uma pequena malha de percursos que permitem o acesso aos talhões e variam entre 0.5 e 1 metro de largura. Em certos vazios resultantes dessa malha encontram-se os próprios talhões que variam entre 30 a 60 metros quadrados de área útil e destinam-se consoante o tamanho do agregado familiar ou entidade pública ou privada (estabelecimentos de restauração, por exemplo), pagando uma quota anual ao município de Oeiras. Os vazios restantes são relvados e destinam-se a pequenas áreas de lazer que servem de apoio às áreas de cultivo.



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO ESCALA 1:2000 | Proposta do Parque Agro-Urbano de Oeiras, nos terrenos da Quinta do Marquês de Pombal

Figura 4.3 - Planta de implantação da proposta do parque agro-urbano (a vermelho encontra-se o complexo da Casa da Pesca e o edifício da antiga cantina da EAN)



Figura 4.4 - Complexo da Casa da Pesca segundo a proposta do Parque Agro-Urbano, no intuito de recuperar os núcleos de recreio da Quinta



Para além de zonas de cultivo, o projeto propõe zonas de pomares, bem como áreas de vegetação densa e menos densa e consequentemente zonas mais e menos sombreadas, promovendo a diversidade tanto de espaços como de utilizadores que os frequentam. O parque pretende igualmente incluir cenários de cariz recreativo, através da promoção do desporto, com a conceção de um parque de jogos (jardim infantil e campo desportivo); e da educação e cultura, promovendo a reabilitação do património local, nomeadamente o complexo da Casa da Pesca para a instalação de um programa de arquivo municipal.

Tendo em conta a investigação de Katrin Bohn e André Viljoen em CPUL, a proposta do Parque Agro-Urbano pretende tornar os terrenos da Quinta de Cima do Marquês de Pombal num enorme espaço verde de cariz produtivo e recreativo, aberto ao público, permeabilizando um território fragmentado com a envolvente e promovendo a inclusão social, tanto a nível local, como regional.



Figura 4.5 - Alameda dos Loureiros segundo a proposta do Parque Agro-Urbano, no intuito de recuperar os caminhos históricos da Quinta

“(...) o jardim providencia actividades expressivas e algo para fazer. Se o jardim estiver localizado onde as pessoas passam ou onde haja uma boa vista para outras actividades, o trabalho no jardim é muitas vezes combinado com outras actividades recreativas e sociais.”

Jan Gehl

4.2 PROPOSTA DO ARQUIVO MUNICIPAL

A proposta do Parque Agro-Urbano, apresentada no capítulo anterior, tenciona criar um cenário produtivo e recreativo em parte dos terrenos da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal, e conseqüentemente, reabilitar e proteger o património imóvel da Quinta, que se encontra em elevado estado de degradação. Este mesmo património é constituído pelos aquedutos, cascatas e os diversos núcleos de recreio que se implantam ao longo dos terrenos da Quinta. A Casa da Pesca é um dos núcleos de recreio presentes na Quinta e encontra-se dentro dos limites da proposta do parque. Deste modo, uma proposta de intervenção arquitetónica que ajudasse a reabilitar este mesmo núcleo de recreio seria igualmente fundamental para o sucesso da proposta do parque.

Para reabilitar o núcleo recreativo em questão, optou-se pela adoção de um programa de âmbito cultural. Assim sendo, às funções produtiva e recreativa da proposta do parque juntam-se as funções cultural e educativa. Deste modo, surge a escolha do programa de um arquivo para o núcleo recreativo da Casa da Pesca. A solução programática escolhida deve-se a motivos económicos, sociais e por ser um programa que, ao contrário de um centro cultural (sem intenção de desvalorizar tal programa) não cairia em desuso. Para além da instalação de um programa de arquivo, a intervenção pretende estimular a realização de outros eventos de âmbito cultural, como por exemplo, recuperar

os concertos que existiam nos anos 80, tornando os espaços da Casa da Pesca versáteis e recetivos a outros usos para além do arquivo.

O núcleo recreativo da Casa da Pesca, da autoria de Carlos Mardel, data ao século XVIII e é composto pela Casa da Pesca propriamente dita, pela Cascata do Taveira, pelo tanque e aqueduto que o alimenta e pelos jardins. Inserido neste mesmo complexo, embora datado dos anos 60 do século XX, encontra-se o edifício da antiga cantina da Estação Agronómica Nacional do arquiteto Jorge Segurado. Apesar de datarem de épocas totalmente diferentes, o estado de degradação é comum, portanto, a intervenção teve em conta todos os edifícios mencionados anteriormente.



Figura 4.6 - Ortofotomapa do núcleo recreativo da Casa da Pesca
A - Casa da Pesca; **B** - Tanque; **C** - Jardim; **D** - Cascata do Taveira; **E** - Cantina da EAN

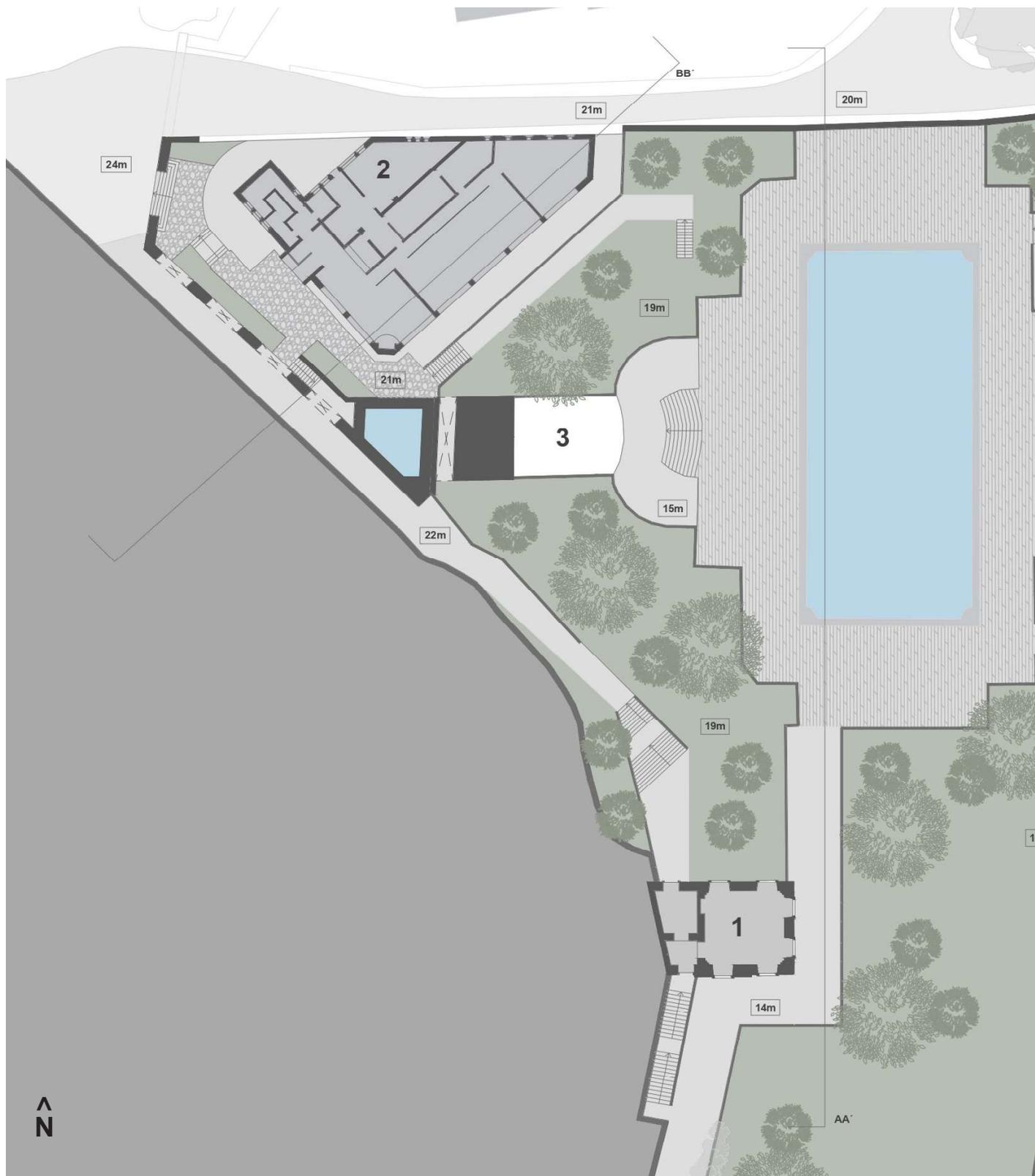
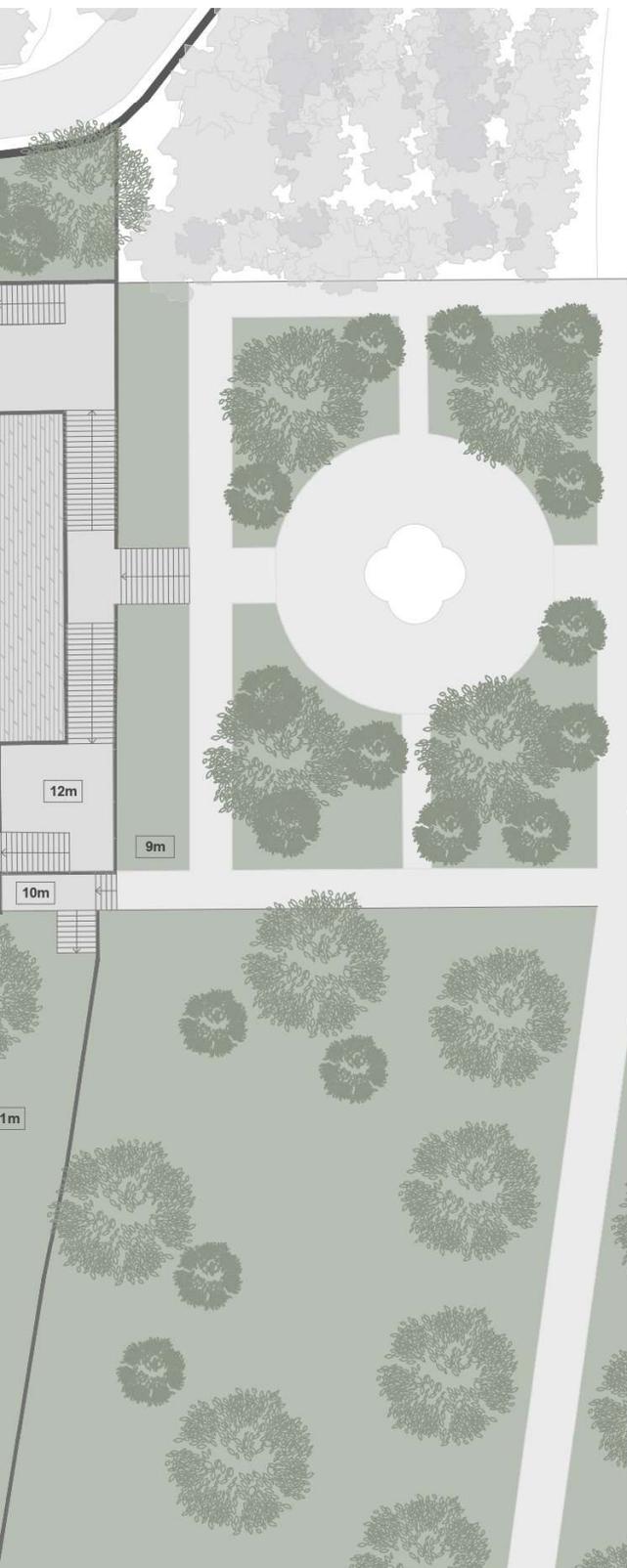


Figura 4.7 - Planta de Implantação da proposta do Arquivo Municipal
 1 - Casa da Pesca; 2 - Proposta do Arquivo no edifício da antiga cantina da EAN; 3 - Cascata;



A instalação do programa do Arquivo Municipal cinge-se ao edifício da antiga cantina da EAN enquanto que no restante edificado pretende-se reabilitá-lo e oferecer uma experiência de recriação histórica aos visitantes e consequentemente um espaço recreativo, de lazer e de qualidade.

O edifício da antiga cantina da EAN é constituído por uma planta de um piso, de formato irregular e com uma área de implantação de cerca de 400m². A respetiva estrutura é compreendida por um sistema de vigas e pilares em betão armado e a cobertura é maioritariamente inclinada. Para além de conservar o sistema construtivo original, a lógica entre a localização dos espaços públicos e privados é mantida. O exercício de reabilitação é composto pela demolição pontual e construção de certas paredes, sem comprometer com a estrutura do edificado, de forma a resolver o exercício programático.

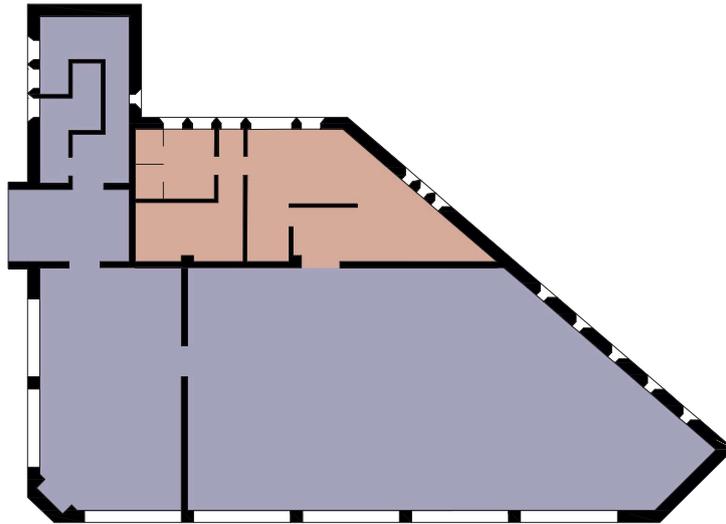


Figura 4.8 - Espaços de acesso público (azul) e espaços de acesso reservado (vermelho) da antiga cantina da EAN

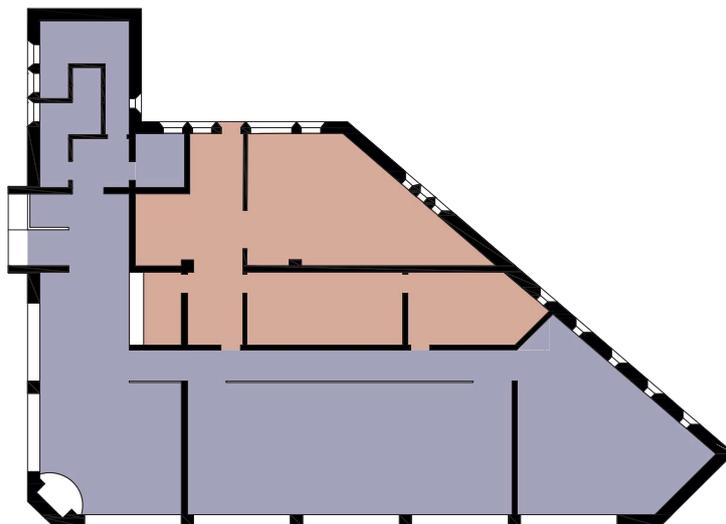


Figura 4.9 - Espaços de acesso público (azul) e espaços de acesso reservado (vermelho) da proposta do arquivo

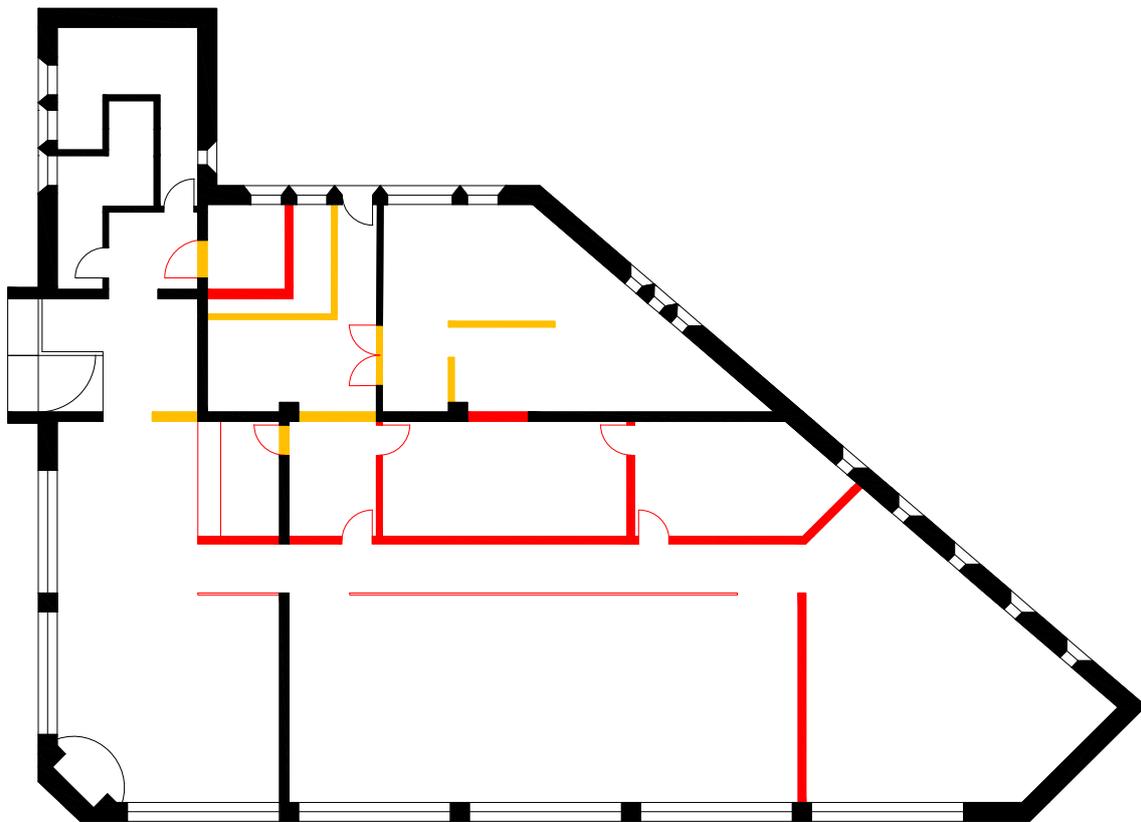
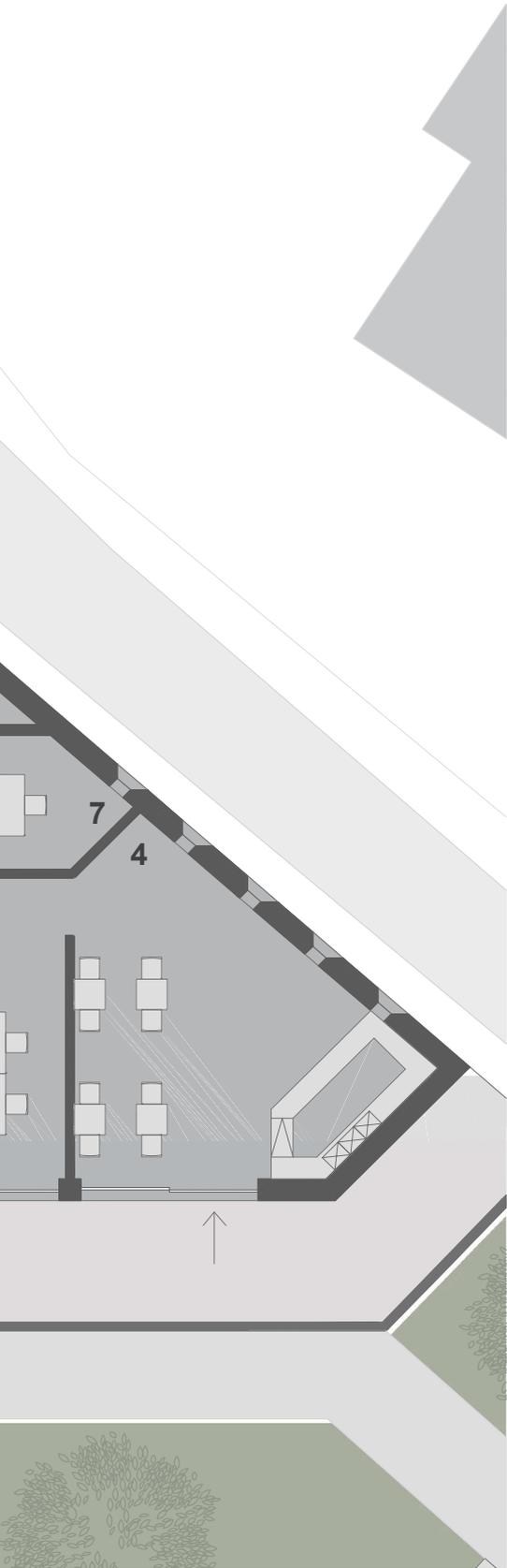


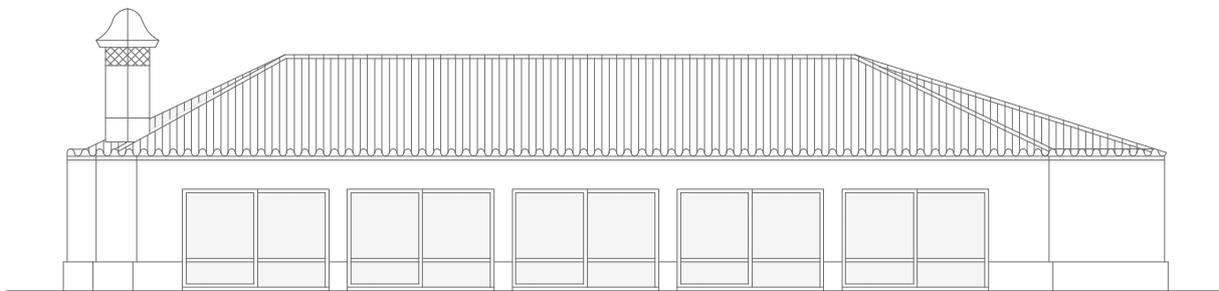
Figura 4.10 - Planta de vermelhos e amarelos da proposta



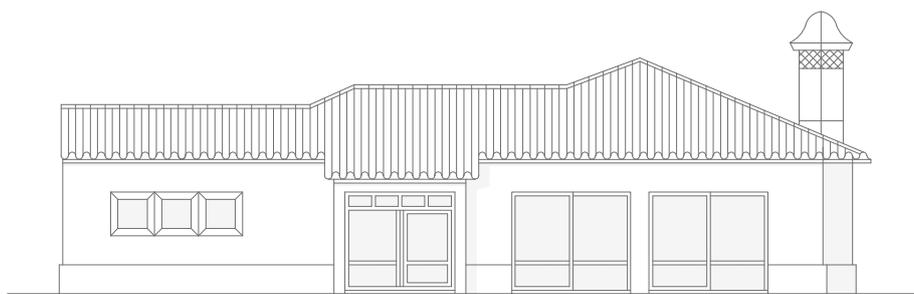
Figura 4.11 - Planta da proposta do Arquivo Municipal



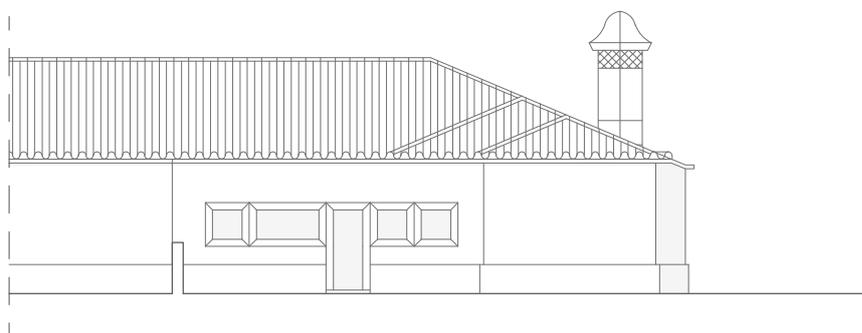
- 1 - hall de entrada;
- 2 - recepção;
- 3 - sala de leitura;
- 4 - bar/cafetaria;
- 5 - balcão de atendimento;
- 6 - sala de tratamento documental;
- 7 - gabinete de trabalho;
- 8 - depósito de arquivo;
- 9 - área técnica;
- 10 - instalações sanitárias;



alçado sudeste



alçado sudoeste



alçado noroeste

Figura 4.12 - Alçados do edifício da antiga cantina da EAN

Deste modo, o programa adotado para a introdução do arquivo é composto pelos espaços de acesso público, onde foram priorizadas a relação visual e a ligação direta com/e para o jardim da Casa da Pesca; e pelos espaços de acesso reservado, neste caso aos funcionários do arquivo. Os espaços de acesso público são compostos pelo hall de entrada (10m²), um espaço de recepção (52m²), a sala de leitura (74m²) e uma zona de bar/cafetaria (45m²) com acesso ao jardim. Os espaços de acesso reservado são compostos pelo depósito (39m²) onde se encontra a documentação em arquivo, uma zona de balcão de atendimento (5m²), uma área técnica (19m²), uma sala de tratamento documental (20m²) e um gabinete de trabalho (15m²). As instalações sanitárias (30m²) encontram-se no local original como estratégia de aproveitamento da canalização existente, tendo apenas sido realizada a reabilitação devida e criada uma instalação sanitária adaptada para pessoas com mobilidade reduzida. Para além da entrada principal e pela entrada da cafetaria, encontra-se uma entrada de serviço reservada para os funcionários, também ela original do projeto de Jorge Segurado.

Em termos de sistema construtivo, a intervenção pretende recuperar a estrutura original de betão armado, adicionando uma camada de isolamento nas paredes, teto e cobertura e manter o beirado à portuguesa, bem como a telha correspondente.

Visto que o tanque que se encontra junto à Casa da Pesca alimenta os campos agrícolas encolventes, é colocada uma caleira oculta em zinco. Esta caleira pretende reconduzir a água numa intenção de alimentar o tanque, que por sua vez, alimenta os campos de cultivo, de modo a aproveitar a água pluvial.

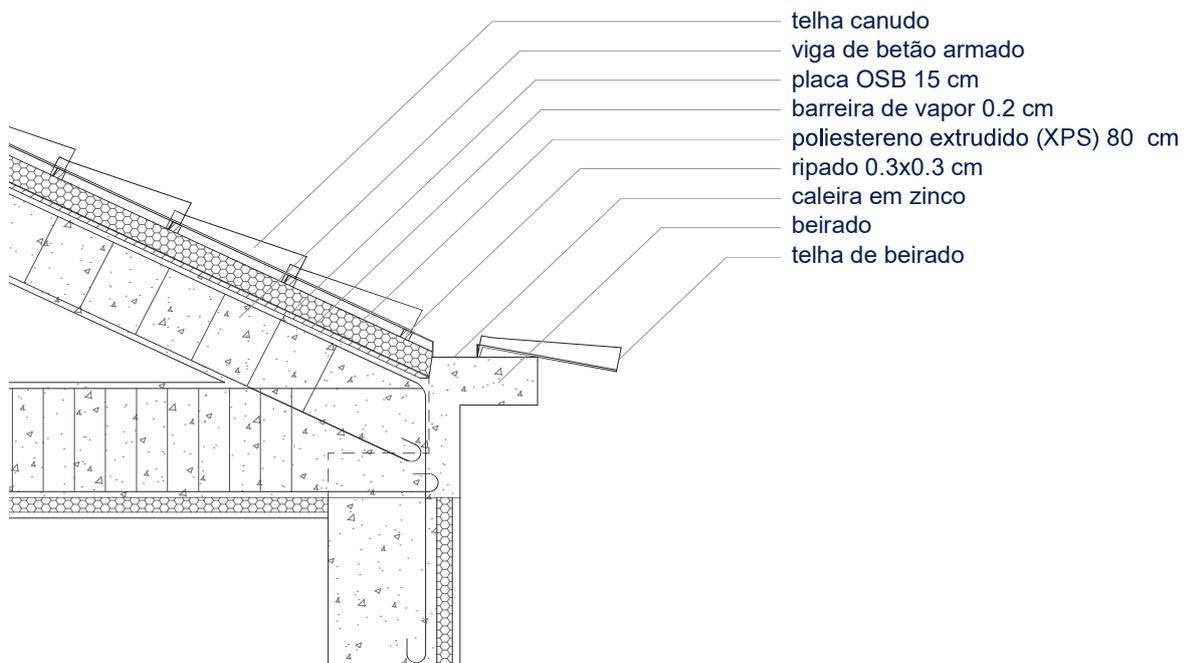


Figura 4.13 - Pormenor construtivo do beirado

“A especificidade dos edifícios de arquivo está associada às funções de guarda e preservação, à ideia de ‘espaço da memória’.”

Vitor Araújo

5

considerações
 finais

CONCLUSÃO

Até ao século XVIII, os limites entre espaço urbano e espaço rural eram evidentes: as periferias urbanas eram caracterizadas por serem espaços de cultivo e testemunho de diversas tipologias de infraestruturas relacionadas com a atividade agrícola, nomeadamente as quintas. Estes espaços periféricos eram fundamentais por serem zonas abastecedoras dos respetivos centros urbanos e, por este motivo, havia uma relação simbiótica entre a área urbana e rural, bem como a apropriação dos recursos naturais para a produção alimentar de forma sustentável.

A Revolução Industrial, iniciada nos finais do século XVIII, introduz uma enorme mudança no panorama tecnológico, económico e social. Deste modo, potencializou o êxodo rural: fenómeno social marcado pela mudança de grandes massas populacionais provenientes das zonas rurais para os meios urbanos, à procura de melhores condições de vida. Consequentemente, as populações das cidades tiveram um crescimento exponencial, que se estendeu pelo século XX até aos dias de hoje. Face ao aumento da população nas áreas urbanas, a deterioração das condições de higiene e de salubridade nas cidades acentua-se. Deste modo, surge nos finais do século XIX a disciplina do urbanismo.

Com o crescimento exponencial da população das cidades, a habitação passou a ser mais uma preocupação. A falta de habitação nos

grandes centros urbanos gerou uma pressão no que à construção diz respeito. Por conseguinte, surge uma metodologia de construção sem planeamento urbano nas periferias e, consequentemente, a fragmentação dos territórios periféricos. A urbanização exponencial nas periferias urbanas, para além de desorganizada, contribuiu para a degradação das respetivas estruturas naturais, dos espaços outrora designados para a atividade agrícola e das respetivas infraestruturas.

As cidades e áreas metropolitanas deixaram de ter capacidade para produzirem os seus próprios alimentos: a produção alimentar deixou de ser local e passou a ser à escala global. As cidades passaram a ser abastecidas com produtos de regiões distintas do planeta e muitas vezes longínquas. Em sequência, a globalização e industrialização do sistema alimentar originou a produção em excesso e, consequentemente, níveis elevados de desperdício alimentar e de consumo dos recursos energéticos.

O presente trabalho de investigação abordou o caso do concelho de Oeiras por ter igualmente testemunhado os episódios históricos anteriormente referenciados.

O contributo da obra *“Continuous Productive Urban Landscapes”*, dos arquitetos Katrin Bohn e André Viljoen, ajudou a entender que através da introdução de um cenário produtivo e recreativo em Oeiras era possível aproveitar os vazios urbanos resultantes da fragmentação

do território e responder à necessidade da produção local, como resposta aos problemas das cidades contemporâneas.

Para a implementação de um cenário produtivo e recreativo em Oeiras era necessário um vazio urbano que tivesse condições para a prática da agricultura. Em Oeiras, os terrenos junto às ribeiras revelam-se possesores dessas mesmas características. Com base na mesma metodologia que o CPUL, a análise dos vazios urbanos da ribeira da Lage ajudou a entender a diversidade de espaços que podemos encontrar junto à mesma rede hidrográfica e proporcionou um maior interesse na escolha dos terrenos da Quinta de Recreio do Marquês de Pombal para a introdução de um cenário produtivo e recreativo. Para a própria investigação, esta análise acaba por apresentar uma metodologia que pode incentivar e contribuir para investigações ou abordagens projetais futuras ou de outra natureza.

A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal apresenta um enorme património imóvel e paisagístico que merece reconhecimento devido à carga histórica que possui e que acabou por influenciar a proposta de intervenção do parque agro-urbano. Conclui-se que, neste caso, não existe uma “introdução” de um cenário produtivo e recreativo, mas sim uma reincorporação deste mesmo cenário, embora em contexto contemporâneo: uma quinta que seja de acesso e usufruo públicos e que responda às

necessidades atuais da cidade e compromissos futuros.

Segundo dados da ONU (United Nations World Urbanization Prospects 2018), e citado por Ritchie (2018), em 2007 o número de pessoas que viviam em áreas urbanizadas ultrapassou o número de pessoas que viviam nas zonas rurais, cerca de **3.35 mil milhões contra 3.33 mil milhões**. Dez anos depois, em 2017, 4.1 mil milhões de pessoas viviam em áreas urbanas, o que corresponde a 55% da população mundial. Estima-se que em 2050 esta percentagem atinja os 66%, ou seja, dois terços da população mundial concentrada em áreas urbanas.

Em Portugal, a ultrapassagem da população urbana face à rural ocorreu mais cedo que a média mundial: em 1994 a população residente nas áreas urbanas era cerca de **5.04 milhões contra 4.95 milhões**. Em 2017, 6.66 milhões de pessoas (65%) habitavam as áreas urbanas nacionais, contra 3.64 milhões nas áreas rurais. Ou seja, em 2017 praticamente dois terços da população residente em Portugal estava concentrada nas áreas urbanas.

Apesar do êxodo rural ter levado bastante população do meio rural para o meio urbano, assim como os respetivos hábitos de cultivo, estas práticas eram vistas como distantes da vida urbana. Começaram a surgir pensamentos dogmáticos e uma conotação negativa em relação às práticas da agricultura, classificadas socialmente como hábitos menores e pouco no-

bres. Surgiu o risco de estigmatização e segregação desses grupos migrantes.

É necessário reaproximar as pessoas à natureza e repensar as práticas de crescimento urbano. As cidades, como elemento vivo e metabólico, encontram-se sempre em transformação. Com o contínuo aumento da população urbana face ao despovoamento das zonas rurais, as cidades necessitam de repensar o sistema alimentar e serem capazes de produzir os seus próprios meios de subsistência. É necessário quebrar a ideia “*cidade-campo*” como antítese e assumir aquilo que sempre foi essencial: a relação simbiótica entre cidade e campo.

“As cidades não devem crescer ilimitadamente, por explosão. Também devem crescer por implosão, pela transformação do que sobra dentro de si”

Renzo Piano

6

**fontes
e referências**

Bibliografia

ANASTÁCIO, Maria Amélia – Território e Identidade: Aspectos Morfológicos da Construção do Território e a Identidade Cultural Saloia no Concelho de Cascais. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. 2008. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Vítor – Edifícios de Arquivo. Concepção e projeto: permanências e mutações. Lisboa: Instituto Superior Técnico. 2012. Tese de Doutoramento.

BOADA, Martí; SANCHEZ, Sonia (2009). Algunas manifestaciones del cambio global en los cauces. La crisis ambiental, una crisis civilizatoria. *Paisea*, 8: 7-11.

BOHN, Katrin; VILJOEN, André – Continuous Productive Urban Landscapes: Designing Urban Agriculture for Sustainable Cities. *Excelvior*. Oxford. 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS - Antiga Estação Agronómica Nacional: Oeiras recupera Património Nacional. Oeiras Atual. Oeiras. Edição Especial (Out.2019).

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS. Oeiras Factos e Números. Edição Especial. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS. (2015). Jardins do Palácio Marquês de Pombal [flyer]. Oeiras: Edição Municipal.

CORBOZ, André - O território como palimpsesto lido (1983). In *Teoria e Crítica de Arquitetura - Século XX*. Lisboa : Caleidoscópico, 2010. ISBN 9789896580650. p. 841-852.

COSTA, Ana Catarina – Aplicação do Modelo SWAT ao estudo hidrológico das Ribeiras da Costa do Estoril. Lisboa: Instituto Superior Técnico. 2009. Dissertação de Mestrado.

COSTA, Eduarda – Estudos de Desenvolvimento Local. Parques de Ciência e Tecnologia – O caso do Taguspark. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2006. Projeto de Investigação do Departamento de Geografia.

COSTA, Patrícia – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [em linha]. 2004. [1 de outubro de 2020] Estação Agronómica Nacional de Oeiras IPA.00021356. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21356

GEHL, Jan – Cities for People. Edição Inglesa. Washington, DC : Island Press, 2010.

GEHL, Jan – A Vida entre Edifícios. 1ª Edição. Lisboa : Livraria Tigre de Papel, 2017.

GLÓRIA, Ana Celeste. (2019). Casa Da Pesca: Um Monumento Nacional em ruína.

GLÓRIA, A. C. (2018). A Casa da Pesca e o estado actual das políticas patrimoniais. In G. Filipe, J. Vale, & I. Castaño (Eds.), Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospectiva (pp. 558-577). Lisboa: Instituto de História Contemporânea, FCSH/UNL.

GLÓRIA, Ana Celeste – Casa da Pesca: proposta de valorização e recuperação. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa. 2009. Dissertação de Mestrado.

INIAV – Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária - História [em linha]. [consultado a 1 de outubro de 2020] Estação Agronómica Nacional. Disponível em: <http://www.iniaiv.pt/fotos/editor2/ean_historia.pdf>

IPCC, 2014: Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, p. 151.

KUNZIG, Robert – Repensando as Cidades. National Geographic. Edição Especial Cidades (Abril 2019), p.14-41.

LAMAS, José Ressano Garcia - Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 8ª Edição (2016). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

MAGALHÃES, Manuela Raposo – Paisagem – Perspetiva da Arquitectura Paisagista. Philosophica. 29. Lisboa. 2007.

MARAT-MENDES, Teresa – O Plano de Urbanização da Costa do Sol e os vazios planeados: novas oportunidades para o Ordenamento Sustentado da Costa do Sol. In Jornadas Europeias do Património 2008. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 2008.

MARAT-MENDES, Teresa – A paisagem cultural da Região de Lisboa. A gestão da água nas quintas oitocentistas e o ordenamento sustentado do território suburbano de Lisboa. In CASTRIOTA, Leonardo Barci - Paisagem cultural e sustentabilidade. Editora UFMG, 2009. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.

MATEUS, José – Crossed Territories. In MAROT, Sébastien - Taking the Country's Side, Agriculture and Architecture. Lisboa : Lisbon Architecture Triennale – The Poetics of Reason, 2019. p. 3-4.

MONTGOMERY, Charles – Happy City. UK : Penguin Books, 2013.

PARDAL, Sidónio Costa – Do jardim à paisagem. (1987). In: Povos e Culturas – Nº2 – A Cidade em Portugal: Onde se Vive. Lisboa

PEREIRA, Margarida – O Processo de Decisão na Política Urbana. O Exemplo da Costa do Sol. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa. 1994. Dissertação de Doutoramento.

PINCHA, João Pedro – Renzo Piano “O oposto de cidade não é o campo, é o deserto”. Público. Lisboa. (Domingo, 29 de Março de 2020), p. 13-17.

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian. 2011.

PORTAS, Nuno – Os Tempos das Formas, volume II: A Cidade Imperfeita e a Fazer. 1ª Edição. Guimarães : Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, 2012.

RIBEIRO, Orlando – Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico. Coimbra: Coimbra Editora. Coleção Universitatis. 1945.

RODRIGUES, Ana – Sistema de Parques Hortícolas: Caso de Estudo Concelho de Oeiras. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia. Universidade de Lisboa. 2015. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Edna, MENEZES, Estera – Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

RITCHIE, Hannah (2018) - “Urbanization”. Published online at OurWorldInData.org. Retrieved from: ‘<https://ourworldindata.org/urbanization>’ [Online Resource]

RITCHIE, Hannah (2020) - “Environmental impacts of food production”. Publicado em OurWorldInData.org. Disponível em: ‘<https://ourworldindata.org/environmental-impacts-of-food>’ [Online Resource]

TEIXEIRA, Tiago - Agualva-Cacém e a Área Metropolitana de Lisboa: Relação entre a Evolução Urbana e as Infraestruturas de Mobilidade. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. 2018. Dissertação de Mestrado.

Documentos de Legislação

Decreto Lei no 20985 de 7 de março de 1932 do Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. [p.431 - 436]. Diário da República: I série, No 56 [Consult. agosto 2020]. Disponível em:<<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/523016/details/normal?q=20985>>.

Decreto Lei no 30762 de 26 de setembro de 1940 do Ministério da Educação Nacional - Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. [p.1160 - 1161]. Diário da República: I série, No 254 [Consult. agosto 2020]. Disponível em:<<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/195002/details/normal?q=30762>>.

Decreto Lei no 39175 de 17 de abril de 1953 do Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. [p.572 - 574]. Diário da República: I série, No 177 [Consult. agosto 2020]. Disponível em:<<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/528063/details/normal?q=39175>>.

Decreto Lei no 215/2006 de 27 de Outubro de 2006 do Ministério da Cultura. [p.7539 - 7548]. Diário da República: I série, No 208/2006 [Consult. agosto 2020]. Disponível em:<<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/545647/details/normal?q=215%2F2006>>.

Processo de Classificação do Palácio dos Marquesses de Pombal, sito na Quinta de Baixo e Cima, S. Julião da Barra, Oeiras. (Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, Palácio da Ajuda, Proc. N.º 6B/608 – C.S. 10585).

Regulamento no 162/2018 de 14 de março de 2018 do Município de Oeiras. [p.7783 - 7785]. Diário da República: II série, No 52/2018 [Consult. agosto 2020]. Disponível em:<<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/114864370/details/normal?q=162%2F2018>>.

7

anexos

ANEXO A

WORKSHOP FISTA 20

No âmbito do evento Fista20, o presente trabalho diz respeito a um workshop realizado entre os dias 2 e 6 de março de 2020, através da participação dos alunos de PFA 2019/2020, juntamente com os ateliers de arquitetura Embaixada, Extrastudio e Rua. Os alunos de PFA das cinco turmas foram divididos em grupos, de forma a que cada grupo tivesse um elemento de cada turma. O presente trabalho diz respeito ao Grupo 1 do acompanhamento com o Atelier Embaixada. O desafio proposto por este mesmo atelier tem como nome *“thickness of the limit”*. Este desafio encontra-se dividido em 3 exercícios:

- I) Análise Quantitativa Exterior;
- II) Subtração;
- III) Adição;

O caso de estudo deste mesmo exercício são as Torres do Alto da Eira, na freguesia da Penha de França, em Lisboa. Da autoria dos arquitetos Francisco da Silva Dias e Antonieta da Silva Dias, no projeto original estava programado a construção de seis torres de habitação implantadas ao longo do promontório junto ao Vale Escuro, no entanto apenas duas torres foram realizadas. Na envolvente das duas torres encontra-se o testemunho de duas vilas operárias: a Vila Cândida e a Vila Gadanho. Assentes numa planta livre de cerca de 500m², cada torre é composta por 11 pisos habitação. Cada piso de habitação contém, em galeria, 2

fogos tipo T1, 2 fogos tipo T2 e 2 fogos tipo T3. Originalmente ambas as torres estavam inseridas numa planta única. No entanto, devido a divergências de moradores, esta volumetria foi dividida, interrompendo a relação entre as duas torres.

Para o exercício 1 - Análise Quantitativa Exterior, pretende-se dar a conhecer os limites exteriores do edifício sem recurso aos valores numéricos. Para este exercício, o grupo de trabalho explorou a altimetria, a área de implantação e a distância entre as duas torres.





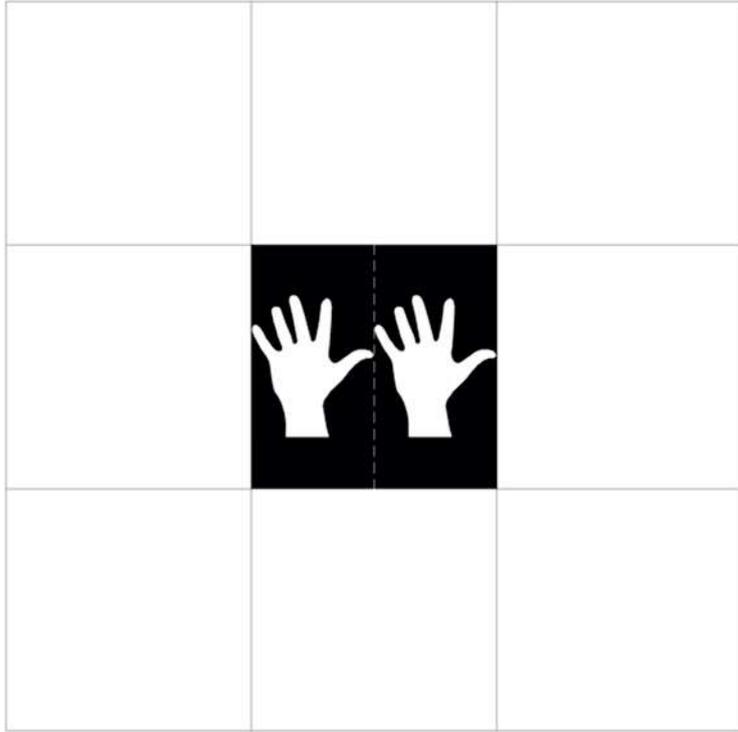




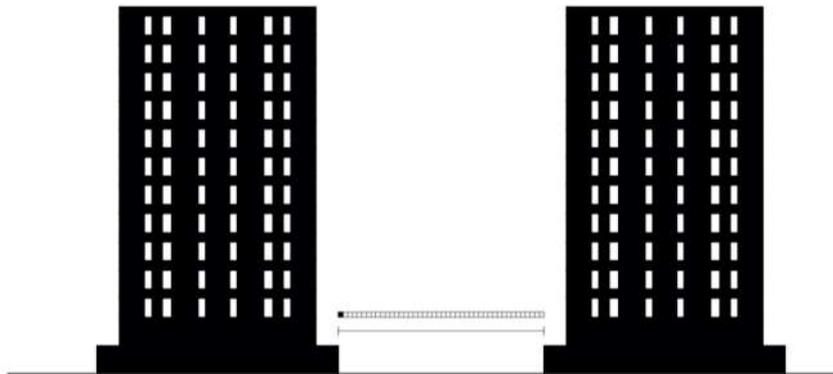
1 piso da Torre = 6 lotes da Vila Gadanho



7 pisos da Torre = Vila Gadanho inteira



x42

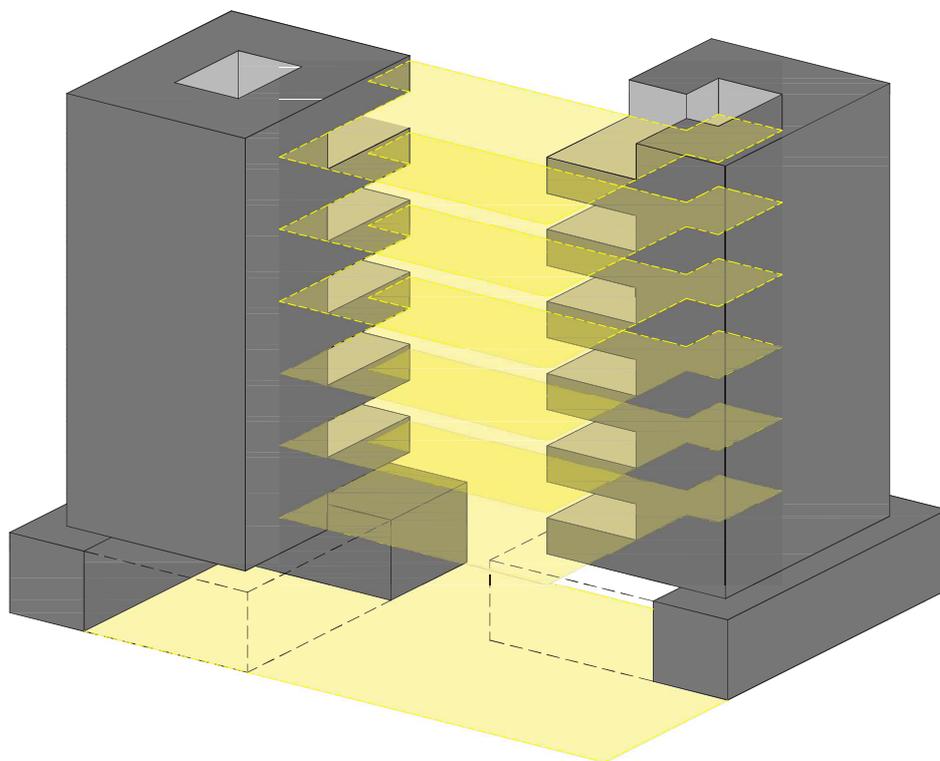




Para o exercício 2 – Subtração, pretende-se subtrair construção nas torres de modo a aumentar as qualidades espaciais do edifício e a vida dos próprios moradores. O grupo de trabalho optou por retirar uma tipologia de cada andar e de forma alternada entre as duas torres. O facto de a subtração ser alternada entre as duas torres permite criar um efeito volumétrico de “*desencaixe*”, dando ênfase à relação entre ambas as torres que outrora existia, sem comprometer o propósito da sua separação. Esta subtração de tipologias permite a existência de espaços comuns em certos pisos de cada torre, fomentando a convivência e a confraternização entre moradores, bem como atividades de lazer ou de produção alimentar local. Deste modo redefiniu-se os limites entre espaço público, espaço semipúblico e espaço privado.

Para o exercício 3 – Adição, o grupo de trabalho chegou à conclusão que não faria sentido adicionar espaço construído pois não iria trazer nenhum benefício no que à qualidade dos espaços diz respeito.

Em suma, podemos concluir que há semelhanças entre as estratégias optadas pelo grupo de trabalho no workshop e o trabalho de investigação: a importância do “*vazio*” na definição de espaços comuns que potencializem as atividades produtivas e recreativas, como também, as relações sociais, tanto à escala da arquitetura, como à escala do desenho urbano.





ANEXO B

FUC PFA 2019/2020

Elementos caracterizadores de Unidade Curricular*

Docente responsável:	José Luís Saldanha
-----------------------------	--------------------

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

Nome (pt):	Projeto Final de Arquitetura
Name (en):	
Créditos ECTS:	45
Departamento:	Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Escola:	Escola de Tecnologias e Arquitetura
Curso em que é obrigatória:	Mestrado Integrado em Arquitetura
Curso em que é optativa:	
Optativa livre:	
Área científica:	Tecnologias da Arquitetura
Nível (1.º, 2.º ou 3.º ciclo):	2º
Língua(s) de ensino:	Português
Tipo:	
Horas de Contato:	
Teóricas (T):	36
Teóricas-Práticas (TP):	
Laboratório (PL):	144
Seminário (S):	24
Trabalho de Campo (TC):	
Estágio (E):	
Orientação Tutorial (OT):	2
Outras (O):	
Horas de Trabalho Total (Horas de Contacto + Trabalho Autónomo):	206 + 883 = 1089
No FÉNIX os campos acima são editáveis exclusivamente pela Gestão Curricular	
Pt	En
Pré-requisitos (1000 caracteres):	Pre-requisites:
Projeto de Arquitetura II	Projeto de Arquitetura II

*todos os campos são de preenchimento obrigatório

<p>Objetivos Gerais (1000 caracteres):</p> <p>A UC Projeto Final de Arquitetura (PFA) é um espaço de experimentação e investigação que congrega docentes e alunos em 3 momentos pedagógicos:</p> <p>i. Trabalho anual de Investigação</p> <p>Realizado em turmas tuteladas por um máximo de três docentes, aos quais cabem funções de orientação dos estudantes, correspondendo a temas, metodologias e objetivos específicos, que inicialmente enquadrarão um Trabalho de Projeto (TP) a desenvolver por cada grupo, e posteriormente por cada aluno.</p> <p>O trabalho adotará metodologias diversas, podendo articular o projeto com outras componentes de investigação, conforme os programas específicos de cada turma. Cada estudante terá um a dois orientadores, entre os quais se poderá contar, em casos justificados apresentados pelos estudantes, um orientador externo ao grupo docente atribuído a cada turma. A extensão máxima do corpo de texto é esclarecida em "observações".</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>Reunião de todas as turmas-grupos, e de todo o grupo docente, num workshop semanal de projeto, de carga horária intensiva, podendo contar com convidados externos. O trabalho, desenvolvido em 24 horas seminariais e 12 horas de trabalho autónomo, perspectiva o alcance de respostas rápidas, intensas, no domínio do projeto e da sua representação e comunicação.</p> <p>iii. Júri final</p> <p>Apresentação e comunicação e defesa de todo o trabalho perante um júri final.</p>	<p>Objectives:</p> <p>The Final Architecture Project (PFA) constitutes a space of experimentation and investigation that brings together teachers and students, organizing itself in three pedagogical moments:</p> <p>i. Annual Research Work</p> <p>Carried out inside classes, lectured by a maximum of three teachers, corresponding to specific themes, methodologies and objectives, which will frame a Project Work (TP) to be developed by each group and by each student.</p> <p>This work will follow diverse methodologies, articulating the project with other research components, according to the specific programs of each work group. Each student will have one to two supervisors, one of which may be external to the teacher group in each class, in cases duly justified by students. The maximum size of text is clarified in "observations".</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>Gathering of all work groups and the whole teaching group in a week design workshop, with an intensive workload with guests from outside the academy. The project, developed along 24 hours of seminar work and 12 hours of autonomous work, aims at fast, intense responses in the field of design and its representation and communication.</p> <p>iii. Final jury</p> <p>Presentation and communication of all work before a final jury.</p>
<p>Objetivos de Aprendizagem (1000 caracteres):</p> <p>OA1: Aproximação crítica à complexidade do real e às potencialidades da Arquitetura e do Projeto como ferramentas de transformação crítica e poética do espaço edificado.</p> <p>OA2: Reflexão e consolidação do que são as práticas arquitetónicas, incluindo a investigação.</p> <p>OA3: Interligar valores e objetivos da investigação, com as práticas do projeto alargando as possibilidades críticas e instrumentais do projeto.</p> <p>OA4: Adquirir autonomia de pensamento crítico, que identifique, contextualize e operacionalize os recursos da Arquitetura na discussão dos problemas da organização e qualificação do território e da sociedade.</p> <p>OA5: Capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolvendo cenários no domínio disciplinar, que emitam juízos e reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;</p> <p>OA6: Capacidade de comunicar as suas conclusões, e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a</p>	<p>Learning outcomes:</p> <p>LO1: Critical approach to the complexity of the real and the potential of Architecture and Design as tools of critical and poetic transformation of the built space.</p> <p>LO2: Reflection and consolidation of what architectural practices are, including research.</p> <p>LO3: To connect research values and objectives with project practices by broadening the project's critical and instrumental possibilities.</p> <p>LO4: Acquire autonomy of critical thinking, which identifies, contextualize and operationalize the resources of Architecture in the discussion of the problems of organization and qualification of the territory and of society.</p> <p>LO5: Ability to integrate knowledge, deal with complex issues, developing scenarios in the disciplinary field, to issue judgments and reflections on the ethical and social implications and responsibilities that result from these solutions or from these judgments or condition them;</p> <p>LO6: Be able to communicate their findings, and the knowledge and reasoning underlying them, to both Architecture and non-specialists in an effective way;</p>

*todos os campos são de preenchimento obrigatório

MOD.SGE-AGCAD.03.01

2

especialistas em Arquitetura, quer a não especialistas.	
Programa (1000 caracteres):	Syllabus:
<p>O programa da UC divide-se em três momentos:</p> <p>i. Trabalho de anual de Investigação Enquadrado num grupo/turma de trabalho, articulando componente de projeto e componente teórica:</p> <p>CP1: Exercícios e temas de trabalho de cada grupo-turma, de acordo com enunciados correspondentes.</p> <p>CP2: O trabalho será organizado em redor de uma problemática lançada por cada turma, articulando componentes práticas e teóricas.</p> <p>CP3: O trabalho implicará o conhecimento e a interpretação crítica de uma dada problemática, a proposição de uma metodologia de investigação, o seu enquadramento filosófico, teórico e metodológico, a elaboração de uma estratégia de ação e a sua produção.</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>Reunindo todos os grupos-turmas de trabalho, resultando num seminário intenso de projeto, com a duração de uma semana.</p> <p>CP4: Desenvolvimento de um projeto de arquitetura, respondendo a uma problemática claramente circunscrita, colocada por um convidado externo.</p> <p>iii. Júri Final</p> <p>CP5: Os trabalhos obedecerão a um formato de comunicação e apresentação, enquadrado por normativo específico.</p>	<p>The program is divided into three phases:</p> <p>i. Annual Research Work Within a working group, articulating a project component and a theoretical component:</p> <p>CP1: Exercises and work themes in each group-class, according to their work-sheets.</p> <p>CP2: The work will be organized around a problematic launched by each class, articulating practical and theoretical components.</p> <p>CP3: The work will involve the knowledge and the critical interpretation of a given problem, the proposition of a research methodology, its philosophical, theoretical and methodological framework, the elaboration of a strategy of action and its production.</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>Bringing together all working groups, resulting in an intensive one-week project seminar.</p> <p>CP4: Brisk development of an architecture project, responding to a clearly circumscribed problem posed by a guest outside the academy.</p> <p>iii. Final jury CP5: All the works will follow a format of communication and presentation, framed by specific regulations.</p>
Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da UC: (1000 caracteres):	Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:
<p>A UC de PFA corresponde ao momento de conclusão de Mestrado Integrado, pelo que os alunos são convidados a explorar todas competências e conhecimentos adquiridos ao longo do ciclo de estudos.</p> <p>Solicita-se também aos alunos a experimentação pedagógica da construção de uma posição crítica e de autonomia, perante a UC e perante a própria disciplina, suas metodologias, práticas e relações com a realidade.</p> <p>O aluno terá a oportunidade de integrar grupos que problematizam o real, recorrendo ao projeto de arquitetura e, a abordagens e metodologias de investigação que desenvolvam conhecimento que possa ser utilizado em arquitetura.</p> <p>Neste contexto, os conteúdos programáticos procuram estabelecer sinergias entre o desenvolvimento de um projeto de arquitetura e a formulação teórica, entendida em sentido lato, articulando, de forma dinâmica, programa e objetivos de aprendizagem:</p> <p>CP1: OA1, OA2, OA3, OA4, OA5, OA6 CP2: OA1, OA2, OA3, OA4, OA5, OA6</p>	<p>PFA is the moment of completion of Integrated Master's Degree, so the students are invited to explore all the skills and knowledge acquired throughout the study cycle.</p> <p>The students are also asked to experiment with the pedagogy of building a critical position and autonomy, before the UC and before the discipline itself, its methodologies, practices and relations with reality.</p> <p>The student will have the opportunity to integrate groups that problematize the real, resorting to the architectural project and to approaches and research methodologies that develop knowledge that can be used in architecture.</p> <p>In this context, the program contents seek to establish synergies between the development of an architecture project and the theoretical formulation, understood in a broad sense, dynamically articulating the program and learning objectives:</p> <p>CP1: LO1, LO2, LO3, LO4, LO5, LO6 CP2: LO1, LO2, LO3, LO4, LO5, LO6 CP3: LO1, LO2, LO3, LO4, LO5, LO6</p>

*todos os campos são de preenchimento obrigatório

MOD.SGE-AGCAD.03.01

3

CP3: OA1, OA2, OA3, OA4, OA5, OA6	
Processo de avaliação (500 caracteres):	Assessment:
<p>A avaliação de PFA será feita numa Prova Final (PF) com Júri. O acesso à PF resulta de três tipos de apreciação:</p> <p>1) Contínua (40%), implicando participação activa, e presença em aulas igual ou superior a 70%.</p> <p>2) Periódica (50%), associada ao desenvolvimento do trabalho e a entregas em etapas.</p> <p>3) Workshop (10%), associado à frequência e aproveitamento deste momento pedagógico intermédio.</p> <p>A classificação de acesso à PF terá que ser superior a 10 valores em 20 e representará 30% da nota final da UC, enquanto a PF produzirá os restantes 70%.</p> <p>As datas dos momentos de avaliação contínua e periódica são dadas nos programas de cada turma. As datas da PF são reguladas por calendário do MIA.</p>	<p>Evaluation shall be carried-out in a Final Exam (PF) before a Jury. Access to PF results from three types of assessment:</p> <p>1) Continuous (40%), involving active participation, and an attendance in class of 70%, or higher.</p> <p>2) Periodic (50%), relating to the development of work and to deliveries in stages.</p> <p>3) Workshop (10%), associated to the attendance and results at this intermediate pedagogical moment.</p> <p>Grading for access to PF must be higher than 10 points out of 20, accounting for 30% of the final classification in the CU, with the remaining 70% shall be awarded at the PF.</p> <p>Dates for continuous and periodic evaluation moments are given in the programs of each class. Dates for the PF are regulated by MIA's schedule.</p>
Processo de ensino-aprendizagem (500 caracteres):	Teaching methodology:
<p>A UC organiza-se em dois momentos pedagógicos complementares:</p> <p>i. Trabalho de anual de Investigação</p> <p>Organizado em 5 turmas (6h PL, 1h30 T).</p> <p>Laboratoriais: desenvolvimento e consolidação da prática do projeto e da investigação, com acompanhamento da equipa docente.</p> <p>A distribuição de carga horária e de aulas de PL e T poderão ser acertadas em cada turma, em função dos recursos disponíveis.</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>Será realizado no começo do 2º semestre, duração de uma semana (24h S + 12h trabalho autónomo).</p>	<p>There curricular unit is arranged in two complementary pedagogical moments:</p> <p>i. Annual Research Work</p> <p>Organized in five classes (6h PL, 1h30 T).</p> <p>Lab classes: development and consolidation of project and research, along with the teaching team.</p> <p>Partition of PL and T hours may be tuned according to each class, according to available resources.</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>To be held at the beginning of the 2nd Semestre, with the duration of a week (24h S + 12h of autonomous work).</p>
Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objectivos de aprendizagem da UC: (3000 caracteres):	Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:
<p>A UC organiza-se em dois momentos pedagógicos complementares:</p> <p>i. Trabalho anual de Investigação</p> <p>As questões metodológicas associadas à resolução dos problemas colocados, serão aferidas e acompanhadas no âmbito das aulas presenciais de prática laboratorial, aulas teóricas e seminários. Estas aulas serão ministradas por um ou mais docentes, em cada grupo de trabalho, convocando aproximações complementares, eventualmente multidisciplinares, aos problemas do espaço edificado.</p> <p>A coerência entre os objetivos de aprendizagem e as metodologias de ensino implica:</p>	<p>PFA organizes itself in two complementary pedagogical moments:</p> <p>i. Annual Research Work</p> <p>The methodological questions associated with solving the problems will be checked and monitored in the face of laboratory practice sessions, lectures and seminars. These classes will be taught by one or more teachers in each working group, calling for complementary, possibly multidisciplinary, approaches to the problems of built space.</p> <p>The coherence between learning objectives and teaching methodologies implies:</p> <p>1. Circumscribe the identified architectural problem -</p>

*todos os campos são de preenchimento obrigatório

<p>1. Circunscrever a problemática arquitetônica identificada – proposta em cada grupo de trabalho;</p> <p>2. Escolher, em grupo e individualmente, o modo de abordagem à problemática identificada - proposta;</p> <p>3. Enquadrar teoricamente e metodologicamente a estratégia de abordagem, de grupo de individual, a esta problemática arquitetônica proposta em cada grupo de trabalho;</p> <p>4. Investigar as circunstâncias da problemática, investigando, inventariando e sistematizando informação, articulando esta e o seu tratamento com os objetivos e as metodologias identificados e propostos;</p> <p>5. Propor esquemas interpretativos e propositivos sobre a problemática arquitetônica proposta, seja mediante processos de projeto e/ou processos de investigação histórica, teórica, tecnológica e instrumental, ou outros, que se revelem pertinentes para o processo de trabalho;</p> <p>6. Desenvolver um sistema de representação e comunicação dessa problemática, da sua organização, interpretação e transformação, segundo o processo de trabalho seguido.</p> <p>7. Apresentar o processo e seus resultados em prova final, perante um júri externo.</p> <p>O trabalho a desenvolver é simultaneamente de grupo e individual, sendo acompanhado em práticas laboratoriais (PL), aulas teóricas (T) e seminários (S). A docência é assegurada por um a três docentes, com valências científicas distintas e complementares, eventualmente permitindo ambientes multidisciplinares.</p> <p>ii. Workshop de Projeto</p> <p>1. Este momento pedagógico sintetiza as condições gerais do trabalho de fundo, requerendo uma resposta rápida e ágil, fundamentalmente no domínio da representação gráfica tradicional do projeto.</p> <p>2. Os temas e as problemáticas específicas serão lançados e enquadrados por convidados provenientes da prática, permitindo um momento de crítica implícita ao trabalho anual, quer quanto aos temas, quer quanto às metodologias e sua eficácia geral e disciplinar.</p> <p>3. A rapidez deste momento obriga um tempo de interpretação, produção e comunicação ágil e eficaz.</p> <p>O trabalho a desenvolver é simultaneamente de grupo e individual, sendo eminentemente uma prática laboratorial (PL). A docência é assegurada por múltiplos docentes, com valências científicas distintas e complementares, eventualmente permitindo ambientes multidisciplinares.</p>	<p>proposed in each working group;</p> <p>2. Choose, in a group and individually, the approach to the problem identified - proposed;</p> <p>3. To theoretically and methodologically frame the strategy of individual group approach to this proposed architectural problem in each working group;</p> <p>4. Investigate the circumstances of the problem, investigating, inventing and systematizing information, articulating this and its treatment with the objectives and methodologies identified and proposed;</p> <p>5. Propose interpretative and propositional schemas on the proposed architectural problem, whether through project processes and / or processes of historical, theoretical, technological and instrumental research, or others, that are relevant to the work process;</p> <p>6. Develop a system of representation and communication of this problem, its organization, interpretation and transformation, according to the work process followed.</p> <p>7. Present the process and its results in final, before an external jury.</p> <p>The work to be developed is both group and individual, being followed in laboratory practices (PL), theory classes (T) and seminars (S). Teaching is provided by one to three lecturers, with different and complementary scientific values, possibly allowing multidisciplinary environments.</p> <p>ii. Project Workshop</p> <p>1. This pedagogical moment synthesizes the general conditions of the background work, requiring a quick and agile response, fundamentally in the field of traditional graphic representation of the project.</p> <p>2. The themes and specific problems will be launched and framed by guests from the practice, allowing a moment of implicit criticism of the annual work, both in terms of topics, as well as methodologies and their general and disciplinary effectiveness.</p> <p>3. The speed of this moment requires a time of interpretation, production and communication agile and effective.</p> <p>The work to be developed is both group and individual, being eminently a laboratory practice (PL). The teaching is assured by multiple teachers, with different scientific values and complementary, eventually allowing multidisciplinary environments.</p>
<p>Observações:</p> <p>O acesso à PF requer a indicação do Orientador (no sistema fénix) que o trabalho reúne as condições necessárias para ser apresentado e discutido em prova pública.</p>	<p>Observations:</p> <p>Access to the PF requires the indication of the Advisor (in the phoenix system) that the work meets the necessary conditions to be presented and discussed in public evidence.</p>

***todos os campos são de preenchimento obrigatório**

<p>O processo de avaliação é ainda regulamentado por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulamento nº 645/2018 do ISCTE (“Normas Regulamentares dos Mestrados do ISCTE –IUL” publicadas na 2ª Série – nº197 - do Diário da República, de 12 de outubro de 2018). - “Normas de apresentação e de harmonização gráfica para dissertação ou trabalho de projecto de mestrado ou tese de doutoramento”, na qual se coloca em evidência o número máximo de 50 páginas de texto para trabalhos de projecto de mestrado. À imagem da prática de anos anteriores em PFA, recomenda-se que os textos não superem as 10.000 palavras. - Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências do ISCTE-IUL (regulamento 499/2018 publicado na 2ª Série – nº148 - do Diário da República, de 2 de agosto de 2018). - Regulamento Específico de Avaliação de Conhecimentos e Competências da ISTA. <p>A classificação deverá cumprir o artigo 24º do DL 65/2018.</p> <p>Siglas: PL-Prática Laboratorial PF - Prova Final PFA - Projeto Final de Arquitetura RGACC do ISCTE-IUL - Regulamento Geral de Avaliação de Conhecimentos e Competências do ISCTE-IUL. REACC da ISTA - Regulamento Específico de Avaliação de Conhecimentos e Competências da ISTA.</p> <p>A calendarização desta UC é definida por normativo específico.</p>	<p>The evaluation process is further regulated by:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regulation 645/2018 (“ISCTE-IUL Master Regulation Norms” published on 12 October 2018 in Diário da República’ 2nd Series – nr 197). - “Presentation and graphic harmonization norms for masters dissertation or project work or doctoral thesis”, in which the maximum number of 50 text pages concerning masters’ project work must be enhanced. Along the practice in PFA on previous years, it is recommended that text does not exceed 10.000 words. - ISCTE-IUL General Regulations for the Evaluation of Knowledge and Competences (Regulation 499/2018 published on 2 August 2018 in the 2nd Series – nr148 - of Diário da República,). - ISTA’s the Specific Regulation for the Evaluation of Knowledge and Competences and ISCTE’s <p>The classification must comply with article 24 of DL 65/2018.</p> <p>Acronyms: PL - Laboratory Practice PF - Final Exam PFA - Final Architecture Project RGACC of ISCTE-IUL - General Regulation of Evaluation of Knowledge and Competences of ISCTE-IUL. ISAC REACC - Specific Regulation for the Evaluation of Knowledge and Competencies of ISTA.</p> <p>The schedule of this CU is defined by specific regulations.</p>
--	---

Bibliografia:

Básica (1000 caracteres)

- _ Argyris, Chris; Schon, Donald A (1974) Theory in Practice Increasing Professional Effectiveness, São Francisco, Jossey-Bass inc. Publishers
- _ Fraser, Murray (ed) (2013) Design Research in Architecture. An Overview. Ashgate
- _ Groat, Linda N; Wang, David (2013) Architectural Research Methods. Wiley
- _ Lawson, Bryan (2006) How Designers Think. The design process demystified. (fourth edition) Architectural Press.
- _ Schon, Donald A (1984) The reflective practioner. How Professionals Think in Practice. Basic Books Inc
- _ ArisS, Carlos Martí, (2005). La cimbra y el arco, Espanha: Fund. Caja Arquitectos
- _ Aymonino, Carlo (1984). O significado das cidades. Vila da Feira: Presença
- _ Bacon, Edmund (1967). Design of cities, London: Thames & Hudson.
- _ Gregotti, Vittorio (1972). Território da arquitetura. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva
- _ Kostof, Spiro (1999). The city assembled. London: Thames & Hudson.
- _ Norberg-Schulz, C. (1979). Intenciones en arquitectura. Barcelona: Gustavo Gili

Complementar (máx. 50 títulos)

A indicar pelos professores de cada turma.

Indicar para cada tipo de metodologia adoptada o número de horas totais. Ex. T – 15; PL – 30. (T - Ensino teórico; TP - Ensino teórico-prático; PL - Ensino prático e laboratorial; TC - Trabalho de campo; S – Seminário; E – Estágio; OT - Orientação tutorial; O - Outra)

***todos os campos são de preenchimento obrigatório**

MOD.SGE-AGCAD.03.01

6

ANEXO C

ENUNCIADO DE TURMA

PROJETO FINAL DE ARQUITECTURA**Dados gerais:**

Unidade: PFA	Tipo: Anual	Segundo ciclo
Obrigatória: 45 créditos	Docência: Primeiro e Segundo semestre	

Professor/a responsável:**Teixeira de Sampayo, Mafalda****Professores:**André, Paula
Genin, Soraya**Departamento:**

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Requisitos:

Ter realizado a unidade curricular de Projecto de Arquitectura II

Horário: segunda quartas e sextas **9:30h-12:30 laboratoriais e teóricas****DESAFIO****ESPAÇO NATURAL, INFRAESTRUTURAS E ESPAÇO PÚBLICO
O CASO DO TAGUSPARK/FÁBRICA DA PÓLVORA**

O crescimento acelerado da área metropolitana de Lisboa deu lugar a uma variedade espacial, funcional e social muito grande. Este crescimento e o desenvolvimento das novas infraestruturas tem implicações nas periferias, nomeadamente, com a fragmentação do espaço. Assim a unidade curricular de Projecto Final de Arquitectura (PFA) procura, através duma estratégia de (re)qualificação urbana, evidenciar a importância das infraestruturas na estruturação dos núcleos urbanos metropolitanos.

O território de intervenção pertence ao concelho de Oeiras e corresponde à área definida no Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (Taguspark) (1995) que abrange este parque e a Fábrica da Pólvora. Pretendemos que o aluno seja capaz de planear uma estratégia de regeneração urbana e arquitectónica deste território através da leitura crítica do mesmo. Este é um território com uma situação geográfica complexa e contraditória, por um lado está afastado de Lisboa e na periferia do concelho de Oeiras, mas por outro lado ocupa uma posição central se o relacionarmos no contexto envolvente - Cascais, Sintra e Amadora.

A execução de PFA neste grupo de trabalho (Atelier) deve basear-se num exercício teórico e prático que engloba um profundo conhecimento do território em análise. As propostas serão implementadas à escala do plano de pormenor, na qual o desenho urbano deve ser articulado com a arquitectura. Procuraremos diversas metodologias de análise do espaço urbano. O conhecimento e interpretação do tema e do território de intervenção podem seguir especificidades apontadas pelos alunos, todavia numa primeira abordagem a área de intervenção deve ser investigada relativamente aos princípios fundamentais de composição urbana e aos componentes da forma urbana do território em estudo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO ATELIER:

No final desta UC o aluno deve ser capaz de:

- i) Refletir criticamente sobre o lugar e sobre as necessidades da sociedade atual, caracterizando e projectando a área de estudo como parte do todo (do concelho).
- ii) Propor e desenvolver uma estratégia geral e os programas de regeneração urbana e arquitectónica do território.
- iii) Propor estratégias de requalificação dos espaços públicos e de reestruturação funcional. O desenho da cidade consolidada implica pensar nos conceitos de cada um desses espaços, desenhando uma rede fluida, mas também pensar na necessidade de espaços de permanência (praças, largos), bem hierarquizados na estrutura urbana.

SÍTIO E PROGRAMA:

O programa deste Atelier procura aproximar-se tanto quanto possível de um assunto urgente e actual que a Câmara Municipal de Oeiras e a administração do Taguspark procuram solucionar. Assim este exercício resulta de um diálogo estabelecido com esta câmara e todo o processo de trabalho de PFA irá ser acompanhado por especialistas do município.

Considerando a possibilidade da expansão das redes de transporte que ligam a cidade de Lisboa ao Concelho de Oeiras (Metro, Comboio e Autocarros), e tendo em conta a extensão das redes de transporte deste Concelho (Comboio, Autocarros e SATUOEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras), o território de estudo e intervenção do PFA recairá sobre a área de implantação definida no **Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia**.

Face à reativação do SATUOEIRAS e a uma possível extensão deste meio de transporte para Norte do Concelho os alunos devem procurar investigar numa macro análise a necessidade desta extensão e o percurso mais adequado para a sua realização, tendo em conta a morfologia do território e as preexistências.

Ponderada a extensão das redes de transporte quer entre concelho, quer a nível local (Oeiras) e interpretadas as consequências desse exercício de macro-escala no território do Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia poderemos pensar nas melhorias no espaço público do Taguspark e da Fábrica da Pólvora. Concomitantemente com os projectos de espaço público naqueles dois territórios deve ser pensada a articulação urbana entre os mesmos. A qualidade de vida destes territórios depende das conexões entre eles e naturalmente também das conexões com os restantes territórios dos concelhos vizinhos. Os novos espaços públicos a serem desenhados poderão servir para conectar o Taguspark e a Fábrica da Pólvora e para estruturar estes mesmos núcleos. Estas estruturas de conexão estruturam, mas também podem ajudar a homogeneizar o território urbano.

A Fábrica da Pólvora foi alvo de uma intervenção em 1995 que abrangeu a Fábrica da Pólvora de Baixo e a edificação da universidade Atlântica. As atuais necessidades prendem-se com a reabilitação da Fábrica da Pólvora de Cima no que diz respeito ao edificado existente e em ruína e à estruturação de um programa funcional para o mesmo.

HIPÓTESES DE PROJECTOS:

- i) A **extensão da linha do SATUOEIRAS**, o desenho de uma nova estação a Norte do concelho e a relação desta estação com o espaço público envolvente (Macroescala);
- ii) O **desenho de corredores verdes** agregadores das várias partes do território – com ligação ao EVA - Eixo Verde e Azul: (Macroescala);
- iii) O potenciar a relação entre escalas, entre redes e entre tecidos de natureza diversa, articulando o **Taguspark e a Fábrica da Pólvora** através de desenho de percursos e atalhos urbanos que resolvam dificuldades de circulação e facilitem acessos; estabelecer a ligação entre a Av. Casal de Cabanas e a Fábrica da Pólvora; rever as infraestruturas rodoviárias – a carreira de autocarros não para na estação de Barcarena (Macroescala).
- iv) O **potenciar a triangulação entre Taguspark, Fábrica da Pólvora e Porto Salvo** que poderá ser realizado através da estruturação da rede viária, mas também da criação de núcleos habitacionais; Este projecto poderá fomentar a enraização de habitantes; rever a ligação da fábrica com o bairro habitacional de Tercena (Macroescala).
- v) A definição de propostas para **resolução dos estacionamento** no Taguspark regenerando e reabilitando os existentes; os actuais estacionamento no Taguspark colaboram na indefinição dos espaços públicos e não usam elementos arbóreos;
- vi) O **desenho de uma praça central no Taguspark** pois o actual núcleo central não tem poder agregador; repensar a vegetação deste território, nomeadamente nos principais espaços públicos; desenho de um hotel que permita fechar o espaço actual de praça.
- vii) A valorização do património da **Fábrica da Pólvora** através da sua **reabilitação** no que concerne ao edificado, mas também às funções; redesenhar o bairro operário (ver projecto dos Arq.tos D. Cabral de Melo e M. Godinho de Almeida e projecto dos Arq. tos J. de Almeida e L. Torgal); reabilitar o edifício da memória; desenhar uma residência de estudantes nos edifícios da Fábrica de cima.
- viii) A **articulação das duas partes da Fábrica da Pólvora** através de percursos pedonais que valorizem a presença da Ribeira de Barcarena;
- ix) A **melhoria dos acessos à Fábrica da Pólvora**. Estudar a possibilidade de converter parte da Estrada do Cacém que contorna a fábrica em espaço público desta.

METODOLOGIA E FAZEMENTO:

A unidade curricular de PFA é uma disciplina de vocação prática e teórica onde se pretende realizar um exercício que aborde as diferentes escalas do projecto. A metodologia proposta nesta UC estimulará a criação de capacidades de investigação, onde é desenvolvida a análise e a crítica de projecto de arquitectura quer nas aulas, quer nos seminários e aulas teóricas de PFA.

O exercício desenvolver-se-á em três fases (blocos), a que corresponderão entregas formais de trabalho, individual ou de grupo. Serão preparadas sessões de crítica comparada entre as propostas apresentadas pelos alunos. A área em estudo será subdividida em três sectores trabalhados pelos diferentes grupos, procurando-se que respondam a uma estratégia global discutida e acordada pela turma.

BLOCO 1 – RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Trabalho em equipa (16 Setembro – 25 Outubro)

O exercício a realizar em PFA deverá inicialmente ser elaborado através de uma pesquisa e análise de grupo. A turma deve ser constituída por 3 grupos de trabalho com o máximo de quatro alunos em cada grupo, tendo como propósito uma interação em equipa. Um dos grupos de trabalho fará a análise da Fábrica da Pólvora, outro a análise do Taguspark e o outro grupo uma macro análise focada na área definida no Plano Integrado do Parque de Ciência e Tecnologia (Taguspark) que abrande este parque e a Fábrica da Pólvora. Estes 3 grupos de trabalho devem investigar os seguintes temas na análise do território:

- i) caracterização biofísica da área de intervenção;
- ii) evolução histórica da área em estudo;
- iii) caracterização da mobilidade;
- iv) caracterização da estrutura edificada e dos espaços públicos;
- v) planos urbanísticos, condicionantes, projectos mais relevantes para a área de intervenção.

Com as análises acima indicadas proceder-se-á à identificação da estrutura e diagnóstico da área de intervenção e ao reconhecimento das suas especificidades. Esta informação será necessária e útil para a elaboração de uma estratégia global que visa a requalificação dum sistema urbano, quer sob o ponto de vista morfológico quer funcional.

Os grupos de trabalho deveram elaborar as seguintes peças escritas relativas às preexistências:

- i) Plantas de enquadramento à escala 1.5000 e ou 1.2000
- ii) Planta da estrutura urbana à escala 1.1000
- iii) Cortes significativos às escalas 1.2000 e 1.500
- iv) Esquemas gráficos/esquissos relativos às análises
- v) Texto descritivo relativo à análise do território

Formato da Entrega - Caderno A3 e Políptico no formato A1. Todos os elementos em ficheiros de formato DWG, PNG e PDF.

BLOCO 2 – PLANO DE PORMENOR/Plano Estratégico (Macroescala)

Trabalho em equipa (16 Setembro – 22 Novembro)

Os 3 grupos de trabalho procuraram elaborar a melhor solução possível num Plano de Pormenor único para a zona total de intervenção que se enquadre numa estratégia de macroescala.

Este grande grupo de trabalho irá elaborar um projecto de reestruturação dos dois espaços urbanos consolidados, pertencente à área em estudo (Taguspark e a Fábrica da Pólvora) incluindo a melhoria de acessos entre estes dois núcleos urbanos com vista à procura de soluções para a regeneração do território.

O grupo de trabalho deverá elaborar as seguintes peças escritas para a proposta:

- i) Plantas de enquadramento à escala 1.5000 e ou 1.2000
- ii) Planta da estrutura urbana à escala 1.1000
- iii) Cortes significativos às escalas 1.2000 e 1.500
- iv) Maqueta à escala 1.1000
- v) Esquemas gráficos/esquissos que explicitem a proposta e a sua integração na área envolvente
- vi) Memória descritiva

Estas peças gráficas e escritas podem ser continuadas da análise dos grupos iniciais (trabalho realizado no Bloco 1) - por ex: o grupo que trabalhou a Fábrica da Pólvora usa os seus levantamentos.

Formato da Entrega - Caderno A3 e Políptico no formato A1. Todos os elementos em ficheiros de formato DWG, PNG e PDF.

BLOCO 3 – RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Trabalho individual (16 Setembro – 20 de Dezembro com entregas parciais)

Concomitantemente com o trabalho de grupo, solicita-se o trabalho individual que deve respeitar o plano estratégico apresentado pelo grupo. O trabalho individual de PFA obriga a recuos e avanços nas diferentes escalas do projecto urbano e a uma revisão do plano estratégico (trabalho de grupo).

Os programas a desenvolver a nível de projecto por cada aluno serão variados e devem ser especificados e desenvolvidos individualmente.

Cada aluno deve realizar um projeto que contribua para a construção de um espaço público estruturante da área de intervenção. Admite-se programas multifuncionais que colaborem no programa e implantação definida no Plano de Pormenor.

O resultado final deve corresponder a um problema concreto que resolva um programa de regeneração urbana e arquitectónica do território em análise. O projecto final deve ser definido na sua materialidade e construção até à fase de projecto de Execução.

O aluno deverá elaborar as seguintes peças escritas e gráficas para a proposta:

- i) **Ensaio escrito sobre o tema de investigação** – até 3000 palavras (25 de Outubro)
- ii) Maquetas de estudo - Escala 1.500 e a outras escalas que se considerem convenientes (abrangendo área envolvente ao projecto) (16 Outubro - 22 Novembro)
- iii) Planta de localização no Plano de Pormenor - Escala 1.2000 (16 Outubro - 22 Novembro)
- iv) Planta de implantação - Escala 1.500 (16 Outubro - 22 Novembro)
- v) Plantas, cortes e alçados - Escala 1.200 (16 Outubro - 22 Novembro)
- vi) Maquetas de estudo - Escala 1.500 -1.200 (abrangendo área envolvente ao projecto) (22 Novembro - 20 Dezembro)
- vii) Planta de localização - Escala 1.2000 (22 Novembro - 20 Dezembro)
- viii) Planta de implantação - Escala 1.200 (22 Novembro - 20 Dezembro)
- ix) Plantas, cortes e alçados - Escala 1.100 (22 Novembro - 20 Dezembro)
- x) Detalhes construtivos à escala 1.20 e outras (2º semestre)
- xi) **Desenvolvimento do ensaio escrito sobre o tema de investigação** – até 5000 palavras (20 de Dezembro)

Formato da Entrega - Caderno A3 e Políptico no formato A1. Todos os elementos em ficheiros de formato DWG, PNG e PDF.

Avaliação:

A avaliação de PFA será feita numa Prova Final (PF) com Júri. O acesso à PF resulta de três tipos de apreciação:

- 1) Contínua (40%), implicando participação activa, e presença em aulas igual ou superior a 70%.
- 2) Periódica (50%), associada ao desenvolvimento do trabalho e a entregas em etapas.
- 3) Workshop (10%), associado à frequência e aproveitamento deste momento pedagógico intermédio.

A classificação de acesso à PF terá que ser superior a 10 valores em 20 e representará 30% da nota final da UC, enquanto a PF produzirá os restantes 70%.

As datas dos momentos de avaliação contínua e periódica são dadas nos programas de cada turma. As datas da PF são reguladas por calendário do MIA.

Avaliação/Observações:

O percurso do semestre será acompanhado por um caderno diário de formato A4 onde se registarão apontamentos, desenhos de observação e projecto e as fases do trabalho expressamente indicadas para além de outros apontamentos extracurriculares relevantes.

Para um acompanhamento mais personalizado na avaliação contínua serão realizadas entregas semanais individuais todas as segundas-feiras (13 entregas). Estas entregas individuais constam de cinco folhas síntese A4 com o resultado do trabalho semanal. Estes registos podem incluir: esboços, desenhos técnicos, fotografias de maquetas, levantamento de referências ou outros elementos que se considerem importantes na abordagem ao tema do projecto.

As avaliações intermédias serão acompanhadas de uma avaliação crítica (qualitativa e quantitativa) pelos alunos aos dos trabalhos dos colegas (Exercício de Peer Marking –

https://www.academia.edu/10796132/Peer_Assessment_in_Architecture_Education).

BIBLIOGRAFIA:

- BACON, Edmund N., **Design of cities**, London, Thames and Hudson, 1978
- BEAUJEU-GARNIER, J., **Geografia urbana**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BENEVOLO, Leonardo, **Diseño de la ciudad**, Barcelona, G. Gili, 1977.
- CASTEX, J. e J. C. Depaule, Ph. Panerai, **Formes urbaines: de l'îlot à la barre**, Paris, Dunnod, 1965
- CORREIA, Paulo, Pedro George e Fernando Alves, **Guião para apresentação e transição dos planos de pormenor**, CESUR-UTL, Direcção Geral de Ordenamento do Território, 1996
- COSTA LOBO, Manuel, Paulo V. D. Correia e Sidónio Pardal, **Normas urbanísticas, Vol. I, II, III e IV**, Direcção Geral do Ordenamento do Território, 1991-2000.
- DOMINGUES, A. (2009), **A rua da estrada: O problema é faze-los parar!**, Porto, Dafne.
- DUANY, Andreas e Elizabeth Plater-Zyberk, **Towns and town-making principles**, New-York, Rizzoli, 1992
- FERRÃO, J., Rede urbana, instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento? In **Colóquio "A política das cidades"**, pp. 21-48, 1997.
- GONÇALVES, J., PDM no século XXI. In **Cadernos curso de doutoramento em geografia FLUP**, 1, 10-29, 2011.
- KOSTOF, Spiro, **The city assembled: The elements of urban form through history**, London, Thames and Hudson, 1992.
- KOSTOF, Spiro, **The city shaped: urban patterns and meanings through history**, London, Thames and Hudson, 1991.
- KRIER, Rob, **Urban space**, London, Academy Editions, 1979.
- KRIER, Rob, **On architecture**, London, Academy Editions, 1982.
- MANGIN, David e Philippe Panerai, **Project urbain**, Marseille, Éditions Parenthèses, 1999.
- NORBERG-SCHULZ, Christian, **Genius loci – paysage ambiance architecture**,

Bruxelles, Pierre Mardaga Éditeur, 1981.

PANERAI, Philippe e Jean-Charles Depaule, Marcelle Demorgon, **Analyse urbaine**, Marseille, Editions Parenthèse, 1999

PEREIRA, Luz Valente, **A leitura da imagem de uma área urbana como preparação/acção da sua reabilitação**, Lisboa, Laboratório nacional de Engenharia Civil, 1996.

PORTAS, N.; Domingues, Á.; Cabral, J., **Políticas urbanas I – Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

PORTAS, N.; Domingues, Á.; Cabral, J., **Políticas urbanas II – Transformações, regulação e projetos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ROWE, Colin e Koester Fred, **Ciudad collage**, Barcelona, G. Gili, 1981.

SITTE, Camillo, **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**, São Paulo, Ática, 1992

Nota- Consultar o Geoportal da CM Oeiras

<http://geoportal.cm-oeiras.pt/>

Curso de Arquitectura do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa